

PROPOSTA

Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres jovens no Brasil: preconceitos e desafios
Vanessa de Medeiros Jansen de Castro

Juventudes (1968-2008): uma disputa de significados
Paulo Sérgio Costa Barreto

Juventude no Brasil de hoje: olhares do campo e da cidade
Marcelo de Almeida e Jorgelina Soares

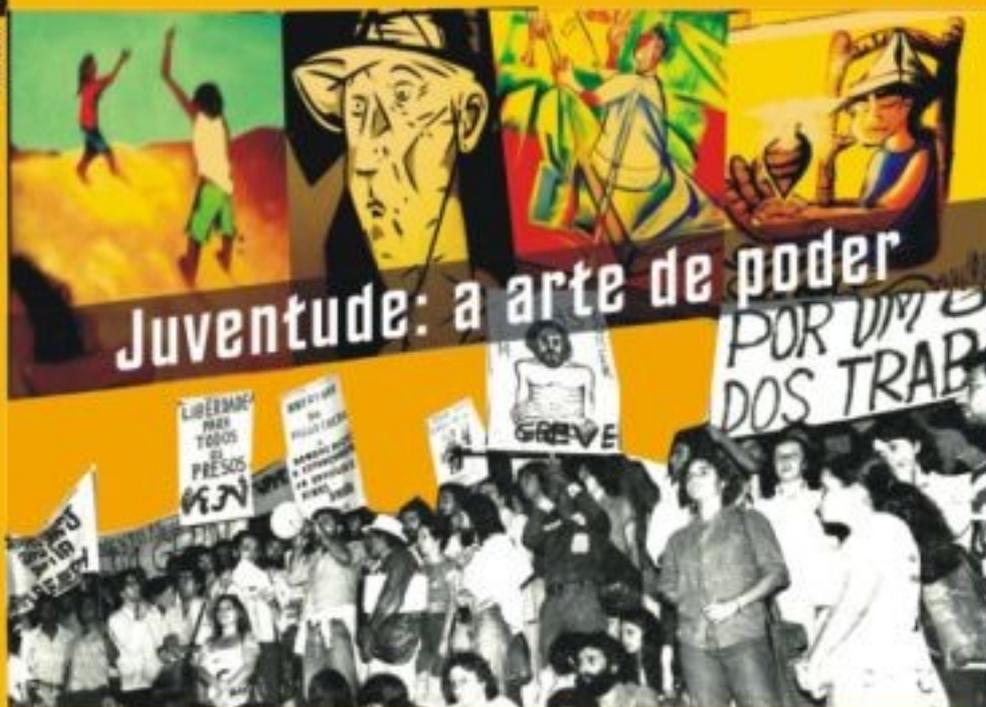
ISSN 1982-8950

PROPOSTA 115

Revista Trimestral de Debate da Fase

JAN/MAR - 2008

ANO 12 - Nº 115 - R\$ 12



96

Ana Karina Bentes
Paulo Carrara

Formas e conteúdos da participação de jovens na vida pública



25

Eliana Leite

Entrevista



Editorial

Este número da revista Proposta é dedicado à juventude. Trata-se de um tema que ganha espaço no debate público à medida que a pressão social sobre os territórios aumenta e as juventudes locais produzem suas respostas. O conteúdo, a forma e a atualidade destas respostas é um dos principais enfoques desta edição.

Há certas compreensões de senso comum relativas à juventude que de fato se perpetuam. Ainda se verifica a idéia de que caberia ao jovem ou que no mínimo a juventude fosse um ente fundamental para mudar o mundo. Entretanto, questões de fundo que parecem esmurrar a porta trancada dos clichês trazem um ao mesmo tempo óbvio e sadio pé atrás. Para a juventude de hoje e do Brasil, o que é mundo, e o que é mudar?

Considerando, além disso, que o estágio de alta complexidade das sociedades impediria a qualquer tentativa de análise uma visão uniforme sobre a juventude, o caminho a seguir para realizar esta nova revista parecia claro: dar voz à própria juventude e àqueles que dão voz à juventude. Assim, publicamos artigos de jovens que trazem sua perspectiva sobre temas como o corte étnico-racial e de gênero, sobre as cidades, sobre o fazer cultural e artístico, sobre os processos políticos e de participação cidadã. E também buscamos a perspectiva de organizações, como a Rede Circo do Mundo Brasil, as ONGs Criola, Ação Educativa, Casa da Mulher Trabalhadora e do Projeto Portinari e da fundação alemã Rosa Luxemburg. Completam o elenco de artigos aqui publicados algumas narrativas sobre iniciativas da FASE relativas à juventude, visões e pesquisas da academia e uma recuperação histórica dos fatos de 1968 e suas perenes repercussões.

Ao fim da leitura, percebemos como são equivocadas quaisquer tentativas de enquadrar o conceito de juventude na atualidade, dadas as multiplicidades em que ela acontece e se recria de maneira permanente. A juventude de hoje parece não estar em busca de pontos de chegada, soluções definitivas, verdades pétreas ou portos seguros. Ainda que a preocupação com o futuro lhe seja uma constante, o modo de preocupar-se diz que o caminho está contando mais do que a meta esta tão aberta quanto interessante, já que será mais construída do que descoberta.

É evidente que, para uma juventude assim, a autonomia é fator crucial. Contudo, não se verifica aí frivolidade; não parece se tratar de uma autonomia vã ou mesmo ilusória que nega ao outro sua voz. É que os sinais da juventude são de uma forte consciência de sua posição como sujeito, e é baseada nisso que se organiza e atua, da forma que melhor responde às suas visões de mundo e da vida. A questão é exatamente esta: são muitas as visões de mundo e da vida. Por causa disso, são muitas as respostas, muitos os caminhos, muitas as juventudes.





Derechos Direitos: articulando jovens por direitos humanos

Maria Elena Rodriguez*
Aercio de Oliveira**

* Coordenadora do Núcleo de Direitos da Fase e do projeto Derechos Direitos
** Educador da Fase



O presente texto tem entre seus objetivos apresentar algumas reflexões a partir do trabalho desenvolvido nos últimos dois anos pela Fase no projeto “Derechos Derechos”. Este projeto é voltado ao segmento juvenil, que ocupa cada vez mais a esfera pública e as agendas de governos, pesquisadores e organizações da sociedade civil. Neste artigo, pretendemos descrever resumidamente aspectos relacionados aos princípios conceituais, à metodologia aplicada e os impactos gerados, a partir de percepções construídas em diálogo com os jovens, e por fim, na conclusão, sublinhar algumas questões que têm se revelado para nós.

São conceitos e procedimentos metodológicos que de alguma forma se destinam a nos auxiliar na construção interminável dos seguintes objetivos: a) constituir e fortalecer uma cultura de direitos entre os jovens; b) contribuir para o exercício de uma visão crítica e transformadora da realidade; c) identificar a importância e o valor das ações elaboradas e realizadas coletivamente; d) criar laços fortes de sociabilidade; f) identificar as violações de direitos com a instituição de políticas públicas dirigidas aos jovens; g) contribuir para que os jovens assumam um papel de protagonista na esfera pública e possam vocalizar seus interesses; h) construir propostas coletivas de exigibilidade de direitos.

Do mesmo modo, os fatores de caracterização da população juvenil abordada pelo projeto podem-se resumir assim: jovens de ambos os sexos, preferencialmente entre 15 e 29 anos de idade das cidades de Recife e Rio de Janeiro, enfatizando a proveniência de setores populares urbanos que enfrentam experiências e processos que os distanciam de uma visão idealizada da juventude. Nestes espaços, transita-se entre o atendimento cotidiano de necessidades concretas e um

desenho de projetos de futuro que permita aos jovens ter acesso a bens e benefícios que a sociedade oferece para alguns, mas sem perspectiva universal. Muitos destes jovens se organizam em grupos. As questões e temas que os mobilizam e os campos de atuação são diversificados: arte e cultura, meio ambiente, direitos humanos, saúde reprodutiva, GLBTs e orientação sexual, o problema étnico-racial, educação, mídia e comunicação alternativa, produção áudio-visual.

Partimos de uma concepção ampla e aberta do que são os e as jovens, e por isso preferimos falar em “juventudes”, o que rompe com a visão homogeneizante estancada e rígida, dado que o juvenil é diverso, plural e complexo como categoria de idade, sexo, identidade social e étnica, como produto e produtor de cultura, enfim.

Pelo tanto, definir o sujeito jovem envolve olhar suas características de classe, raça, religião, exercício da sexualidade e seu simbolismo interno. Não devemos nos conformar simplesmente pelas delimitações biológicas. Nesse sentido, a juventude é mais que uma palavra.¹

Para se aproximar dos objetivos, partimos de duas idéias basilares: o jovem como sujeito de direitos e a concepção ampliada de direitos humanos.

Assumir a juventude como sujeito de direitos implica o reconhecimento dos jovens como pessoas em processo de formação na autonomia e na liberdade, pessoas ativas titulares e em exercício de direitos, com capacidade de se

¹ BOURDIEU, Pierre La “juventud” no es más que una palabra. In Sociología y cultura (pp. 163-173). México. Grijalbo, Conaculta, 2002

reconhecer como sujeito de direito e reconhecer no outro a sua dignidade como igual. Considera-se que o primeiro passo para outorgar poder aos setores excluídos é reconhecer que eles são titulares de direitos que obrigam o Estado. Ao introduzir este conceito, procura-se mudar a lógica dos processos de elaboração de políticas, para que o ponto de partida delas não seja a existência de jovens com necessidades que devem ser assistidas, e sim sujeitos com direito de demandar determinadas prestações e condutas. Tradicionalmente, se associou o ser sujeito de direito à existência de uma norma jurídica que o reconheça como tal, que o coloque em um lugar de titularidade de direitos e deveres. Contudo, independente da condição econômica, do credo, da raça, local de moradia, condição de gênero, contribuinte ou não, cabe ao Estado prover a pessoa humana de maneira que ela possa desenvolver plenamente suas aptidões físicas e psíquicas, e, ao mesmo tempo, desenvolver a sua biografia respeitando a liberdade alheia. Isso tudo significa que os instrumentos jurídicos não devem deixar de ser utilizados, mas todo o sistema de direitos deve estar sobre a base da garantia da dignidade humana. É o que permite ao sujeito viver com dignidade.

Um enfoque desde os direitos permite redefinir a compreensão das problemáticas juvenis. Isto implica considerar que os jovens são capazes de participar de um sistema democrático de maneiras diversas, com distintas identidades. São atores com capacidade de contribuir para a construção de formas de vida. Ao mesmo tempo, a condição juvenil é uma posição de sujeito suscetível de inserção por direito próprio na esfera pública. Talvez este seja o ponto nodal à juventude, que ela é um assunto comum, público e político, que convida a dialogar na mesma mesa atores governamentais, civis e os próprios jovens.

Uma perspectiva baseada nos direitos não envolve caridade ou simplesmente o desenvolvimento econômico, mas sim um processo para incentivar e empoderar a aqueles que não gozam dos direitos para que os reclamem. O processo de defender publicamente uma reclamação não somente favorece a titularidade de um indivíduo a respeito deste direito como também ajuda a definir o direito mesmo, e estimula a tomada de consciência de que aquilo que se reclama não é um privilégio nem uma aspiração, é um direito!

A perspectiva de direitos tem um papel fundamental porque justamente é o sujeito (e neste caso o sujeito jovem) o titular de todos os direitos que se aplicam a qualquer pessoa, somente por ter esta condição existencial. Conforme nosso enfoque pedagógico, a

exigibilidade de direitos, além de conter um profundo e válido conteúdo ético, implica a mobilização social e política. Mobilização esta em que jovens se assumam como atores históricos, capazes de transformar a realidade desde uma subjetividade coletiva e se construam na reflexão e na ação social, ou seja, a partir da e na realidade em que vivem.

Neste sentido, é claro para o projeto que ser sujeito de direitos é uma condição inerente à condição de pessoa. No entanto, constituir-se como sujeito social é um processo no qual se ganha consciência subjetiva e coletiva.

Quando se faz referência ao sistema de direitos, logo o associamos a um sistema de normas, com regras imperativas cuja função precípua é garantir a ordem social. E o responsável por assegurar o cumprimento do direito e das leis que lhe dão forma no ordenamento jurídico é o Estado, que segundo a definição weberiana, detém o monopólio da força.

O conceito de sujeito de direitos aparece como uma tentativa de superar a dicotomia entre direitos positivos e negativos, e romper com uma visão funcionalista dos direitos ou uma posição positivista extremada, ou seja, o “cumpra-se a lei”. Com este conceito, busca-se romper com a polarização e servir como um designador capaz de expressar a posição de pessoas e organizações sociais que se indignam com a iniquidade existente, que tanto mal estar e patologias sociais é capaz de causar.

O direito não pode ser compreendido ou aplicado apenas como se fosse uma caixa de ferramentas que, dependendo da situação, podemos abrir e dispor de seus artefatos para garanti-lo. Mas, por outro lado, o Estado não deve, em nome do propósito de garantir a distribuição justa dos bens, ser invasivo e criar dificuldades para a liberdade de expressão e participação nas decisões referentes às políticas públicas. A construção de uma vida boa cabe a cada indivíduo definir, e ao Estado cabe possibilitar as condições para que ela possa ser realizada.

E para sermos mais radicais, permitam-nos a tautologia: todos os seres humanos devem ser vistos como pessoas com o direito de ter direitos aprioristicamente. Ou seja, antes da positivação do direito, ele, o direito, é parte imanente das relações intersubjetivas processadas por nós, humanos. Enunciados que de alguma forma transmitem essa idéia são aqueles do tipo: “nem tudo que é legal é justo”, ou “entre a lei e a justiça ficamos com a última”. Seguindo a via desse debate, outro conceito que

está colado ao de sujeitos de direitos é a nova compreensão de direitos humanos. A compreensão vigente e predominante de direitos humanos é restritiva, pois é oriunda da visão liberal de que a liberdade é o centro das ações humanas. Direitos humanos, mesmo com todas as mudanças que esse conceito vem sofrendo, ainda, para muitos, está ligado às garantias das liberdades individuais e políticas. Não obstante, como tudo que é socialmente construído, as alterações dessa concepção passam a ficar mais evidentes e a se expressar em tratados internacionais como o PIDESC², e entrar na disputa de sentidos. Assim, privações econômicas, sociais e políticas também significam violação dos direitos humanos. A violação não se restringe mais à interdição das liberdades individuais. Em outros termos, significa compreender que uma pessoa sem recursos financeiros mínimos para a sua existência, sem moradia digna e com pouca informação terá dificuldades para exercer plenamente o direito de formar e expressar sua opinião ou se posicionar livremente num momento em que lhe é solicitada uma posição de caráter político. Portanto, a expressão *direitos humanos* passa a ter, ou a disputar, outro sentido.

Mas não se trata unicamente de consolidar o respeito às garantias individuais, os direitos de bem-estar e à participação política, que sem dúvida estão cada vez mais fragilizados. O que está em jogo é o debate sobre a identidade cidadã, a condição de sujeito a que se podem creditar direitos.

As e os jovens se vão conformando em atores sociais na medida em que resolvem sua construção identitária, processo infinito e desafiante. O caminho é reconhecer diferenças, aceitar diversidades, construir aceitações e dessa maneira gerar olhares potenciadores do juvenil.

Metodologia e Impactos

Orientados por essa concepção de direitos, procuramos que a metodologia possibilite o fluxo de conteúdos e estimule a mobilização por meio de ações práticas fundamentadas nas experiências de vida e percepções dos participantes. Com ela, procuramos nos deter menos no ponto de chegada e na compreensível obsessão por alcançar resultados, e mais com o caminho que deve ser percorrido. Tentamos não perder de vista as limitações de um projeto com tais características, numa sociedade que ainda vive sob o signo da desigualdade social. Este parece-nos ser um procedimento mais adequado frente às mudanças que temos vivenciado, já há alguns anos, no que se refere às formas de mobilizações sociais e ao sentido e importância que a política tem tido.

Um ponto fundamental na metodologia, mesmo com nossa participação ativa, é garantir as condições para que os jovens sejam os responsáveis não só pelas escolhas, mas também por todo o processo de planejamento e execução da ação de exigibilidade de seus direitos. O ponto de partida para atingir tais objetivos é criar condições e estimular a integração entre os jovens e seus grupos. Desta maneira, espera-se que, além de se fortalecer os laços de confiança e pertencimento, se conheçam aspectos positivos e negativos dos locais de moradia e da biografia de cada participante, e saber também como cada grupo atua no bairro ou na cidade. Todo esse processo é permeado por debates e exposições de conceitos e instrumentos de direitos, para que ulteriormente sejam identificadas as principais violações de direitos, segundo a leitura da realidade que é feita durante os encontros, e se planeje a ação de exigibilidade. Cada jovem adquire noção de seus direitos e de suas capacidades como ator político.

O espaço do local é o âmbito ideal para identificar, apoiar e promover os grupos de jovens que se associam em torno da realização de atividades que muitas vezes, por se desenvolver num escopo mais reduzido, não têm visibilidade pública, embora sejam novas expressões que contribuem para renovar o chamado tecido associativo, e possibilitam uma maior gama de opções aos jovens que procuram canalizar seus interesses através de apostas coletivas. São espaços onde se debate, elabora e atua em um projeto comum, e desde onde se pode apoiar o reconhecimento dos direitos e responsabilidades, e onde, finalmente, pode-se reforçar uma atitude de consciência comunitária e cidadã.

Após os primeiro encontro de formação, são realizados mensalmente encontros de seguimento. Neles, acontecem discussões a partir do interesse dos grupos, podendo entrar no debate temas específicos da área de direito ou temas mais abertos, que a relação com direitos humanos não apresenta explicitamente. É a oportunidade para conhecer o que são políticas públicas, como elas são constituídas e podem ser monitoradas, quais são as responsabilidades do Estado. Nos encontros, são produzidos diagnósticos detalhados da realidade, para que se aponte que direitos estão sendo violados e se defina qual violação estará no centro da ação de exigibilidade. Neste processo, ficam patentes as dificuldades dos participantes em se colocar na condição de sujeitos de direitos. As visões que naturalizam as

² Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

violações, quando aparecem durante os encontros, são tematizadas coletivamente através do diálogo, em que todos expõem suas compreensões e divergências. Desta maneira, se procura evidenciar, através da análise crítica construída em debate, as violações que subjazem determinados contextos com aparência de normalidade.

Nesses processos, esperamos fortalecer a crença na importância de realizar ações coletivas e solidárias. Todos opinam sobre o planejamento que o outro está construindo. É a ocasião em que os participantes são provocados a exercitar uma visão mais abrangente sobre a realidade; em que procuram verificar os atores implicados naquela ação ou contexto; a identificar os potenciais adversários e aliados; são motivados a expor suas idéias de maneira sistemática e a projetar cenários. Chamados a *qualificar suas demandas*, procura-se que estejam refletindo e tornando mais concretos seus interesses e necessidades, ao mesmo tempo em que vão enriquecendo e aprofundando sua capacidade de análise crítica sobre sua situação e o entorno. Vale ressaltar que se procura dirimir expectativas ingênuas de que os efeitos de uma ação almejada serão imediatos ou facilmente alcançados.

Todos reconhecem que estão situados em um processo de disputa de interesses, muitas vezes antagônicos, e, com isso, uma determinada ação tanto pode alcançar seu objetivo como gerar conseqüências que, no momento em que se a planejou, não estavam previstas. Portanto, no mínimo, a ação cumpre sua função educativa e mobilizadora, em que os conceitos e instrumentos apreendidos aparecem em ações práticas, em que os jovens usam e abusam de sua própria linguagem e criatividade.

É o locus da ação, da emergência de mobilizações coletivas, o espaço onde se constroem e reconstroem as identidades, posições e práticas com potencial para fortalecer a democracia. Os projetos de ação surgem de suas subjetividades e aportam suas identidades, são definidos por eles e elas sem requerer necessariamente a ação de terceiros que lhes sinalizem o caminho. Embora mostrem dificuldades para aceitar as propostas dos cenários tradicionais, manifestam disposição para construir seus próprios cenários, aqueles em que suas plurais e diversas identidades possam se expressar, nos modos pelos que eles e elas definam intervir. Assim o político aparece no mundo juvenil, como uma redefinição que não o converte em apolítico e muito menos em apático, mas o reposiciona e reinstala desde suas próprias versões e propostas.

Com isso, a maneira de se relacionar com o sistema de direitos e de interpretar o conceito de direitos humanos é

alterada, reinventada. Reconhece-se a responsabilidade do Estado em assegurar não só os direitos civis e políticos, mas os econômicos, sociais e culturais, através de políticas públicas.

IMPACTOS

Atualmente, por razões que não cabe expor nesse espaço, os projetos são avaliados muito mais pelos impactos visíveis que produzem do que pelos impactos invisíveis, de difícil mensuração. “Derechos Direitos” produziu resultados tangíveis ou que, no mínimo, engendraram processos para assegurar direitos. Vejamos alguns exemplos que se enquadram nessa categoria de impacto: instituição do Conselho Municipal da Juventude de Nova Iguaçu; criação do Fundo Municipal de Cultura da Cidade de Mesquita (RJ) e do Conselho Municipal de Cultura; publicização de atos de homofobia; construção de equipamentos públicos de cultura na cidade de Belford Roxo (RJ); luta pelo passe livre para estudantes na cidade de Japeri (RJ), dentre outros.

Mas, como já mencionamos, há impactos naquilo que se refere ao mundo interno subjetivo de cada participante, ao qual ninguém tem acesso. Ali onde só o indivíduo tem acesso privilegiado, a mensuração de seus efeitos está bem longe da precisão. Mas podemos nos arriscar a indicar de modo especulativo aquilo que percebemos a partir das avaliações feitas com todos os participantes, durante os encontros de seguimento e naqueles que reuniram os jovens dos dois estados envolvidos (Pernambuco e Rio de Janeiro). Vejamos algumas dessas especulações. Em determinadas situações fica visível o i) posicionamento mais crítico sobre a realidade, colocando-se na condição de sujeitos de direitos; ii) a apreensão de conceitos da área de direitos humanos de forma ampliada, ao identificar sua indivisibilidade e o fato de que não se restringem aos direitos civis, mas abrangem os direitos econômicos, sociais e culturais; iii) uma nova visão sobre o sistema de direitos, que, de alguma maneira, transcende a perspectiva funcional e se



relaciona à garantia da dignidade humana; iv) a importância de se desenvolver atividades coletivas, planejadas e conduzidas democraticamente; v) o fortalecimento do grupo em seu aspecto identitário e a aquisição de condições mais favoráveis para uma maior legitimidade na cena pública; vi) a ampliação do conhecimento e intercâmbio de práticas de outros grupos, inclusive com grupos de fora do Brasil, já que “Derechos Derechos” é desenvolvido com jovens também da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

Estas ações públicas em favor da afirmação da condição juvenil na sociedade estariam orientadas à *cidadanização* dos jovens, entendida como incremento da capacidade de construir autonomamente objetivos pessoais e socialmente responsáveis, de comunicá-los e defendê-los, atuando em consciência de cidadania, isto é, fazendo uso de seus direitos. Em outras palavras, constituir-se em atores sociais de mudança, com um pensamento crítico, autônomo e emancipador.

Não podemos deixar de mencionar o impacto que “Derechos Derechos” tem produzido em nossas práticas educativas e crenças, ajudando-nos a atualizá-las. Aparentemente refratários aos métodos convencionais de organização, aos velhos conceitos e palavras de ordem que mobilizaram gerações, esses jovens não retiraram do horizonte a intenção de transformar a realidade. O objetivo de mudar o mundo está preservado, mas os meios utilizados para isso estão sendo ajustados. Bem de acordo com um período da vida que é marcado pela ousadia e a experimentação. Quando um jovem participa de um projeto, não adquire somente informação mas também confiança em si mesmo, capacidade de empreender iniciativas e construir alternativas, aprende o valor das ações coletivas e a importância de se associar para alcançar objetivos.

CONCLUSÃO

Como já dissemos, as jovens e os jovens constituem um setor social que, desde sua diversidade, tenta constituir-se em cidadãos e cidadãs. Neste processo, uma questão a considerar é o tratamento que nossa sociedade lhes outorga, pois uma série de imagens tende a dificultar as relações com eles e em ocasiões entre eles.

As análises e debates feitos sobre a juventude brasileira parecem orientar-se por duas visões aparentemente díspares. A primeira é marcada por um otimismo em que fatos e posicionamentos vindos dos jovens são deslindados e evidenciam sinais alentadores, que servem como nutrientes para alimentar a disposição daqueles que

seguem pavimentando a sinuosa e íngreme estrada que nos levará a uma sociedade justa e democrática. Uma segunda, que parece estar sob o signo do pessimismo, ressalta os sinais de barbarismo derivados de uma sociedade que reproduz exponencialmente a desigualdade social. Alertam-nos, também baseando-se em fatos e números, que nossos jovens são vítimas de um verdadeiro genocídio, especialmente os negros residentes em bairros e regiões onde se concentram pessoas com pouca ou nenhuma renda. Isso, além de viverem em precárias condições de habitabilidade e muitas vezes imersos numa “sociabilidade violenta”. Esses estariam num beco sem saída, inclusive com a expectativa de vida abaixo da média nacional.

Estamos seguros de que as duas posições contribuem para mobilizar a sociedade, fazer com que os governos tomem providências para que os jovens possam viver em melhores condições. Não é o nosso objetivo analisar minúcias de cada posição ou apontar qual a que melhor se coaduna com a realidade dos jovens da sociedade brasileira. O fato é que “Derechos Derechos” mostra que, em parte, as duas posições fazem parte da vida dos jovens.

Entre os participantes deste projeto, temos jovens expostos cotidianamente a todo tipo de violência; jovens que carregam uma significativa experiência institucional e capacidade de realizar e coordenar projetos que agregam outros jovens; jovens que vivem em condições de habitabilidade razoáveis e com acesso menos obstruído para adquirir novos conhecimentos; jovens que atuam na política partidária e estudantil; jovens que lutam contra a homofobia, a discriminação étnica e gênero. Portanto, podemos inferir que, conforme a realidade descrita pelos jovens que participam do projeto, as duas visões estão presentes com muita força em nossos territórios.

Deve ficar claro que a abrangência do projeto “Derechos e Derechos” é extremamente limitada, são poucos os jovens participantes. Chegamos, até este momento em que se completam dois anos de atividades, a atingir cerca de 250 jovens. Quantitativamente inexpressivo se considerarmos a existência de aproximadamente 50 milhões de jovens com a idade entre 15 e 29 anos no Brasil. No entanto, essa experiência demonstra que a vitalidade, disposição e engajamentos de muitos jovens para dar sentido à sua existência, dividem, muitas vezes, o mesmo espaço com o terror e o medo. A alienação, o desalento e a letargia dividem espaço com a indignação, e a vontade de criar um mundo justo, com espaço para a realização dos desejos individuais e coletivos.



O PROJETO:

“Derechos e Direitos - pela participação democrática dos jovens no MERCOSUL” é um projeto que se desenvolve nas regiões metropolitanas de Recife e do Rio de Janeiro. Ele se dirige a jovens interessados não apenas em conhecer sobre direitos humanos, mas principalmente dispostos a exigir seus direitos. Desta forma, seu principal objetivo é contribuir para a defesa e a promoção dos direitos dos jovens e difundir a cultura de direitos através da participação democrática. “Derechos e Direitos” tem abrangência internacional. Dele também participam jovens dos países que membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e o Chile, possibilitando o intercâmbio de experiências e políticas, sempre com o objetivo de garantir direitos e uma vida mais digna para os jovens desses países.

Entre os participantes do “Derechos e Direitos”, tem predominado grupos juvenis e jovens que atuam e residem em áreas das cidades em que os bens e serviços públicos são escassos ou inexistentes. São grandes as dificuldades que esses jovens encontram para circular na cidade e usufruir daqueles equipamentos públicos que normalmente servem o centro da cidade ou as áreas onde residem famílias com um padrão de renda elevada. Muitos deles moram em regiões marcadas pelo conflito. No entanto, mesmo diante de tantas dificuldades, esses jovens parecem buscar alternativas para dar sentido à vida e de alguma forma, mesmo que muitas vezes não explicitem, procuram externalizar suas condições de vida.

Conforme a metodologia, os jovens participam de encontros presenciais que acontecem mensalmente. Nestes encontros, além dos debates sobre aspectos conceituais e históricos de direitos humanos, são apresentados aos jovens os instrumentos jurídicos disponíveis para uma ação. Também nesses encontros, os jovens planejam a ação de exigibilidade de direitos que se propõem a executar. Parte do planejamento da ação é feito com os resultados do diagnóstico da realidade social em que estão inseridos. Nesse processo, se identificam as principais violações e se priorizam aqueles direitos que devem ser assegurados a partir da mobilização de cada grupo.

Nesses dois anos de projeto, diversas ações de exigibilidade foram desenvolvidas. Muitas delas direcionadas foram ao poder público, principalmente a Prefeituras e Câmaras de Vereadores, outras serviram para dar publicidade a determinadas violações de direitos. A exigência de mais espaço de lazer ou o acesso ao primeiro emprego, a mobilização contra a homofobia, a luta por um ensino público de qualidade, pela criação de espaços institucionalizados de participação e controle, avaliação e proposição de políticas públicas, pelo direito a produzir e fruir os bens culturais, todos são exemplos de ações em que os jovens assumiram integralmente todas as suas etapas.



DERECHOS DIREITOS
Por uma região de novos cidadãos

Español Italiano
Português

DDH/2004/6103-66
El contenido del presente documento es responsabilidad exclusiva de ProgettoMondo Mial y en ningún caso se debe considerar que refleja la opinión de la UE.

Usuario Clave

PROGRAMA
AGENDA 11:30 - 16:40 09/25/8/2007
ESPACO DE ENCONTRO
CAMINHO PERCORRIDO
CONTATO
ENLACES

progettomondo.mial fundaciónses FASE Educación e Inovação achnu CREAM Waste Management waste management Con la contribución de la Fundación Assistance Internationale Union Europea



Circo social: uma rede pela autonomia juvenil

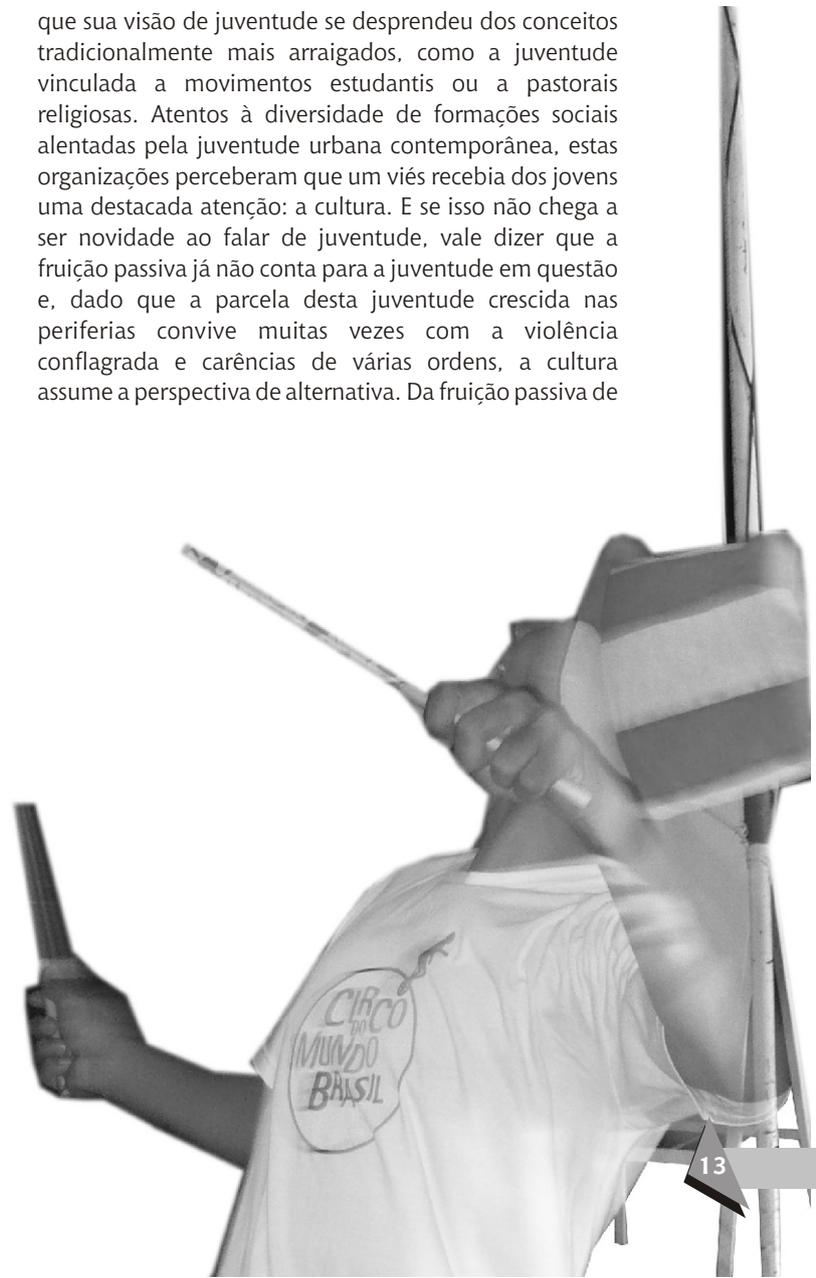
Fausto Oliveira*

* Jornalista da Fase

Apostar no que jovens de origem popular farão com suas vidas, independente de expectativas ideológicas alheias a estes jovens. Esta poderia ser uma síntese da proposta da Rede Circo do Mundo Brasil. Com o objetivo de realizar projetos de circo social, esta rede está crescendo em regiões do país onde as condições sócio-econômicas castigam e limitam a juventude local. Seria difícil encontrar uma definição exaustiva do que seja circo social, ou mesmo dos objetivos que cada organização componente da rede tem em seu horizonte. A diversidade parece ser a marca – uma marca positiva, que as organizações afirmam com orgulho – desta rede. Como pudemos conferir no segundo encontro nacional da rede acontecido em São Paulo entre o fim de março e o início de abril, a prática de circo social mistura em doses não homogêneas educação popular, arte circense e debate político sobre a vida e o mundo. Se, observando as atividades de oficina realizadas com alunos e educadores dos projetos, vê-se que o corpo e as técnicas circenses são usados numa espécie de pedagogia da autonomia, também é certo dizer que o debate ocorrido durante o encontro parece privilegiar, sempre e como condição fundamental, o respeito às opções e reflexões dos jovens que praticam o circo social. Embora o conceito de circo social ainda esteja em discussão, o fato é que a idéia de responsabilizar os alunos por seus destinos e o uso da técnica de circo como metáfora de sua vida futura são instrumentos constitutivos do trabalho, e também um forte ponto de união dos diferentes projetos e organizações que estiveram no encontro.

A formação da Rede Circo do Mundo Brasil está ligada à necessidade de várias organizações de trabalhar de forma diferente com a juventude das periferias brasileiras. Pelo discurso das organizações participantes, é fácil perceber

que sua visão de juventude se desprende dos conceitos tradicionalmente mais arraigados, como a juventude vinculada a movimentos estudantis ou a pastorais religiosas. Atentos à diversidade de formações sociais alentadas pela juventude urbana contemporânea, estas organizações perceberam que um viés recebia dos jovens uma destacada atenção: a cultura. E se isso não chega a ser novidade ao falar de juventude, vale dizer que a fruição passiva já não conta para a juventude em questão e, dado que a parcela desta juventude crescida nas periferias convive muitas vezes com a violência conflagrada e carências de várias ordens, a cultura assume a perspectiva de alternativa. Da fruição passiva de



uma arte vinda de fora, a juventude contemporânea das periferias passou à produção autônoma, valendo-se do acesso às tecnologias atuais. E, além disso, percebeu na cultura uma forma de organização.

Essa é uma tendência estimulada e desenvolvida pelas organizações de arte-educação que trabalham com circo social. Seu projeto, guardadas as distinções e especificidades, prioriza a autonomia do educando, e usa o espaço e as técnicas circenses, todo o cabedal lúdico trazido pelo circo, como instrumento de representação das possibilidades que podem se abrir, dependendo da postura que os educandos venham a ter em suas vidas. Segundo Fátima Pontes, da Escola Pernambucana de Circo, “o circo tem um elemento fundamental que é o desafio. É a pedagogia do desafio. O cara vai para casa feliz porque aprendeu a fazer malabares com três bolinhas e fica excitado porque vai aprender a fazer com quatro. Isso é o desafio e é o sonhar. E a gente trabalha perguntando a eles 'e agora?'. No fundo a pergunta é: quais são as nossas responsabilidades como educadores, é educar por educar? Ensinar não é só transmitir conhecimentos, como dizia Paulo Freire. Depois que o cara tem a técnica e aprender tudo, o que ele vai fazer com isso?”

A questão da perspectiva de futuro é inescapável, uma vez que, seja no circo social ou em qualquer outra seara, trabalhar com jovens significa um confronto com projetos de futuro. Ainda segundo Fátima, “é legal dizer a eles que podem ser circenses, atores, músicos, que eles podem ser qualquer coisa, mas perguntando sempre: que tipo de pessoa você vai ser na sociedade? O circo põe o garoto para refletir de onde ele vem, para onde vai, de onde fala, o que fala, para quem fala e porque quer falar o que fala. Onde ele quer chegar?”

Por falas como essa, percebe-se uma opção metodológica particular. A abordagem do público jovem se dá por caminhos menos programáticos e ideológicos. No lugar do discurso e da racionalidade política já conhecidos e rejeitados por parte significativa da juventude, a Rede Circo do Mundo Brasil traz a afetividade, a aproximação, o deixar acontecer como postura de radicalidade em favor da autonomia dos sujeitos. Claudio Barria, coordenador da ONG Se Essa Rua Fosse Minha, do Rio de Janeiro, atua no circo social e falou à Proposta sobre as opções metodológicas de sua instituição. “Um dos elementos é que o trabalho com jovens no circo social não é a partir de um discurso político ou ideológico. A gente não junta os jovens para dizer o que é o certo, o que é a cidadania etc. Na verdade, o corpo, a afetividade e a relação construída nesse fazer de circo social é que vai gerar novas formas de

pertencimento e estimular nessa garotada e em nós um tesão por reler o mundo. E esse tesão por reler o mundo é que permite mudar o mundo”.

Neste ponto, é quase óbvio levantar a questão: afinal, os jovens assumem este desejo? Verifica-se na prática que eles se constituem como pessoas capazes de determinar seu próprio futuro? E em caso afirmativo, em que medida as práticas de circo contribuíram para isso? Ainda de acordo com Claudio Barria: “Não estamos na lógica de botar o garoto em uma oficina, para ele se tornar alguma coisa. Nessa relação de circo social, o garoto pode até se transformar num circense, mas não estamos trabalhando pela profissionalização. Ele pode se tornar um profissional liberal, montar uma birosca na sua comunidade, pode ir para a universidade. Mas o que ele fizer, vai fazer de uma forma diferenciada. Vai ter uma relação de pertencimento com o outro e uma capacidade crítica diferenciada. O que vai surgir disso está mais nas mãos dele do que nas nossas. A gente espera conseguir se renovar o suficiente para acompanhar. Mas essa transformação que estamos buscando, não sabemos ao certo o que ela é. E nem queremos saber, a bem da verdade, e o barato é esse! A gente tem certeza de que vai ser uma coisa diferente, fundada no diálogo e na diversidade. Não é interessante uma visão universalista, a busca é por uma pluriversalidade. E como nossa opção político-afetiva é de construir isso junto com jovens de classes populares, às vezes somos obrigados a enfrentar situações em que um garoto nosso parceiro é morto por um grupo de extermínio. Então, a reflexão sobre a estrutura social é uma coisa vital do nosso dia a dia. Mas a procura por formas de transformar isso surge do local, desse fazer específico e local de cada comunidade, de cada garoto, de cada relação. Não é uma reflexão que vem de uma leitura de mundo universal, feita com ideais abstratos de ética etc., mas que dialoga com esses ideais a partir dessa vivência local”.

Não há, portanto, uma só tendência a se apontar como resultado do trabalho do circo social. O que há são novos e potentes sujeitos, como se percebe pela forma desenvolta, corajosa e independente com que os alunos presentes ao encontro em São Paulo – a faixa etária variando entre 16 e 30 anos – dominam, executam e apresentam publicamente suas técnicas. Ou, poder-se-ia dizer, suas vitórias sobre os desafios colocados. Assim, também não é de surpreender que da quantidade de jovens atualmente engajados em processos de circo social, alguns se decidam pela atuação política institucional. Uma das razões de ser da Rede Circo do Mundo Brasil é intervir no debate e na promoção das políticas públicas de juventude e de cultura no Brasil.

Neste aspecto, Cleia Silveira, coordenadora do Serviço de Análise e Apoio a Projetos da Fase (SAAP), aponta a prática democrática das organizações integrantes da rede como um ato de responsabilidade. “Se a perspectiva é de criar autonomia da juventude, é preciso que as organizações que trabalham com juventude defendam isso não só como proposta educativa, mas que exercitem entre elas esta prática democrática. Que elas, como instituições, cumpram este papel cidadão, que interfiram nas políticas públicas pelos direitos da juventude. Daí nosso investimento nesse ator que a gente considera um ator político, que é a Rede de Circo do Mundo Brasil. A rede é muito presente nas políticas públicas de cultura, atuando na instância do circo, que durante anos foi relegada à periferia das políticas, e hoje em dia é reconhecida como importante. A rede tem um representante na câmara setorial de circo (órgão setorial consultivo do Ministério da Cultura) e um dos conselheiros do Conselho Nacional de Cultura, que representa o circo, conhece e compreende os propósitos do circo social”, diz ela.

As palavras de Cleia Silveira encontram eco na biografia da jovem Luana Porto, de 21 anos e piauiense de Teresina. Luana estava no encontro nacional da rede e concedeu entrevista a Proposta. Quando tinha 12 anos, ela entrou na escola de circo Pé de Moleque, um programa do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Piauí. Interessava-se por dança. Em pouco tempo, ela foi eleita representante do núcleo de dança da escola para debater questões pedagógicas do dia a dia da instituição. Tomou gosto por reuniões deliberativas e, segundo ela própria, foi levada por uma das coordenadoras a participar das reuniões do Conselho Estadual da Criança e Adolescente. Sua participação desenvolveu-se até o momento que ela destaca como o mais especial: quando, aos 15 anos, fez o discurso de abertura da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente. “Foi em 2003. Estavam lá o presidente Lula e vários ministros e secretários. Tinha um debate muito forte sobre a redução da maioridade penal, e é uma bandeira muito forte do nosso movimento ser contra isso. Na hora, eu pedi que eles pensassem muito na redução da maioridade penal porque o problema do Brasil não é engaiolar jovens que estão com problemas, disse a eles que o problema é cultural, social, econômico. Depois o presidente Lula mudou o discurso que ele tinha preparado, se emocionou. Não é fácil a gente ser escutado. Pode não ter sido muito, mas isso interferiu”. Após esta experiência, Luana voltou ao Piauí e assumiu uma vaga no Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. Hoje ela não é mais conselheira, trabalha na escola de circo Pé de Moleque, a mesma em que foi aluna. Lá, exerce a função de coordenadora

pedagógica, forma educadores e também participa da formação dos alunos. Além disso é agente de saúde municipal concursada e aluna de Serviço Social do Instituto Camilo Filho de Teresina. Trancou a matrícula no ano passado para ter seu primeiro filho, aos 20 anos.

Ao ser perguntada sobre como a entrada numa escola de circo se transformou numa trajetória de vida tão intensa, Luana respondeu valorizando sua experiência inicial. “O circo é uma ferramenta de atração, de educação, de formação de grupos, de trabalho em equipe, e dentro desse contexto a gente expande as questões. Porque é isso que a gente quer, que a transformação não seja coisa de uma pessoa só, queremos isso para todo mundo. É nesse contexto que trabalhamos no Pé de Moleque. A gente valoriza muito a questão do projeto de vida da pessoa. Essa questão do sonho, de ser alguém, de conseguir chegar em algum lugar por si mesmo. A gente incentiva, abre caminhos e é ele quem vai escolher para onde vai”.



www.circodomundo.org.br



Leci Aniceto dos Santos, empregada doméstica, diz que se carteira de trabalho não for assinada prefere voltar para o Piauí.
Foto: Wilson Dias/Abr - Brasília, 27 de abril de 2008

Juventudes negras e racismo: Identificar, Reconhecer e Superar

Luciane O. Rocha*

* Luciane tem 29 anos é Cientista Social e coordenadora de projetos na ONG Criola.

Compreendidos como homens e mulheres com idade entre 15 e 29 anos, os jovens representam, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), um quarto da população nacional, cerca de 50,5 milhões de brasileiros. Deste percentual 47% são negras(os)¹. Mas ser jovem negro(a) e sobretudo ser jovem negra significa estar inserida num complexo sistema de exclusão e vulnerabilidades que acarretam em desvantagens que nos obrigam a refletir sobre o mecanismo discriminatório sobre este grupo.

A atuação do racismo, que se manifesta como um paradigma cultural e político sobre os indivíduos, faz com que as jovens negras e os jovens negros sejam percebidos e representados com características particulares. Essas representações atuam como uma lente permanente com as quais as pessoas vêem e interagem com o mundo². Dessa forma, as práticas e atitudes cotidianas são orientadas pelas representações formadas na mente a partir das idéias, conceitos, valores, princípios e imagens com os quais se pensa sobre a realidade e condições de existência.

É no corpo de alguém que se inscreve a marca da diferença geradora do preconceito; é ao corpo de alguém que você reage; e essa reação é em relação à diferença (muitas vezes traduzida em poder) que esse corpo representa. Como a imagem de alguém sempre tem algum signo de poder e por ser a identidade racial dominante a branca, que define os padrões estéticos, o simples fato de pertencer à raça³ dita dominante implicará ser valorizado do ponto de vista estético. E se o padrão estético do branco predomina, os valores do negro poderão ser os valores daqueles que o negam na sua diferença. Para as autoras Lourdes Bandeira e Anália Batista⁴, o preconceito passa pela relação social,

pela atribuição identitária e auto-identificação, que nega duplamente a alteridade, seja como negação do outro, seja como autonegação. Dizem as autoras:

É no corpo e a partir dele que as discriminações ocorrem, é nele que se depositam e se concentram os elementos indicados, as configurações que nos permitem classificar os códigos corporais (a cor da pele, altura, a conformação da cabeça e do rosto, o tipo e a qualidade dos cabelos, o tamanho, o peso, o porte físico, a cor e a forma dos olhos, a forma do nariz, a estatura do corpo, o perfil, as marcas etárias e geracionais, o uso de determinadas roupas, adereços, etc.); os códigos comportamentais (registrados no corpo, tais como: as condutas, as posturas, os gestos, as tatuagens, os músculos ou a musculatura, os piercings, os odores, as formas de se alimentar, de se comportar, de sentar-se, de comportar-se em lugares públicos, etc.); os códigos

¹ ABRAMO, Helena Wendel & BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

² ROCHA, Luciane O. & XAVIER, Lucia M. **Nossos passos vêm de longe**. In: Revista Proposta. Rio de Janeiro, FASE, v. 29, nº 109, jun/ago 2006.

³ Raça aqui é utilizada como “um fenômeno complexo caracterizado e de caráter ideológico que atribui significado social a determinados padrões de diversidades fenotípicas e/ou genéticas e imputa características negativas ao grupo com padrões ‘desviantes’, que justificam o tratamento desigual”. Como em: LOPES, Fernanda. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil. In: **Saúde da População Negra no Brasil** - Contribuições para a promoção da equidade. Brasília: Funasa, p.16, 2005.

⁴ BANDEIRA, L; BATISTA, Anália Sônia. **Preconceito e discriminação como expressões de violência**. Revista Estudos Feministas, v. 10, nº 119, 1º semestre de 2002.

emocionais (tipos de sentimentos, insegurança, medo, respeito e obediência excessiva, repugnância, subserviência, comportamentos sexuais); os códigos lingüísticos (o padrão lingüístico, a tonalidade da voz, os sotaques regionais, o vocabulário, a ortografia, as gírias, além de outros sinais e signos identitários). Com base nesses elementos inseridos e demarcados no corpo estabelecem-se classificações, regras/normas, significados/valores e comportamentos. (Bandeira e Batista, 2002, pp. 135-136).

As jovens negras e os jovens negros estão submetidos a condições que os deixam mais suscetíveis a um conjunto de problemas sociais que tornam suas vidas mais inseguras, mais precárias e mais injustas. Mas, apesar de toda evidência, a sociedade continua atuando com sua “cegueira” e “blaserismo” sobre os problemas que acometem as juventudes negras, num complexo esquema que serve tanto para a autopreservação de uma elite branca, como para legitimar o medo que sentem deste seguimento da juventude.

As juventudes negras⁵ são vítimas da falta de aparatos sociais, da falta de políticas públicas direcionadas à ela, da ação policial, mas são sobretudo vítimas da indiferença e da aversão sobre seus corpos que paira na sociedade. O medo advindo das representações feitas sobre o jovem negro e sobre a jovem negra tem seu impacto mais forte nas políticas de segurança pública, pois a sociedade legitima a polícia para ser mais dura com este seguimento, com o intuito de obter mais eficácia. E eficácia significa o extermínio daqueles que correspondem aos estereótipos do criminoso, ou seja, segundo a lente do racismo: jovens-pobres-negros-marginalizados.

Autores como Vera Malaguti Batista⁶ e José Cláudio de Souza Alves⁷, traçam uma relação muito forte entre medo das elites, preconceito racial e políticas e leis para o combate à violência. E sobre violência sugerem que leiamos: a que os negros e pobres possam cometer contra os brancos, pois práticas de exclusão, cultivo da fome, falta de uma educação de qualidade, falta de moradia, lazer, saneamento, mutilações, desnutrição e mortes acontecem todos os dias contra essa população menos abastada e é invisível aos olhos dos mesmos que querem combater a violência.

Segundo Malaguti, a “grande política social da contemporaneidade neoliberal é a política penal, e a qualquer diminuição do poder da elite, os meios de comunicação de massa se encarregam de difundir campanhas de lei e ordem

que aterrorizam a população e aproveitam para se reequipar para os novos tempos”. Temos um sistema penal genocida, cúmplice das agências do Estado que matam, mutilam e torturam a população jovem afro-brasileira diariamente.

Alves afirma que o que acontece, tanto na Baixada Fluminense como em todas as periferias do Brasil, é uma prática de extermínio da população e que as execuções sumárias estão calcadas não só na vulnerabilidade dos pobres aos mecanismos organizacionais e políticos, mas também na criminalização da pobreza. E essa prática demonstraria a real funcionalidade do Estado nessas regiões.

A difusão do medo do caos e da desordem tem servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento da população jovem negra, e a política criminal formulada para e pela polícia contempla o extermínio como tática de aterrorização e controle desse grupo social.

O medo sentido pela elite dominante cria uma mentalidade que demoniza tudo o que não faz parte do que ela considera ser bom e inofensivo. E o bom e inofensivo é tudo que não for de cor ou que remeta a pobreza. Assim, segundo Bento e Beghin⁸ (2005) “o medo e a defesa de privilégios podem estar na gênese de processos de estigmatização de grupos”. E visa legitimar a perpetuação das desigualdades, bem como a elaboração de políticas institucionais de exclusão e, até, de genocídio. Sendo os jovens negros os principais alvos desta violência institucionalizada.

Um avanço no debate sobre discriminação racial pode ser observado nos resultados da pesquisa Adolescentes e Jovens no Brasil: Participação Social e Política⁹, onde pela

⁵ Utilizamos juventudes negras por entendermos que a juventude negra não é homogênea, existindo realidades e experiências diferentes entre ela.

⁶ BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

⁷ ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: APPH, CLIO, 2003.

⁸ Bento, Maria A. S.; Beghin, Nathalie. **Juventude Negra e Exclusão Radical. Políticas sociais - acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, nº 11, ago. 2005.

⁹ Realizada pelo Unicef, Fundação Itaú Social e Instituto Ayrton Senna. Brasília, novembro de 2007.

primeira vez, numa pesquisa com jovens, a discriminação racial aparece como um dos principais problemas do país. Nesta pesquisa, 4 em cada 10 entrevistados consideram a discriminação racial a principal causa dos problemas sociais do país. Segundo o antropólogo José de Carvalho, o dado mostra que “já não se questiona mais a existência do racismo, mas a sociedade brasileira continuará sendo racista ao longo de todo o século 21, portanto, políticas de ações afirmativas devem continuar para que alguns resultados possam ser percebidos”.

A consciência de que o Brasil é um país racista é o primeiro passo para alterar a situação de exclusão, extermínio e segregação das juventudes negras. Os jovens negros e negras estão inseridos em realidades políticas, econômicas e sociais distintas, que os levam a ter experiências diferentes e demandarem por políticas públicas específicas.

Incorporando nesta análise o conceito de interseccionalidade proposto por Kimberlé Crenshaw¹⁰, que “busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”, podemos avançar no entendimento da discriminação sobre as juventudes negras. Este conceito nos ajuda a entender como os sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, jovens, classes e outras, pois trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Para as jovens negras, a discriminação racial é freqüentemente marcada também pela discriminação de gênero, pois as jovens-mulheres-negras podem vivenciar discriminações e outros abusos dos direitos humanos de uma maneira diferente dos jovens-homens-negros. Fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, fazem diferença na forma como vários grupos de jovens vivenciam a discriminação. As desigualdades que atingem as jovens negras no Brasil refletem a presença de uma discriminação tripla: são mulheres, negras e pobres. Esses três fatores são a base da violência estrutural vivenciada pelas jovens negras.

Portanto, o debate sobre gênero, no contexto da análise da desigualdade entre jovens, deve ser acrescido da perspectiva da interseccionalidade quer dizer, “a soma de um conjunto de características discriminatórias”¹¹. A perspectiva indicada por Crenshaw nos parece fundamental para pensar os diversos arranjos através dos

quais as formas específicas de discriminação se manifestam no plano da sociabilidade das jovens.

No quadro dos direitos fundamentais (civis, políticos e sociais), alguns são especialmente relevantes para os jovens negros e negras, e para as oportunidades e riscos que enfrentam, tais como o acesso e permanência no sistema educativo, acesso à saúde, ao trabalho, aos direitos de ir e vir, à segurança pública, a igualdade entre os sexos e o acesso à cidade. Uma alteração da realidade vivida pelas juventudes negras exigiria políticas públicas específicas para a juventude com um recorte racial, dessa forma o país assumiria a existência da reprodução do racismo e mostraria sinais de que deseja mudá-lo.

A atuação como protagonistas também é fundamental, por isso as juventudes negras organizadas em redes, movimentos e organizações vêm se movimentando e indicando uma nova possibilidade de construção de um novo panorama social para a juventude, valorizando as diferenças e superando as desigualdades.

Um longo processo de articulação das juventudes negras brasileira esteve em curso desde 2005, quando elas resolveram se organizar objetivando um perfil afrocentrado e suprapartidário. Essa organização das juventudes negras aconteceu em 17 estados brasileiros com etapas municipais e estaduais, até culminar em julho de 2007, em Salvador, com a participação de quase 700 jovens negras e negros no Encontro Nacional de Juventude Negra – ENJUNE. Desde a etapa municipal, a juventude negra trabalhou sobre 11 eixos temáticos relacionados diretamente a sua condição de vida. São eles: Cultura; Segurança, Vulnerabilidade e Risco Social; Educação; Saúde da População Negra; Terra e Moradia; Comunicação e Tecnologia; Religião do Povo Negro; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Trabalho; Intervenção nos Espaços Políticos; Ações Afirmativas e Políticas de Reparações; Gênero e Feminismo; LGBT: Identidade de Gênero e Orientação Sexual; e Inclusão de Pessoas com Deficiência. No ENJUNE, as propostas elaboradas sobre cada tema foram consolidadas em políticas públicas para as juventudes negras e serão divulgadas para domínio público.¹²

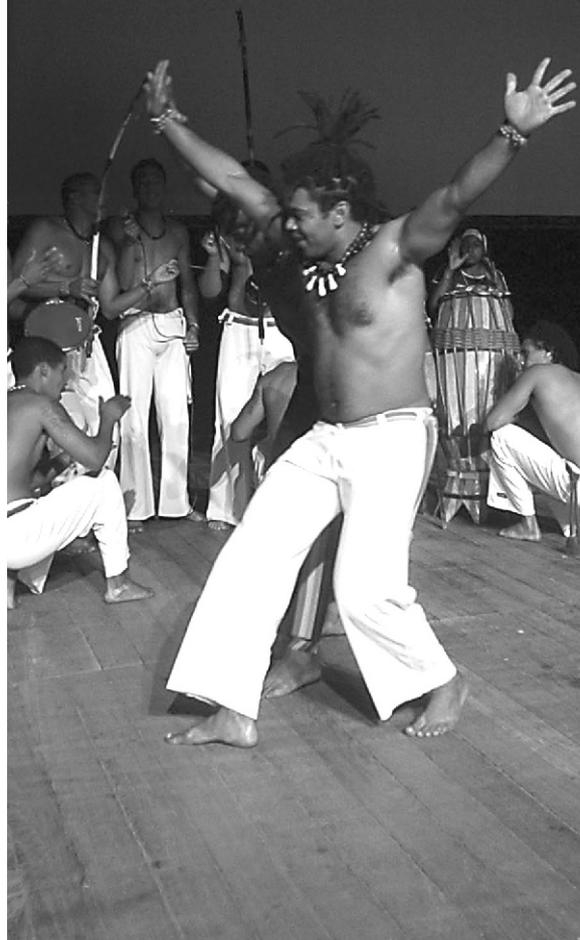
¹⁰ CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, v. 10, n.172, 1º Semestre de 2002, p. 177.

¹¹ Idem.

¹² Retirado do site: <http://www.enjune.com.br/oquee.php>

Fato importante neste processo é a consolidação das juventudes negras como sujeitos de direitos. Mostrando as especificidades de suas questões, tanto das questões da juventude de maneira em geral, reforçando assim sua posição no mosaico; quanto das questões do movimento negro, tentando definir a juventude negra do Brasil, já que “as especificidades são inúmeras, considerando-se as diferenças e desigualdades sociais, no que diz respeito à escolaridade, renda familiar, lazer, gênero, saúde e diversos outros fatores”¹³.

Para alterar o cenário das vulnerabilidades é preciso identificar as atitudes discriminatórias, reconhecer a existência das desigualdades e construir caminhos para a superação.



¹³ Idem.


English

Quem Somos | O que Fazemos | Negras na História | Na Mídia | Agenda | Links | Arte Criola | Dados | Biopolítica |

CRIOLA 15 ANOS

<p>DIÁSPORA AFRICANA</p>  <p>Já está disponível a relação dos Aprovados no II Curso de Atualização em Diáspora Africana, e os procedimentos necessários para os candidatos aprovados. Saiba mais</p>	<p>DADOS SOBRE A ESCRAVIDÃO</p>  <p>Alguns dados interessantes sobre a escravidão no Brasil, tais como quantidade de escravos na população brasileira na época, e os números do tráfico de escravos. Saiba mais</p>	<p>TECENDO MEMÓRIAS FUTURAS</p>  <p>A próxima data do encontro será dia 11 de abril de 19 às 21 horas e terá como tema "Mídia e etnicidade: representações e (des)construção de identidades sociais". Saiba mais</p>
---	--	---

Desenvolvido por Rio com Design



Aos 19 anos, Mailane Lima Barbosa segura o segundo filho, Victor. Ela mora na Estrutural, bairro com a maior população negra do DF, em termos proporcionais. Brasília, 13 de Maio de 2007. Foto: Marcello Casal Jr/ABr



Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres jovens no Brasil: preconceitos e desafios

Núcleo de Mulheres Jovens da CAMTRA*

* Este texto é uma construção coletiva de Daiana da Silva, Isabel Cecília da Silva e Iara Amora integrantes do Núcleo de Mulheres Jovens da CAMTRA – Casa da Mulher Trabalhadora.



Muitas foram as conquistas que nós, mulheres, alcançamos nos últimos séculos, promovendo uma verdadeira transformação nas relações sociais, a começar pelas que dizem respeito a nossa participação e cidadania, como as conquistas ao direito de estudar, trabalhar e votar, até as que dizem respeito ao exercício de nossa sexualidade como, por exemplo, a escolha de parceiros e/ou parceiras, o uso de métodos anticoncepcionais, o direito a se divorciar, entre tantos outros. No entanto, estamos ainda muito longe de podermos vivenciar plenamente esses direitos. As barreiras colocadas atualmente já não são mais do âmbito das leis, mas sociais, culturais e, muitas vezes, simbólicas.

Assim, o controle exercido sobre os nossos corpos e sexualidade certamente ainda é uma das maiores repressões vivenciadas, especialmente pelas jovens, e um grande obstáculo para a efetivação de nossos direitos sexuais e reprodutivos. Mesmo com todas as conquistas em relação a nossa liberdade sexual, a sexualidade continua sendo um tabu na sociedade brasileira, principalmente quando associada a adolescentes e jovens do sexo feminino.

Em casa ou na escola, o tema é pouco comentado ou tratado como se não fizesse parte da educação. Desde criança, os meninos são estimulados a sair com várias meninas. Nós, ao contrário, escutamos que devemos ser recatadas. E se não temos relacionamento fixo, somos taxadas como “piranha”, “galinha”, etc. Contrapondo-se a este silêncio e repressão a respeito do sexo, a mídia e a publicidade apelam cada vez mais para a erotização e exploração do corpo feminino, e as mulheres continuam sendo as únicas responsabilizadas pela adoção de métodos contraceptivos e camisinha.



Essa série de fatores acaba por ignorar o fato de que as jovens e os jovens estão iniciando a vida sexual cada vez mais cedo, além de contribuir para com as desigualdades de gênero nas futuras relações, o que coloca as mulheres em situação de desvantagem, por exemplo, na hora de negociar o uso do preservativo. Dentre as diversas situações enfrentadas pelas mulheres jovens por conta desta repressão sobre a vivência de sua sexualidade, gostaríamos de chamar a atenção para duas delas, cujas sérias conseqüências nas vidas das jovens apontam a necessidade urgente de ações, são elas: o aumento da contaminação pelo vírus HIV/AIDS nesta faixa etária e o alto índice de gravidez não planejada e muitas vezes indesejada.

Já há alguns anos, a incidência do vírus HIV/AIDS vem aumentando entre as mulheres, principalmente as casadas e as jovens com relacionamentos estáveis. Na faixa-etária entre 13 a 19 anos, para cada 6 meninos com AIDS, há 10 meninas. Considerando todas as faixas etárias, para cada 15 homens com AIDS, há 10 mulheres¹. As discriminações de gênero e violência contra a mulher contribuem diretamente para este quadro, uma vez que perpetuam a situação de submissão das mulheres em relação aos homens, o que é agravado ainda pela falta de informações corretas sobre o uso da camisinha e a pouca difusão do preservativo feminino, que propiciaria uma maior autonomia a nós, mulheres.

¹ Fonte: Agência Diap - Matéria de autoria de Sylvio Micelli “Mulheres jovens são foco de campanha contra Aids no carnaval” endereço: <http://www.servidorpublico.net/noticias/2008/01/30/mulheres-jovens-sao-foco-de-campanha-contra-aids-no-carnaval> (última modificação 10/02/2008)



Quanto à gravidez na adolescência, os índices ainda são muito altos no Brasil. Pesquisas demonstram que apesar de a média de filhas(os) por cada mulher no Brasil vir caindo desde a metade do século passado, o mesmo não vem ocorrendo entre as adolescentes. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de adolescentes entre 15 e 19 anos grávidas aumentou 15% desde 1980. Segundo o Ministério da Saúde, as meninas de 10 a 20 anos respondem por 25% dos partos realizados no Brasil. Somente entre 2001 e 2003, nasceram no país 82.834 bebês cujas mães têm entre 10 e 14 anos. Outros dois milhões são filhos de jovens entre 15 e 19 (Fontes: Pesquisas “Saúde Brasil 2005”, “Juventudes Brasileiras” e “Juventudes e Sexualidade”)².

As taxas de gravidez na adolescência no Brasil diminuem conforme aumentam a renda e a escolaridade das jovens mães. Além dos já mencionados anteriormente, podemos citar ainda dentre os fatores que contribuem para a permanência deste alto índice, a falta de perspectiva das jovens, a ausência de implementação de políticas educacionais de Educação Sexual, a desigualdade entre os gêneros, a escassez de serviços e profissionais de saúde específicos para atender às e aos adolescentes e jovens, os tabus e preconceitos enfrentados pelas jovens e pelos jovens para viverem sua vida sexual, vindos da família, profissionais de educação, de saúde, na religião, entre outros.

E ao se depararem com uma gravidez inesperada, as mulheres jovens – seja por medo de contar à mãe e ao pai e/ou por abandono do parceiro ou ainda pela responsabilização social da mulher por tudo que diz respeito à gravidez e filhas(os) – acabam muitas vezes assumindo sozinhas as responsabilidades de ter ou não e de criar as(os) filhas(os). Para isso, às vezes é necessário abandonar a escola e/ou o trabalho. E, mais uma vez, é sobre as mulheres jovens que recaem as consequências desta opção.

As jovens que optam pela interrupção da gravidez, acabam tendo que se sujeitar à realização de um aborto clandestino, na maioria das vezes em suas próprias casas, através da ingestão de chás, remédios e perfuração do útero ou em clínicas clandestinas sem nenhuma garantia de higiene e de sua saúde. O que resulta na passagem de milhares de mulheres jovens todos os anos pelo SUS, a maior parte é de mulheres negras e pobres, com complicações decorrentes de abortamento clandestino, como hemorragias, perfurações uterinas e outras complicações. Em 2000, pesquisas já apontavam o aborto

e as complicações decorrentes do parto como a 5ª causa de morte entre as adolescentes (Fonte: ANDI, 2000)³

Ao optarem por levar a gravidez adiante, muitas vezes também acabam assumindo sozinhas as responsabilidades do cuidado com as crianças, por conta de toda a pressão social e desigualdades de gênero já relatadas anteriormente, e acabam integrando os altos índices de evasão escolar no Brasil.

O Dossiê *Adolescentes: Saúde Sexual, Saúde Reprodutiva*, realizado nas cidades brasileiras de Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre, apontou que o nascimento de um filho antes dos vinte anos não pareceu afetar a situação escolar e de trabalho dos rapazes, exceto para 24,6% dos jovens pais que, no primeiro ano após o evento, pararam temporária ou completamente de estudar. Entre as mães adolescentes, no entanto, o impacto sobre o percurso escolar foi maior: 25,0% interromperam temporariamente e 17,3% definitivamente seus estudos no primeiro ano após o nascimento do filho.⁴

Miriam Abramovay, professora da Universidade Católica de Brasília, vice-coordenadora do Observatório Violência nas Escolas-Brasil e uma das coordenadoras da pesquisa “Juventudes Brasileiras”, da Unesco, afirma: “A gravidez realmente está se tornando um grande problema na educação. Se 25% das meninas de 15 a 17 anos grávidas deixam a escola, isso significa dizer que 254 mil param anualmente de estudar. E 2%, ou seja, outras 20 mil, abandonam os estudos para casar” (Fonte: Jovens Mães fora da Escola – Jornal O Globo 7/03/2005)

O alto índice de evasão escolar dentre as adolescentes e jovens mães ocorre por força de uma gama de fatores sociais, como a vergonha ou desestímulo, a ausência de serviços públicos, como creches, o aumento da responsabilidade dos afazeres domésticos, a necessidade de sustentar a criança, a carga social que recai sobre a mulher, entre outros.

Através do trabalho realizado desde 2001 pelo Núcleo de Mulheres Jovens da CAMTRA, em duas escolas de Formação de Professoras(es) – o Instituto de Educação

² Fonte: Jornal O Globo (7/3/2005) da Matéria de autoria de Letícia Lins “Jovens mães fora da escola”.

³ Adolescentes Saúde Sexual e Reprodutiva: Dossiê Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2004, p. 20.

⁴ <http://www.andi.org.br/noticias/> - Matéria: Conversa Afiada - Gravidez e escola: difícil conciliação - Nº 24 - Out / Nov de 2004

Professor Moysés Henrique dos Santos (e no Município de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro) e o Instituto de Educação Sarah Kubitschek (em Campo Grande, na zona oeste do Município do Rio de Janeiro) – que juntas somam cerca de 5000 alunas(os) e destas 95% são mulheres, também podemos constatar que o ambiente escolar é decisivo para a não continuidade do estudo destas jovens, a falta de informações e as dificuldades muitas vezes impostas pelas direções escolares a estas jovens são decisivas para o desânimo e desestímulo das mesmas quanto ao prosseguimento dos estudos. Podemos citar como exemplo o fato de que, mesmo tendo uma lei (nº 6.202, de 17 de Abril de 1975), que garante às jovens mães a possibilidade de realizar os exercícios escolares em seu domicílio do 8º mês de gestação até 3 meses após o parto, assegura o afastamento desta jovem se for comprovada a necessidade médica e seu direito a realizar as provas finais. Muitas jovens já às vésperas do parto não sabem o que vai acontecer com seus estudos, como devem proceder e quais são os seus direitos.

Assim, acreditamos que a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres jovens passam pela

implementação de educação sexual nas escolas, serviço público de saúde especializado no atendimento das jovens mulheres, acesso às informações adequadas e distribuição de métodos contraceptivos e camisinha nos serviços públicos de saúde, capacitação das(os) profissionais de saúde para lidar com as especificidades das mulheres jovens sem preconceitos e/ou julgamentos morais, maior divulgação e incentivo ao uso de preservativos femininos, legalização do aborto, maior difusão dos direitos das estudantes gestantes, acesso ao pré-natal e parto de qualidade nas redes públicas de saúde, bem como a implementação e divulgação de serviços públicos de apoio a jovens mães como creches nas escolas diurnas e noturnas e, sem dúvida, pela superação do machismo em nossa sociedade e construção de relações mais igualitárias entre homens e mulheres.

Núcleo de Mulheres Jovens da Camtra
 CAMTRA - Casa da Mulher Trabalhadora
 Rua Pedro I, 07 sala 804 A - 20060 050 -Centro
 Telefax:(21)2544-0808
 Correio eletrônico: mulheresjovens@camtra.org.br
 Página: www.camtra.org.br



CAMTRA
 CASA DA MULHER TRABALHADORA

Indique esta página! Terça-feira, 06 de Maio de 2008

Apresentação | Projetos | Resultados | Apoios | Parcerias | Articulações | Equipe | Fale Conosco | Como ajudar

26 DE JANEIRO
Dia de Mobilização e
Ação Global do
Fórum Social Mundial

No dia 26 de janeiro de 2008, milhares de mulheres e homens estarão nas ruas para denunciar a tirania do atual modelo econômico, que impõe cada vez mais desigualdade e pobreza no mundo. O Fórum Social Mundial afirma novamente que o neo-liberalismo não é a única maneira de organizar o mundo, mas é a mais trágica e está sustentada pelo aumento da poder militar e pelo endividamento dos países onde se concentra o povo pobre.

Para as mulheres esse modelo é mais perverso, pois combina a dominação capitalista com a opressão patriarcal, impondo para a maioria um cotidiano marcado pela violência.

CLIQUE E LEIA O PANFLETO DA CANTRA PARA O 8 DE MARÇO 2008

8 DE MARÇO
 DIA INTERNACIONAL DA MULHER

LIGUE 1800
 Central de Atendimento à Mulher

Cadastre-se

Nome

Correio Eletrônico

Com esse cadastro você recebe as novidades da nossa página

Marcha Mundial das Mulheres

www.camtra.org.br



Arquivo da ASCOM/Prefeitura de Belterra.



Juventude no Brasil de hoje: olhares do campo e da cidade

Mônica de Almeida e Jaqueline Soares

PROPOSTA convidou duas jovens, uma de Belterra, Pará, e outra de Recife, Pernambuco, a apresentarem as realidades vividas pelos jovens que como elas enfrentam problemas relacionados às questões de trabalho, mobilidade e esporte - cultura - lazer em suas cidades. Os temas foram escolhidos dentre os estudados e discutidos para a Conferência Nacional de Juventude.





Damie Oliveira

Mônica de Almeida*

Trabalho: dilema da juventude de Belterra

Belterra, assim como a maioria dos municípios da Amazônia, tem problemas relacionados ao trabalho, principalmente no que diz respeito à juventude. Não existe nenhuma estrutura que ampare o jovem e o encaminhe ao mercado de trabalho.

Aqui é a agricultura familiar que predomina, e o jovem está inserido nesta realidade. O cultivo de arroz, feijão, milho, mandioca, pimenta-do-reino são as atividades mais tradicionais na região. Algumas famílias começam a desenvolver também a pecuária e através de seus derivados geram renda com a produção de leite, queijo etc.

No loteamento da área urbana, os terrenos têm em média 30x100m, propiciando o plantio de hortaliças, a criação de galinhas e ainda o cultivo de espécies frutíferas próprias da região (cupuaçu, murici, graviola, açaí, abacaba¹ etc). Se houvesse uma infra-estrutura industrial em Belterra que aproveitasse comercialmente essas frutas, elas poderiam tornar-se fonte de renda para as famílias.

Desde o ano de 2000, as terras da cidade vêm sendo ocupadas por cerca de 20 famílias de grandes produtores e fazendeiros, oriundas de outras regiões (centro-oeste, sul). Após a instalação do porto da multinacional Cargill em Santarém, muitas famílias tradicionais têm sido, por falta de conhecimento, induzidas a venderem suas terras, dando vez para o cultivo da soja, do arroz, do girassol entre outros, ocasionando a ida destes trabalhadores para as periferias de cidades vizinhas.

O maior empregador no município é a Prefeitura Municipal, com cerca de 600 empregos, distribuídos nas áreas de saúde, educação, setor administrativo, limpeza

pública entre outras. As demais atividades no centro urbano são serviços de pedreiro, carpinteiro, comerciários, marceneiros, padeiro, moto-taxista (profissão que necessita ainda de legalização). A atividade comercial é pequena e familiar, sua finalidade é o atendimento das necessidades mais imediatas.

A maioria dos jovens, ao terminar o ensino médio (isso quando consegue concluir), não tem perspectiva de dar continuidade a sua formação, pois a cidade não oferece as condições necessárias como universidades, cursos técnicos e profissionalizantes capazes de qualificá-los para sua inserção no mercado de trabalho. Uma das poucas opções de capacitação é o Telecentro de Inclusão Digital de Belterra, um projeto em que a maioria dos alunos são crianças e adolescentes, mas há também jovens e adultos se capacitando. Já formamos 6 turmas de 120 alunos cada e algumas pessoas já conseguiram entrar no mercado de trabalho. Eu fui aluna da primeira turma e agora trabalho lá, assim como mais três pessoas.

Mas, com essa falta de opções para sua formação, a juventude belterrense busca realizar seus planos em novos mercados, viajando para grandes centros como Manaus, Belém, Boa Vista entre outros, contribuindo para o “êxodo rural”. Por exemplo, com a instalação da Alcoa – extração de bauxita em Juruti, cidade paraense – diversos jovens têm saído do município a procura de trabalho.

* Jovem moradora de Belterra, no Pará/Amazônia, Mônica tem 19 anos, participa do Coletivo Municipal da Juventude e coordena o Telecentro de Inclusão Digital de Belterra.

¹ Abacaba é uma fruta tradicional da região, parecida com o açaí



Atualmente já existem algumas iniciativas de criação de um parque industrial. No ano de 2007, foi instalado o Pólo Moveleiro, e o setor avícola tem avançado com a instalação de vários núcleos, inserindo mão-de-obra jovem nas suas atividades. Na área da Floresta Nacional do Tapajós - FLONA, tem crescido o setor artesanal, valorizando a cultura regional e a preservação da floresta e gerando renda para diversos grupos de artesãos. Aproveitando os troncos caídos na floresta eles produzem móveis com formas baseadas na fauna da região; jacarés, tartarugas, arraia, tambaqui, paca, anta, entre outros. Utilizando as sementes da floresta, também produzem colares, pulseiras, anéis, brincos, porta-retratos etc. E ainda com a borracha extraída da seringueira, atividade que deu origem a este município, se produzem bolsas e carteiras.

Enfim, esta é a situação do trabalho em Belterra, e não só aqui, mas em toda região precisamos de políticas voltadas para os jovens da Amazônia, que os dignifique e deixe-os em igualdade com outras regiões. Na Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude deve-se observar que tudo na Amazônia deve ser diferenciado, pois aqui vivemos uma realidade que é diferente de outras, mas aqui existem jovens que pensam, que lutam, que sonham, que querem o bem da floresta e do restante do mundo também.

Mobilidade: dificuldades da Amazônia.

Os meios de transporte na região amazônica sempre foram e serão um problema muito sério, pois geograficamente a Amazônia é bastante complexa. No caso do município de Belterra, estamos situados em uma área denominada de planalto santareno que abrange milhares de extensão de terra firme. A saída da cidade liga Belterra à BR 163, conhecida como a estrada Santarém-Cuibá. Essa rodovia é a principal via terrestre que liga o Oeste do Pará ao Centro-Sul do Brasil. Na frente da cidade temos o extenso rio Tapajós, que está entre os maiores rios de água doce da bacia amazônica e do mundo.

Belterra está geograficamente situada neste contexto, onde as distâncias dificultam o deslocamento das pessoas. Hoje, na cidade, temos quatro empresas de ônibus que fazem a linha Belterra-Santarém-Belterra. Existem também empresas que fazem o trajeto nas comunidades que estão às margens do rio Tapajós, passando pelo Centro de Belterra e saindo em direção a Santarém (a maior cidade da Região), via BR 163. No entanto, esse percurso é muito longo e cansativo, muitas famílias aos poucos começam a utilizar meios de transporte alternativos, como

moto e van. Entre os ribeirinhos da Flona do Tapajós, ainda é utilizado o meio de transporte amazônico mais conhecido, o barco.

Na área urbana, as pessoas, e principalmente os jovens, usam a bicicleta como meio de transporte para ir ao colégio, ao trabalho e muitas vezes para o lazer e outras atividades. A bicicleta, desde a fundação de Belterra, é bastante usada pelos moradores. Em quase todas as casas existe mais de uma, tanto assim que Belterra já foi chamada de “cidade das bicicletas”. Mas Essa hegemonia hoje está ameaçada por um já significativo número de motocicletas que rodam na área urbana. Recentemente se criou um pequeno contingente de moto-táxi que está ajudando no deslocamento das pessoas. O preço da passagem varia entre R\$ 2,00 e R\$ 5,00 (dois e cinco reais), dependendo do percurso do deslocamento.

O centro da cidade é formado por seis grandes estradas, três no sentido norte-sul e três no sentido leste-oeste e entre essas estradas, nos últimos anos, foram construídas diversas ruas. Hoje, apenas a avenida principal (Estrada Um) tem asfalto. As demais ruas, no período chuvoso, sofrem alagamentos e atoleiros. E, no verão, a poeira causa diversos problemas à população que necessita se deslocar sem poder contar com um transporte urbano, já que ele não existe na cidade.

As casas são distantes e encontram-se ao longo das grandes estradas. Para se chegar ao hospital, à prefeitura, ao mercado municipal, aos locais de trabalho e até mesmo às escolas, enfrentam-se muitas dificuldades.

Alguns jovens belterrenses que conseguem entrar na faculdade, se deslocam de ônibus para Santarém todos os dias. Saem às 17 h e retornam por volta de meia noite.

Os jovens da zona rural vivem um dilema ainda maior. Para Simone Rocha, 19 anos, chegar ao centro da cidade e participar da reunião do Coletivo da Juventude², ela sai às 18h de Prainha, comunidade da Flona do Tapajós, vindo de barco e pagando R\$ 20,00 (vinte reais), desembarca às 4h da manhã na comunidade de Aramanaí, apanha ônibus para subir a serra, chegando no centro urbano por volta de 7h da manhã.

² O Coletivo Municipal da Juventude de Belterra tem o objetivo de organizar os grupos de jovens para a construção de propostas de Políticas Públicas

Nem mesmo para nos divertir contamos com o transporte público. Com a diversidade de praias ao longo do rio Tapajós, nos finais de semana, os jovens descem a serra a pé, de bicicleta, de moto ou de carro e desfrutam de algumas horas de diversão. A praia mais próxima, Porto Novo, fica a 5km, e a dificuldade maior é que as estradas não estão bem conservadas.

As cidades da região são distantes também umas das outras. A capital Belém, por exemplo, é tão longe que dificilmente um belterrense consegue ir lá. Às vezes dá a impressão de que estamos sozinhos no mundo. De um lado só floresta, de outro, muita soja, e noutro ainda, o lindo rio Tapajós. É aí que eu me pergunto: será que alguém de outras cidades sabe que a gente existe?



Arquivo da ASCOM/Prefeitura de Belterra

Cultura/Esporto e Lazer: problemas e soluções

É inexistente o acesso do jovem a cinema, teatro e demais espaços de cultura e lazer instituídos pelo poder público ou privado no município de Belterra. Em meio a essa ociosidade, é grande o número de jovens envolvidos no vício das drogas (bebidas alcoólicas, cigarro, cola, maconha etc).

Mas isto não impede que outros jovens busquem desenvolver espaços para a cultura. Foram criados no município dois grandes grupos de dança, GDAP³ (Grupo de Dança dos Piratas) e MOJOB⁴ (Movimento Jovem de Belterra). Embalados pelo ritmo do Carimbó⁵, os seus componentes, de 30 a 40 jovens, ensaiam e se apresentam nos eventos sociais e culturais da cidade.

Existem no município dois grupos de capoeira que integraram entre seus praticantes, várias jovens, valorizando a participação das mulheres nas suas atividades. No esporte, a predominância é do futebol. Há diversos times ao longo da BR 163, do Tapajós e também na área urbana. Na época do campeonato, todos os fins de semana têm jogos, apesar das péssimas condições dos gramados. A prática de outros esportes não acontece por causa da deficiência de ginásios e quadras esportivas.

No mês de maio, no período do aniversário da cidade, acontece a Gincana Cultural. Uma disputa entre as equipes Raça e Piratas, envolvendo as antigas tradições, os cordões de pássaro, as músicas, as danças e as lendas. Essa atividade conta com a participação de muitos jovens.

No início de cada mês, logo após o pagamento dos funcionários, ocorrem festas nas casas de shows existentes, regadas a muito “brega”⁶ e forró⁷, ritmos que predominam na região. A Praça Brasil, situada no centro, é o local de lazer nos fins de semana, é onde se encontram amigos para tomar cerveja, conversar e namorar.

O linguajar utilizado pelas pessoas é muito próprio, devido à forte ligação com populações tradicionais. São muito utilizadas expressões como “Mas-como-então?”, “Borimbora!”, “Muito palha!”, “Ora veja!” entre outras.

Nas comunidades rurais se realizam as festas de padroeiro, Festivais folclóricos como: do Açaí, do Tucunaré, Mapurá, Chaperema, Pimenta-do-reino, entre outros. Diversos Grupos de Jovens foram capacitados pelo Projeto Saúde e Alegria, e hoje desempenham atividades nas rádios, jornais e telecentros comunitários, o que os deixa com conhecimento da realidade para disseminar no exercício da cidadania.

Há algum tempo, havia em Belterra o Fórum de Juventude que agregava os grupos, mas por não ter idéias consistentes, ele acabou. No dia 02 de março deste ano, foi criado o Coletivo Municipal da Juventude de Belterra, cuja finalidade é organizar os grupos de jovens para a construção de propostas de Políticas Públicas, efetivando-as, fazendo intercâmbio de conhecimentos, e buscando parcerias para o desenvolvimento da juventude local. Além de organizar algumas atividades, participamos, no final de março, da Conferência Estadual da Juventude em Belém. E, como Coletivo, defendemos a questão do trabalho e da cultura, entre outros. E conseguimos eleger um representante do coletivo de Belterra para a Conferência Nacional da Juventude.

³ GDAP - Grupo de Dança dos Piratas, ligado a Equipe Os Piratas da Gincana Cultural de Belterra.

⁴ MOJOB - Movimento Jovem de Belterra, tem parceria com a Equipe Raça na Gincana.

⁵ Dança regional, de origem indígena, que se assemelha à capoeira, com muito requebrado.

⁶ Ritmo paraense que deu origem ao calypso.

⁷ Ritmo também conhecido como arrasta-pé.

⁸ “Mais-como-então?” “Me explique por favor!” / “Borimbora!” “Vamos embora!” / “Ora Veja!” É o mesmo que admiração.



Arquivo FASE Pernambuco

Recife - Cidade desigual, como superar este fato?

Recife, uma das maiores cidades brasileiras, é capital do Estado de Pernambuco, localizado no Nordeste do Brasil. A sua região metropolitana abriga cerca de 3 milhões de pessoas, sendo 1,2 milhão o número de jovens habitantes nesta região. Recife já foi a terceira cidade mais rica do país, perdendo apenas para as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Porém, em aproximadamente trinta anos a cidade perdeu espaços para outras da região Nordeste e hoje é apenas a nona cidade capital com mais recursos no Brasil. Este empobrecimento gerou uma grande parcela de desempregados na região e foi decisivo nos atuais índices sociais que atingem atualmente a área.

Recife, seguindo a tendência brasileira, tem o total de 700 mil jovens com mais de 18 anos, e esta parcela da população não conta ainda com políticas específicas. Geralmente são os jovens os que mais sofrem com os baixos índices de desenvolvimento e desemprego, pois sem a renda familiar estabilizada, muitos abandonam a escola em busca de pequenos serviços em troca de algum dinheiro para conseguir sobreviver no mundo globalizado atual.

Jaqueline Soares*

Neste contexto, as mulheres jovens são as que mais sofrem a privação dos seus direitos. Elas são as maiores vítimas da violência de gênero. Muitas mulheres jovens são assassinadas por seus companheiros, ou sofrem violência apenas por serem mulheres e por estarem inseridas em um contexto histórico de uma sociedade brasileira machista e patriarcal.

O preconceito institucional historicamente criminaliza os jovens. A polícia, por exemplo, expõe a juventude a ações vexatórias durante intervenções nas comunidades. Geralmente jovens negros e pobres são agredidos em vistorias que utilizam muitas vezes o preconceito institucional e o abuso de poder para escolher os jovens tidos como "suspeitos" de crime, a partir da raça, etnia e classe social, como base para suas investigações.

Recife é considerada uma das piores cidades para a juventude viver. Segundo o IDJ (Índice de Desenvolvimento Juvenil), um estudo realizado pela UNESCO, Recife é a penúltima capital brasileira em qualidade de vida para seus jovens. Nos índices absolutos da violência, em cerca de 70% dos homicídios, as vítimas são jovens entre 15 e 29 anos.

Nem o direito de ir e vir é plenamente usufruído, pois o alto valor do transporte público impede que muitas pessoas, principalmente jovens, tenham acesso ao lado mais rico da cidade, que dispõe de melhor qualidade de vida e de mais espaços de cultura e lazer. Aqui na cidade existem duas realidades bastante distintas: grande parte da população jovem habita nas

* Jaqueline Soares faz parte da Rede Juventudes, tem 23 anos e é História pela UFPE. Atualmente para a FASE no projeto Derechos Direitos.

regiões mais pobres, mas também há uma parcela significativa de jovens que vivem em excelentes condições de vida. Uma grande dificuldade é que estas realidades não dialogam e, diante do aumento nos índices de violência, as pessoas em melhores condições de vida se afastam dos possíveis criminosos que os jovens mais pobres podem vir a se tornar. Em entrevista com duas jovens moradoras da cidade do Recife, ouvimos essas declarações:

“Minha rotina antes é trabalhar. Não tinha tempo de chegar à escola, sempre havia passado o horário de entrar na escola. Se saísse do trabalho umas oito horas da noite ou oito e meia, era casa. Eu ia pra casa, me reunia com alguns amigos, ficava lá na frente de casa, sem fazer nada. A gente ficava bagunçando, perturbando com os outros, eu procurava sempre me acomodar em alguma coisa. Acho que eu não tinha muito uma rotina certa quando eu não estudava. Fazia qualquer coisa”.

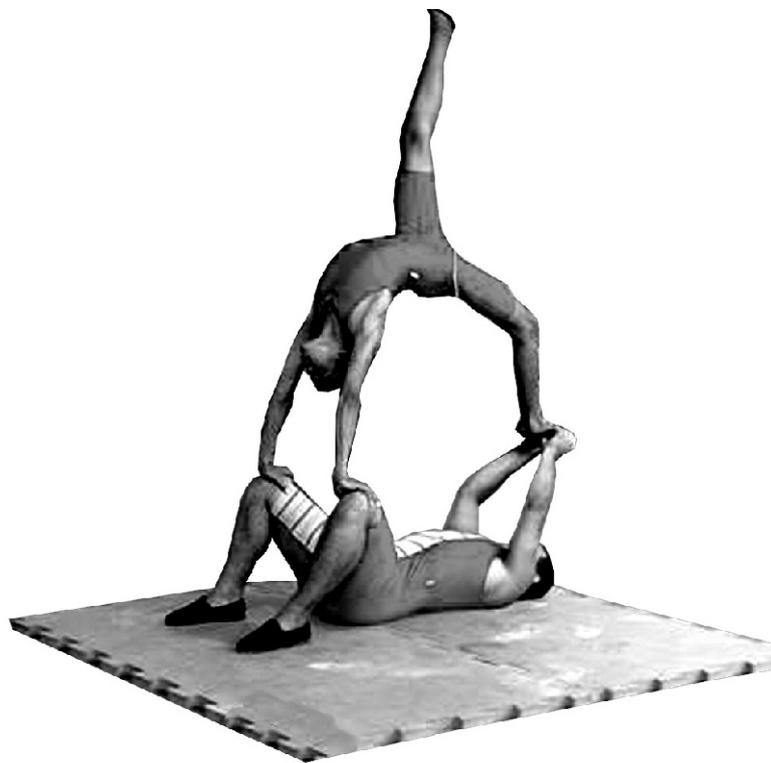
Solange, 24 anos, moradora do Bairro do Ibura

“Minha rotina é muito desgastante, começa às 7h onde tenho aula de Francês, logo após vou a academia de ginástica. Depois volto para casa e me arrumo para ir a Faculdade de medicina, estudo à tarde, quando chego à noite, estudo um pouco e espero uns amigos para sair, sempre andamos de carro na cidade, não dá para andar de ônibus, além de ser desconfortável, é muito perigoso”.

Marina, 22 anos, moradora do bairro das Graças.

Elas são jovens que vivem na mesma cidade em bairros distintos e que têm realidades bem diversas. Enquanto no bairro do Ibura, no ano de 2006, a Secretaria de Defesa Social (SDS) listou 90 assassinatos, no mesmo período foram registrados apenas dois casos no Bairro das Graças. Enquanto está disponível toda a estrutura que garanta uma boa qualidade de vida aos moradores do bairro das Graças, o que faz com que em alguns casos, as pessoas nem freqüentem os bairros vizinhos, o Bairro do Ibura é isolado do restante da cidade pela distância.

Acredito que o maior desafio da cidade atualmente é conseguir conviver com as diferentes juventudes aqui existentes, garantindo-nos melhor qualidade de vida e oportunidade profissional. Mas deve-se também abrir espaços para que a diversidade juvenil consiga dialogar e que haja espaço para que a cara da juventude apareça na cidade. Hoje associa-se o jovem com o grande problema



social na cidade. A juventude precisa ser ouvida e intervir na política das cidades de forma a garantir que suas necessidades sejam assumidas. A violência contra este seguimento precisa aparecer na grande mídia e sair da rotina das páginas dos cadernos policiais dos jornais destas cidades. O assassinio de jovens foi naturalizado pela grande mídia, que culpa a própria juventude. É preciso reagir, mostrando que cada jovem morto é uma violação gravíssima aos direitos humanos, como também é preciso cobrar do poder público solução para esta situação, sempre lembrando que as mortes destes jovens estão diretamente ligadas à ausência de políticas públicas essenciais, garantidas na constituição nacional. Estes direitos violados não aparecem para a grande parcela de população, principalmente os jovens. Com esta campanha pretendemos ampliar a discussão do direito que a juventude tem de estar na cidade como cidadão de fato e ampliar a discussão para seguimentos que não dialogam com esta temática no dia-a-dia.

Recife é uma das cidades brasileiras mais antigas, possui uma história riquíssima. Foi berço do conceito de “urbano” no Brasil. Por ter surgido em uma região formada por um porto natural, sempre recebia antes as informações das revoluções e das idéias do Iluminismo. A cidade foi berço da intelectualidade brasileira até o início do século XX e esteve envolvida em várias revoltas, garantindo melhores condições de vida para seus habitantes. Poucos jovens conhecem a rica história da cidade. A maioria desconhece as vitórias adquiridas em momentos passados, acredito que este legado deve ser divulgado, pois ajuda a criar um sentimento de pertencimento à cidade e ajuda a aumentar a auto-estima da população local.

Recife é uma cidade litorânea, com forte potencial turístico, porém ainda pouco explorado e conhecido como roteiro no Brasil. As vizinhas Salvador, Fortaleza e Natal recebem mais turistas anualmente, mas este é um campo que vem se abrindo com o tempo. Vizinha da cidade de Olinda, que é Patrimônio Cultural da Humanidade e com características bem diferentes, a cidade surge como um atrativo turístico não apenas pela bela praia de Boa Viagem, mas pela cultura popular que nós conseguimos manter.

A cidade é muito rica culturalmente: coco, forró, maracatu, afoxé, ciranda, reisado, boi, cavalo marinho, etc., são exemplos de ritmos pernambucanos que ajudam a divulgar o estado como o que possui mais manifestações culturais preservadas no país.

A cultura é a principal arma que temos para combater a violência e gerar qualidade de vida para a população. Muitos jovens se organizam a partir da arte e da cultura para lutar pelos direitos da juventude. Segundo o mapeamento de grupos e organizações juvenis, existem cerca de 1000 grupos de jovens, organizados por jovens, reivindicando o direito de se organizar. É necessário dar mais visibilidade para as ações destes grupos para reverter a imagem que a sociedade tem sobre os direitos da juventude.

Recife também é berço do movimento *manguebit*, encabeçado pelo jovem Chico Science, morto em 1997, e considerado percussor de todo este movimento artístico cultural, que pregava unir a cultura tradicional pernambucana com as novas tendências artísticas. Esta nova música foi muito importante para a difusão de Recife como a capital multicultural brasileira, gerando o carnaval multicultural, que é o ápice de toda esta riqueza artística local.

Outra grande potencialidade está no esporte, Recife é conhecida como celeiro de novos talentos do esporte. A cidade tem um alto poder de mobilização de jovens que praticam esportes radicais, como skate, bicicross, basquete, etc. Como também possui uma grande parcela organizações ligadas ao movimento Hip-Hop que luta por direitos da juventude. Todas estas potencialidades devem ser encaradas pelo poder público, pois estas características situam Recife e sua juventude no mundo.

Acredito que um grande potencial já citado anteriormente está nestas organizações juvenis. Estes grupos aqui na cidade têm uma boa intenção em lutar por direitos da

juventude e um grande poder de mobilização social. Porém ainda não foi feita nenhuma campanha que aproximasse estes grupos que estão distantes em suas comunidades.

Estes grupos podem ser capazes de trazer à tona a discussão da violência diária que vivenciam rotineiramente os jovens que habitam nas maiores capitais do Nordeste. Uma das possibilidades seria buscar o número de jovens assassinados e fazer atividades de impacto na grande mídia e na rotina da cidade, como caminhadas, vigílias, intervenções artísticas relembrando das vítimas assassinadas nas cidades de Fortaleza, Natal, Recife e Salvador. Utilizando ações pacíficas tendo como base a cultura de paz.

Acredito que atuando em rede, organizando os grupos juvenis já existentes, poderíamos centrar forças para reivindicar Políticas Públicas de Juventude, trazendo a realidade de quem vivencia diariamente a violação de direitos básicos, mas que mesmo assim luta pela garantia de dias melhores e por sobrevivência em uma realidade tão adversa quanto a existente em Recife.

Dar voz à juventude, mas não só voz como também a possibilidade de construir e efetivar propostas para garantir a qualidade de vida desta parcela que durante anos sofreu com a ausência de intervenções políticas.



Arquivo da ASCOM/Prefeitura de Belterra.



Juventude e outras práticas

Aercio de Oliveira*

* Educador da FASE, acompanha as atividades e projetos realizados com jovens.



O propósito deste artigo é tentar descrever de maneira sintética as atividades coordenadas pela FASE dirigidas ao segmento juvenil¹, a partir de projetos que contam com o apoio da Fundação Rosa Luxemburg². Aproveitamos para apresentar alguns aspectos que julgamos relevantes para o desenvolvimento da nossa prática educativa junto a este segmento. Preliminarmente, vamos expor características do contexto social em que estão inseridos os jovens³ que têm participado diretamente das atividades, bem como um pouco das suas práticas organizativas e as causas que defendem.

Contexto

Parte significativa dessas atividades é desenvolvida em cidades da Baixada Fluminense – Duque de Caxias, Mesquita, Nova Iguaçu e São João de Meriti –, uma extensa área periférica da região metropolitana do Rio de Janeiro. Seus temas e dinâmica, geralmente são definidos pelos jovens participantes, em diálogo com os educadores da Fase. Com isso, em diversas ocasiões os jovens ocupam a posição de responsáveis pela construção da atividade. Muitos deles moram em cidades da periferia dos centros urbanos, como a Baixada Fluminense, região que expressa materialmente os resultados de um padrão de produção urbana que gera elevado nível de desigualdade. Fazem parte de regiões em que a marca é a escassez ou inexistência de políticas públicas. Infelizmente este é um fato que parece ser comum nas áreas mais distantes dos centros das metrópoles. A periferia é caracterizada pela restrita infra-estrutura urbana, pelas dificuldades que os seus moradores têm para obter trabalho formal, pelos obstáculos materiais e simbólicos para poder circular pelo conjunto da cidade e fruir dos melhores espaços e equipamentos públicos, unidades educacionais e de



saúde em péssimas condições de funcionamento, seja pela qualidade dos serviços ou pelo estado das edificações.

Quando observamos a situação juvenil neste contexto, os problemas parecem ser amplificados. Como bem sabemos, a juventude é um período de descoberta, momento da vida em que estamos ávidos por conhecer e trocar experiência. É a fase em que valores e conceitos começam a se sedimentar, o momento de construir projetos, no meio de relações intersubjetivas intensas. Portanto, a troca de informação, a mobilidade, o acesso ao lazer e à cultura são pontos chave para contribuir com o desenvolvimento pleno das potencialidades características desse período. Mas parece que as cidades, especialmente aquelas semelhantes às da Baixada Fluminense, insistem em negar essa possibilidade a seus jovens. Ou melhor, tentam negar, pois como veremos, a juventude cria estratégias para superar as dificuldades de acesso e a escassez que encontra nos territórios.

Num momento em que a política passa por um intenso processo de resignificação e os movimentos sociais reconstruem seus métodos de intervenção, muitos jovens sentem os impactos dessas mudanças e, em muitas situações, são parte constitutiva desse novo quadro que tem provocado intensos debates e controvérsias entre

¹ Referimo-nos a jovens que ocupam a faixa etária de 15 a 29 anos.

² Para melhor conhecimento da Fundação Rosa Luxemburg ver sítio eletrônico www.rls.org.br

³ Termos como “jovem”, “jovens”, “os”, etc. devem, através deste artigo, ser tomados como abreviação de “o jovem ou a jovem”, “as”, “o/a”, “ele/a” e assim por diante.

pesquisadores sociais. Sob um ponto de vista esquemático e simplista, as alternativas para os jovens que vivem em regiões com as características descritas acima parecem se resumir a integrar as organizações sociocriminais ou entrar em instituições religiosas conservadoras. Mas, felizmente, a realidade demonstra uma maior riqueza e complexidade quando damos atenção para os interstícios dos fenômenos sociais. Sem querer cair no outro extremo, que muitas vezes ignora a face mais dura da realidade, podemos afirmar que muitos jovens têm se mobilizado não só em torno da arte, mas também de questões de ordem identitária – condição de gênero, GLBTs⁴, étnico-racial –, ambientais, direitos humanos, saúde, educação, entre outras.

É nessa realidade social, com a participação ativa e majoritária dos jovens com as características descritas acima, que a Fase, com o apoio da Fundação Rosa Luxemburg, desenvolve algumas de suas atividades. Através delas, pretende-se colaborar para que os jovens adquiram meios, mesmo que simbólicos, para reverter uma realidade social onde predomina a distribuição desigual dos bens e da renda.

As Atividades

Uma importante atividade para nós, que parece ter desencadeado outras e nos aproximou do segmento juvenil foi o Café Filosófico. Ele ocorre regularmente nos municípios de Mesquita, Nova Iguaçu e São João de Meriti, cidades do estado do Rio de Janeiro, e em Recife, capital do estado de Pernambuco. Iniciou em 2002, em São João de Meriti e são os jovens que definem o tema do debate. Questões relacionadas à arte, cultura, condição de gênero, política, democracia e filosofia são colocadas em discussão dentro de um bar, de maneira descontraída, acompanhada de salgadinhos e petiscos – bem ao estilo de conversa de bar. Sempre há um convidado que levanta questões sobre o tema em discussão. Mas antes do convidado expor suas idéias, é apresentada uma performance artística, que pode ser um esquete teatral, a declamação de poemas, apresentação musical ou uma roda de capoeira. Esta opção dependerá da criatividade e o interesse de quem deseja participar do evento. É um clima bem diferente das reuniões e atividades dos movimentos sociais, instituições sindicais e partidárias. O objetivo é possibilitar um ambiente em que as pessoas se sintam livres para expor suas opiniões sobre questões que acham relevantes e construir relações mais estreitas de sociabilidade. O Café Filosófico já faz parte da agenda de jovens e também de adultos da região, o que possibilita o diálogo intergeracional entre os participantes.

Outra atividade que começou em 2006 e foi para sua segunda edição no ano passado é a Jornada Cultural. A primeira aconteceu na cidade de Recife, como parte do Fórum Social Brasileiro. Dela participaram grupos artísticos da Baixada Fluminense e da região metropolitana de Recife. Os trabalhos apresentados, numa confluência das mais diversificadas linguagens artísticas, procuravam criticar os princípios neoliberais. O próprio tema da Jornada Cultural era “Democracia e multiculturalismo: a arte contra o neoliberalismo”. Grupos de hip hop, de dança, teatro, mídia alternativa, áudio-visual, arte circense e literatura, entre outras linguagens, apresentaram seus trabalhos. No mesmo período, os grupos da Baixada Fluminense foram até o Alto José do Pinho, bairro da periferia da metrópole de Recife. Lá se apresentaram e, especialmente os do Rio de Janeiro, puderam conhecer melhor a experiência da Rádio Alto Falante e as bandas de música do bairro que já fazem sucesso em outras regiões do país. A Jornada Cultural garantiu espaço para que os grupos, tanto da Baixada Fluminense como de Recife, pudessem trocar experiências e conhecer melhor como cada um atua em contextos socioeconômicos semelhantes, e refletir sobre as alternativas ao neoliberalismo apresentadas no Fórum Social Brasileiro.

Já no ano de 2007, o tema da jornada cultural foi “Arte e culturas: reinventando as cidades”. Nesta, o principal objetivo era reunir no mesmo espaço, por três dias, trabalhos artísticos alternativos aos que predominam dentro da indústria cultural, e possibilitar que iniciativas inovadoras de ocupação das cidades fossem conhecidas e debatidas. Seguiu-se a idéia da importância da complementaridade entre arte, cultura e cidades. Esse evento aconteceu na cidade de Nova Iguaçu, na unidade do SESC daquela cidade. Além da presença de grupos artísticos da Baixada Fluminense e de Recife, muitos dos quais haviam participado da jornada do ano anterior, estiveram presentes também grupos de hip hop, teatro e mídia alternativa da Alemanha e grupos artísticos do Uruguai. Além das apresentações artísticas, exposição de grafite e mostra de áudio-visual, houve oficinas, conferências e painéis. Um dos pontos de destaque foi a releitura das obras de Candido Portinari⁵ realizada por artistas que utilizam a técnica do grafite, exposta em quinze painéis na galeria do SESC de Nova Iguaçu.

⁴ Gay, Lésbica, Bissexual, Travesti, Transexual e Transgênero.

⁵ Ver o artigo da grafiteira Panmela Costa, que participou da exposição e a entrevista com João Portinari nesta edição.

Nas conferências e painéis, não estiveram em pauta apenas os temas relativos a arte e cultura. Representantes de organizações, movimentos sociais e pesquisadores de universidades abordaram questões ligadas à luta por cidades mais justas e democráticas, conforme a plataforma do Fórum Nacional da Reforma Urbana. Novamente, a Jornada Cultural criou oportunidade para a troca de experiências e a construção de estratégias e diálogos capazes de apresentar uma alternativa ao atual modelo de cidades que tanto segrega e gera desigualdades. Outro aspecto para a construção da Jornada Cultural é a participação de grupos artísticos que compõem a Rede de Grupos Culturais da Baixada Fluminense, que não somente se apresentaram, mas estiveram na organização das atividades, junto com a Fase.

A dimensão internacional, ainda que de forma incipiente, tem estado presente em nosso trabalho, com alguns grupos que compõem a Rede de Grupos Culturais da Baixada Fluminense e grupos culturais juvenis da Alemanha e do Uruguai. Jovens dos três países, desde 2006, fazem parte do intercâmbio internacional “Zusammen y Misturados”⁶ que está sob a coordenação geral da Casa Bertolt Brecht⁷. O objetivo do intercâmbio é aproximar mais as experiências dos jovens desses três países e possibilitar o processo de multiplicação das experiências em seus países de origem. Todos os grupos inseridos no intercâmbio são críticos ao neoliberalismo e manifestam sua contrariedade por meio da arte e da cultura. São grupos que atuam com música e hip hop, arte cênica, arte circense e mídia alternativa. Há dois grupos que coordenam rádios alternativas: Rádio El Puente FM, no Uruguai e Rádio F.R.E.I na Alemanha. Os encontros ocorrem, por meio virtual, nos chats que acontecem mensalmente – os temas mais presentes nos debates virtuais são violência (sobretudo como ela se manifesta em países com culturas tão diferentes), os problemas ambientais e as novas formas de se inserir na vida política. Há também os encontros presenciais que ocorrem uma vez por ano. Em 2006, o primeiro encontro aconteceu no Uruguai. No ano passado, no Brasil, na cidade de Nova Iguaçu, e este ano deverá ocorrer na Alemanha. O encontro de 2007 possibilitou aos grupos da Alemanha e Uruguai participar da Jornada Cultural. Nos encontros presenciais há produção coletiva de material artístico para possibilitar que a experiência seja conhecida por outros grupos e pessoas nos respectivos países. Os produtos coletivos podem ser boletins, grafite, música, vídeo, de forma que sempre retratem a posição crítica ao modelo de sociedade existente. Também jovens do Brasil e do Uruguai estiveram na Alemanha para engrossar o movimento de ativistas contra o encontro do G8, na cidade de Rostock.

Por fim, naquilo que se refere a atividades, queremos enfatizar a criação da Rede de Grupos Culturais da Baixada Fluminense. A rede se formou no início de 2006 com a participação de 16 grupos e com a presença majoritária de jovens. Poucos são aqueles com mais de 29 anos de idade. Surgiu a partir dos encontros do Café Filosófico e da oficina realizada no final de 2005, em que tratamos da relação entre cultura e cidade. Nessa oficina e nos Cafés, os grupos e jovens manifestavam a necessidade de um espaço em que os problemas e dificuldades para se produzir arte e cultura na Baixada Fluminense pudessem ser enfrentados coletivamente. Assim, a rede foi se tornando um espaço de debate e mobilização, ao mesmo tempo em que alguns grupos que dela participam assumiram atividades em parceria com a Fase, como o Café Filosófico, a Jornada Cultural e o intercâmbio internacional CBB. De acordo com a avaliação dos grupos, a rede contribuiu para que muitos deles se consolidassem e tivessem mais clareza sobre o objetivo de suas práticas, além de possibilitar o contato e aproximação com outros grupos e instituições. Como exemplo, podemos citar a Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro (UFRRJ), que tem um campus na cidade de Nova Iguaçu. Alguns grupos tiveram a oportunidade de desenvolver parcerias e atividades com a UFRRJ. Atuar em rede continua a ser um exercício e um desafio para todos os envolvidos, à medida que as experiências e o grau de institucionalidade de cada um são diferenciados. O momento em que isso ficou mais visível foi durante o processo de construção e realização da Jornada Cultural. Mas participar desse desafio parece ter sentido. É uma rede flexível com a presença regular de poucos e um fluxo sazonal da maioria, que fazem sua entrada a partir de questões muito concretas. Um dos principais objetivos, que é o de abordar as dificuldades em se produzir cultura na região, ainda não foi colocado na cena pública da Baixada como todos gostariam. Mas tudo indica que, pela disposição dos grupos mais antigos e dos novos que ampliam os nós da rede, isso está bem perto de acontecer.

⁶ É possível conhecer melhor o intercâmbio no sítio eletrônico www.cbb-intercambio.net

⁷ Organização não-governamental que desenvolve atividades de educação popular no Uruguai. Para saber mais ver, sítio eletrônico www.casabertoltbrecht.org.uy

Breves considerações

Nossa participação nessas atividades e projetos, em que a presença dos jovens é marcante, tem sido importante para uma auto-reflexão e para realizar mudanças e ajustes em nossas práticas educativas. Em parte, a juventude organizada e envolvida em causas tão diversificadas é também um importante segmento que pode ser visto como um sensor que nos indica e auxilia a entender um pouco melhor aquilo que se passa em nosso tempo. No entanto, estamos longe de crer que o caminho da mudança passa exclusivamente pelas práticas democráticas e mobilizadoras juvenis, pela cultura ou por partido político. Nos tempos atuais, está difícil prognosticar qual o melhor meio para se chegar ao “reino da liberdade” ou a uma sociedade justa e democrática. Parece mais sensato, no momento, crer na complementaridade e diálogo entre as inúmeras maneiras de mobilização.

A percepção que temos nessa relação com os jovens parece que faz esvanecer algumas idéias e modelos organizativos que ainda são vistos como paradigmas para se alcançar a justiça plenamente em nossa sociedade. Uma idéia é aquela que pode ser sintetizada com o seguinte jargão: conscientizar para transformar. Parece que hoje, esta idéia basilar, que orientava as intervenções educativas populares, não se coaduna com a dinâmica desse segmento. Partir de uma prática pedagógica que idealiza um sujeito, que dá destaque mais aonde se quer chegar do que ao caminho que deve ser percorrido, é inadequado. Já o modelo organizativo via partido político, em que as massas populares ou os quadros políticos devem estar

Alexandre KDO (O morro)



unidos e firmes para transformar a realidade e enfrentar os inimigos de classe, também parece perder importância dentro do segmento juvenil. Claro está que essas idéias estão diluídas entre poucas práticas institucionais, ou perdidas como leves resíduos dentre as culturas institucionais. Os tempos são outros e tais exemplos cumprem mais uma função heurística. Mas são referências que têm descambado para o horizonte entrópico, ao menos em nosso país, sobretudo depois que o principal partido de esquerda passou a governar o Brasil. Em se tratando do segmento juvenil, tais idéias e formas organizativas e mais tantas outras que delas decorrem demonstram sensibilizá-los muito pouco, ao menos nas circunstâncias históricas atuais. Isso não significa que alterações futuras não possam vir a ocorrer, inclusive no sentido de revigorar modelos organizativos que outrora foram eficientes para o embate político. Mas, no momento, a tendência não é essa. Tais modelos devem ser vistos apenas como mais uma opção dentre uma constelação de iniciativas organizativas.

Os jovens, ao menos aqueles que se mobilizam dentro do campo democrático, mesmo sofrendo as consequências nefastas de um padrão de acumulação do capital, têm procurado ressignificar a política. Dar um sentido diferente a determinadas práticas, um sentido que, aos olhos dos “mais experimentados”, parece não dizer muita coisa. Não obstante, temos visto que aqueles jovens – voltamos a insistir no uso do pronome demonstrativo para não incorrerem em generalizações – demonstram disposição e crítica para enfrentar uma realidade tão dura. Inclusive em áreas marcadas pelo confronto entre a polícia e as organizações sociocriminais, surgem grupos juvenis que, através da linguagem cultural

acompanhada de cautela, procuram denunciar e reverter a situação de constante perigo em que estão imersos.

Também podemos verificar que grupos juvenis entram na luta por direitos e passam a exigir políticas públicas específicas. É comum vermos publicizações da luta pelo passe livre, puxada pelo movimento estudantil secundarista, mas outras questões começam a ter visibilidade na cena pública. Um exemplo é o número de “pré-vestibulares para negros e carentes” coordenados por jovens, além daqueles que atuam na área da arte e cultura, que se apropriam de mídias alternativas para divulgar seus trabalhos e condições de vida. No campo mais institucionalizado, com todas as dificuldades e tensões que surgiram, a Conferência Nacional da Juventude foi a oportunidade para que diversos temas e interesses pudessem ser debatidos e sistematizados numa ordem de prioridades. Milhares de jovens e organizações que trabalham com esse segmento participaram das conferências livres e estaduais.

Os fatos e nossa experiência mais recente mostram-nos de maneira alentadora que, sem perder de vista nossos nobres objetivos de pavimentar o caminho para uma sociedade justa e democrática, devemos ouvir atentamente nossos jovens. Mas esta não pode ser qualquer escuta. É importante que seja aquela edificante, que fortaleça o processo de construção de algo novo que não sabemos ao certo o que é. Que seja transformadora e nos transforme, ao demolir nossos preconceitos e dogmas. Muitas vezes aquela audição e aquela visão que concebem os jovens como um corpo desprotegido, como precarizados que precisam ser “incluídos”, atrapalha tanto a concepção que os vê como bravos heróis num mundo marcado pelo signo da barbárie. Ambas as concepções, se seguidas à risca, parecem deixar pouco espaço para saber realmente o que eles desejam dizer. Essas experiências, além de servir como ações de mudanças imediatas, devem ser vistas como ocorrências úteis para alargar ou radicalizar imaginações transformadoras.



A Um informe da Alemanha

pedido da Fase, a Fundação Rosa Luxemburg enviou um informe para a revista Proposta em que conta algo sobre o seu trabalho com o segmento juvenil na Alemanha. É uma forma de demonstrar que o apoio que aquela instituição promove no Brasil por meio da Fase e outras parcerias inclusive no trabalho com juventude está refletido numa prática em seu próprio contexto. A iniciativa que a fundação escolheu apresentar é uma rede de educação para jovens. Esta rede funciona fora do sistema escolar tradicional e se propõe a fazer educação política. Assumidamente “esquerdista”, a proposta é atual porque opta por uma relação com os jovens em que a construção de uma visão de mundo seja mais uma responsabilidade deles do que dos educadores. Assim, os critérios apontados pela Fundação Rosa Luxemburg como constituintes de sua rede de educação de jovens são muito próximos dos critérios de educação popular promovidos pela Fase e outras instituições na América Latina, seja no trabalho com o segmento juvenil ou demais grupos sociais. Do informe enviado por Silke Veth, socióloga que trabalha na área de formação política, destacamos esta entrevista com Ronald Höhner, coordenador do trabalho com jovens da Fundação Rosa Luxemburg.



Silke Veth - Nascida em 1971, socióloga, trabalha desde 1999 na Fundação Rosa Luxemburg na área da formação política, com o enfoque temático em questões do "trabalho global", gênero, migração, política internacional.



Ronald Höhner - Nascido em 1970, tem 15 anos de experiência na área de formação com jovens, com enfoque em questões internacionais, trabalha desde 2000 na Fundação Rosa Luxemburgo, como coordenador do trabalho com jovens, é co-fundador da Rede Juvenil de Formação Política

Educação de jovens esquerdista e focada na emancipação são palavras fortes e uma grande responsabilidade. O que está por trás disso? Por que precisamos de uma formação específica para jovens?

Os jovens funcionam de forma diferente. Em suas vidas, olham mais para frente do que para trás. Seus interesses na sociedade são mais diretos a curto prazo e orientados em

projetos. Sentem as injustiças ou eventos da política mundial de forma emocional, e querem também fazer mudanças. Tudo isso é feito com uma experiência e um conhecimento que são incompletos, e a própria visão do mundo está sendo construída. E afinal, trata-se de um aprendizado para a vida, tanto no conhecimento social e objetivo como também no conhecimento da própria pessoa. Estes me parecem ser motivos

suficientes para basear os temas, as formas e até mesmo os locais para a educação destas especificidades.

O que é específico na educação dos jovens?

Em primeiro lugar, constatamos que os conhecimentos prévios, as solicitações de aprendizado individuais e também as capacidades sociais estão distribuídas de forma muito

injusta. Isso nós pretendemos resolver com uma concepção de ensino que não prioriza o resultado, mas sim o caminho. Por isso, estamos sempre abertos para os processos e resultados. Assim, os jovens estão buscando uma imagem consistente do mundo, a partir da qual eles podem conduzir as próprias ações. Isso é uma grande responsabilidade para nós como educadores, e não queremos, nem podemos, definir para eles uma imagem do mundo. Eles precisam adquiri-la. Em nossos eventos, isso significa que precisamos de muita discussão, reflexão e tolerância. Não há certo e errado, mas muitas opiniões que podem ser conflitantes. Um terceiro ponto está na necessidade de colocar em prática o conhecimento. Isso é um grande desafio e é sempre uma situação complicada. A linha divisória entre educação política e o mero acionismo político é fina. Aqui, tentamos apoiar o empoderamento e melhorar a visão para a solidariedade, hierarquias e potenciais para a criação de redes.

Quem vocês pretendem atender?

Nosso público alvo é de jovens que desejam mudar a sociedade de forma solidária, com objetivos focados na emancipação. Esses são os atores. Apoiamos os jovens em situação desvantajosa em sua reflexão sobre a sociedade, em seu empoderamento e na expansão de seu conhecimento prático de resistência. Além disso, cooperamos com multiplicadores que se entendem como intermediários de conhecimentos e experiências, e não como proprietários. Essa descrição talvez seja menos concreta do que, por exemplo, “sexo feminino, com menos de 25 anos, que teve uma socialização esquerdista e em situação desvantajosa”. Mas também

não gostamos de atribuições e construções.

Fale sobre os aspectos esquerdistas e de emancipação na educação de jovens.

Na educação de jovens que nós fazemos, é importante compreender as situações na sociedade, a determinação de sua própria posição nela e as ações derivadas que mudam a sociedade. Aqui, nenhum tema e nenhum método é propriamente esquerdista. O aspecto “esquerdista” se define ao mesmo tempo a partir do conteúdo, do processo de aprendizado e do objetivo global em um contexto concreto. Sobre o processo, é importante dizer que incentivamos o aprendizado social. Com grupos de estudo heterogêneos, enfatizamos a cooperação e o aprendizado mútuo. O objetivo de nossa formação é, em resumo, a mudança da sociedade.

Isso parece uma educação idealista.

Isso é de fato uma imagem ideal. Claro que em nosso incentivo também há projetos educacionais que ainda não cumprem completamente esse ideal. Mas estamos atuando em conjunto nessa direção e medimos a qualidade de nosso trabalho nisso, mesmo sabendo que a prática às vezes é difícil. O ideal não foi definido por nós, como fundação, mas foi elaborado em conjunto com os mantenedores, com os quais trabalhamos em conjunto. E também não é algo fixo, mas em constante desenvolvimento. A chave para isso é a rede de educação de jovens. Em conferências e oficinas regulares, os mantenedores refletem conjuntamente as suas atividades educativas, trocam suas experiências, aprendem uns com os

outros e tentam formular elementos para um conceito de educação esquerdista.

Há exemplos destes conceitos?

Bem, por exemplo, debatemos a questão de como lidamos com a escola. São, por um lado, coletivos obrigatórios que recusamos, e por outro lado proporciona um acesso a jovens com pouca educação. É um dilema, e alguns mantenedores fazem de uma forma, outros de outra. Em uma conferência, desenvolvemos alguns critérios sobre o trabalho escolar. Outro assunto polêmico é o manuseio das competências sociais. E não podemos esquecer a análise do próprio papel no processo de educação, a questão da condução.

Resta a questão do futuro.

E esta se coloca a cada ano. A rede não é uma instituição. Aqui as pessoas mudam, e com elas, mudam as exigências. Ao mesmo tempo, os motores da rede, inclusive a minha própria pessoa, estão ficando cada vez mais velhos e cada vez mais diferentes dos jovens. O processo, portanto, precisa de uma dinâmica, para não começar de novo a cada vez. Esse é outro assunto discutido pela rede e pelas fundações dos países. A nova idéia é criar a partir de 2008 um programa conjunto para jovens, que será preenchido com eventos próprios da fundação Rosa Luxemburg e das fundações dos países, assim como com projetos educacionais subsidiados. A médio prazo, imagino que os mantenedores usem a rede para além da reflexão sobre o próprio trabalho, para desenvolver linhas temáticas que possam ser colocadas em prática de forma

dividida. Isso, no primeiro momento, parece pouco impressionante, mas considerando a lógica dos últimos quatro anos, faz sentido. Pois em nenhum outro lugar vejo mais competência e ao mesmo tempo capacidade crítica para preencher as palavras da educação de jovens com foco na emancipação como na rede de educação de jovens. Assim, esse programa conjunto é um espaço e um local para canalizar esta competência.

rls

rls Instituto Rosa Luxemburg Stiftung

Home | Destaques | Cadastre-se | Links | Mapa do Site | Fale Conosco

- » Instituto
- » Projetos
- » Publicações
- » RLS e Parceiros
- » Eventos Realizados
- » Rosa Luxemburg
- » Notícias
- » Agenda
- » Fórum de Discussão
- » Bolsas de Pesquisa
- » RLS English | Deutsch

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA: "RUMO AO TRIBUNAL DOS POVOS"
RLS e Parceiros - 5/5/2008



O IRLS, junto ao PACS, está organizando uma audiência pública "Rumo ao Tribunal dos Povos". A apresentação dos casos acontecerá quinta-feira, 8 de maio, no Sindipetro- RJ, das 11h ...

[+] Leia a Matéria

» Agenda

24/4/2008 - Do SobreTudo - Café Filosófico: "Mulher, Graffiti e Sociedade"
veja mais

» Eventos Realizados

7/3/2008 - Instituto Rosa Luxemburg inaugura sua nova sede

29/10/2007 - La Patagonia frente al nuevo escenario de saqueo

25/10/2007 - Instituto Rosa Luxemburg promove encontro de parceiros no Rio

30/8/2007 - Rede de debates sobre a Previdência e Seguridade Social no Brasil (DF)

www.rls.org.br

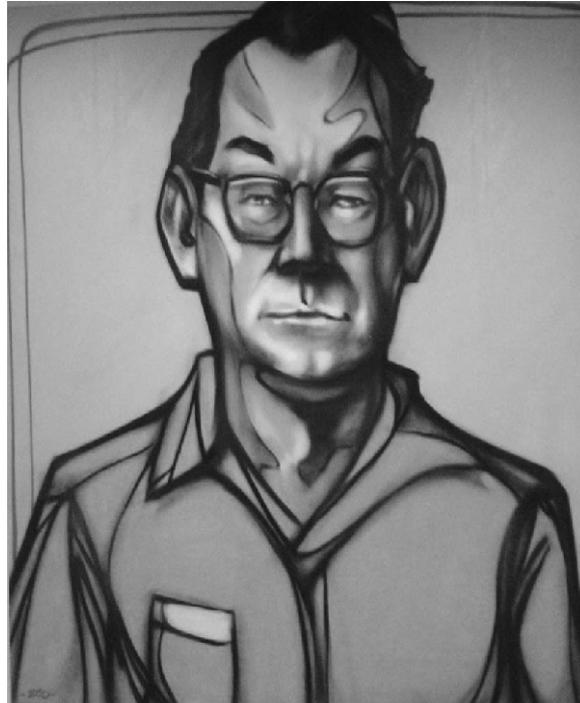
rls



De Portinari ao graffiti

Panmela Castro*

* Artista Plástica, Panmela tem 26 anos, participa da ONG ComCausa - Cultura de Direitos e exerce o trabalho de curadoria em diversos projetos.



A Fase e a Fundação Cândido Portinari realizaram em novembro de 2007 a exposição “De Portinari ao Graffiti”, como parte do evento Jornada Cultural, na cidade de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense. A exposição era composta de 14 releituras de obras do artista pela estética do grafite. Participaram desta homenagem grafiteiros do estado do Rio de Janeiro cujas concepções de arte são moldadas pela vivência e criação nos subúrbios, e que assim como Portinari, sempre deixaram claro que suas origens foram uma grande inspiração para suas obras. A temática social foi escolhida como fio condutor da arte grafite no Rio de Janeiro desde o seu princípio, em meados da década de 90. Com o tempo, muitos outros estilos e propostas nasceram, mas muitos artistas ainda hoje usam o grafite como forma de crítica do governo, como exigência de direitos ou simplesmente para contar a história do nosso povo, como acontecia na arte mural de Portinari.

O grafite, assim como o mural, se desprende do conceito de privado e de elite, e passa a dar voz ao povo, por sua temática, e direciona a arte para um sentido de público, criando acesso e democratizando-a sem qualquer tipo de discriminação, já que nas ruas ela atinge todas as classes sociais, raças e gêneros. A importância do mural para a história do grafite é que ele abriu espaço para a chegada dessa arte nova. Assim como os grafiteiros de hoje, Portinari não se contentava em restringir sua arte a uma elite em busca somente do capital, mas tinha em seu coração o objetivo maior da aceitação do público e por isso o espaço público passou a ser seu melhor suporte. Portinari anunciava, antes mesmo da metade do século XX, o conceito de arte do século XXI.

Mesmo com toda esta mudança, ainda hoje na arte grafite e na arte muralista, existe o financiamento público e agora

principalmente o privado, em que empresas contratam artistas para intervir em seus espaços ou para fazer arte direcionada à propaganda e ao consumo. Vejo que, em seu momento, Portinari funcionava como um Robin Hood das artes, pois tirava dos ricos para oferecer aos pobres. É claro que os murais eram democráticos e atingiam todas as camadas da população, mas pelo fato de que as camadas sociais mais despossuídas têm muito menos acesso à arte (muitas vezes nenhum acesso), elas se tornavam as maiores privilegiadas. Isto, mesmo sem considerar que em seus murais os temas inspirados nesta parte da população eram uma constante. Hoje, o direito a ter acesso à arte urbana já é considerado normal dentre as classes de menor renda. Da mesma forma que Portinari, apenas com diferenças relacionadas ao processo de criação, os artistas de hoje usam o que tiram das elites para produzir algo para a população da rua em geral. É incrível como em momentos tão distantes dois tipos de arte possuem identidades tão próximas como a arte grafite e a arte mural.

Do tempo de Portinari para cá, uma significativa mudança se deu na questão do privado e do público. Na época de Portinari, a intervenção urbana livre e desregrada seria impossível e classificada como pichação, já que o espaço público era tido como algo que pertencia ao Estado e não à população. Murais públicos, em sua maioria, eram financiados pelo próprio governo ou por empresas públicas que exibiam as pinturas para a população. Já nos tempos de hoje, a idéia do que é público mudou e passou a ser sinônimo de coletivo, ou seja, pertence a todos. E assim, jovens desta nova geração, da década de 90 em diante, se sentem no direito de tomar seus espaços, e acontece então a proliferação de grafites por toda a cidade como forma de afirmar a existência na comunidade e marcar espaços

dentro dela. O grafite, arte do nosso tempo, nada mais faz do que reinventar o conceito de arte pública por meio da consciência coletiva dessa nova geração de jovens.

O que antes eram trabalhadores na colheita, crianças com seus brinquedos antigos e retirantes nordestinos, hoje se transforma em malabares dos sinais, nordestinos na cidade grande e produtos eletrônicos divertidos. Trocam-se os personagens mas mantêm-se as temáticas, e continua-se contando a história do povo brasileiro como principal forma de expressão e liberdade artística.

Na exposição realizada pela Fase, podemos notar três interessantes linhas de trabalho. Numa delas, os artistas aplicam a técnica do spray baseando-se em obras de Portinari, mas diferenciando-a com a linguagem do grafite, representada pelo traço forte e próprio, como podemos perceber no retrato de Rui Barbosa do grafiteiro Bobi, que é nascido e criado na Baixada Fluminense e tem uma forte presença na cena carioca, ou também pela releitura de Kajaman, que transforma um esboço produzido por Portinari em uma linguagem contemporânea, limpa e com dinâmica de design, que no meio do grafite chamamos de “graffiti vetor”. No retrato baseado no auto-retrato de Portinari produzido por

Marcelo Eco, as pinceladas são substituídas por linhas rítmicas e pelo bafo do spray, que caracterizam a imagem única e inconfundível do grafiteiro. Em uma segunda linha de trabalho, encontramos não só a adaptação das imagens à técnica do spray mas também a recriação do tema e da figura conforme os tempos de hoje, como se vê na tela de Born em que o menino que antes brincava de fita no sertão, hoje faz malabares com a mesma fita no semáforo, conseguindo assim o sustento da família. Ou ainda, o rapaz que antes trabalhava na lavoura e hoje faz circo na rua para tentar suprir de alguma forma a falta do emprego, como na releitura do Mestiço feita por mim e que ao certo foi disfarçada com a idéia do circo, quando na verdade inicialmente trataria dos menores infratores, colocando uma arma em sua mão; mas como não é comum em Portinari mostrar a derrota e a violência, a idéia da substituição do emprego da lavoura pelo emprego do assalto deu lugar à representação do emprego pelo circo. Ainda em minha obra, percebemos uma terceira linha de trabalho, em que o processo de construção do grafite está mostrado como parte da obra, que exalta o diálogo do artista com o seu público da rua como uma das características principais para a constituição da própria obra.



Depois de tomar conhecimento dos grafites com releituras da obra de Cândido Portinari, o filho deste grande pintor, João Cândido Portinari, expressou sua satisfação com o resultado alcançado. Já em 2008, a convite da revista Proposta João Cândido retornou ao tema em uma entrevista na sede do Projeto Portinari, instituição criada para preservar a memória e divulgar a história e a obra do pintor.

Diante de fotografias que mostravam os grafites expostos em Nova Iguaçu em 2007, a equipe do Projeto Portinari pôde renovar seus elogios à forma de expressão dos grafiteiros. João Cândido falou à Proposta sobre como as releituras são importantes para manter viva a obra de seu pai. “A questão de se apropriar de uma criação artística é tão velha quanto o mundo. Mas na pintura, a idéia de que um artista influencia outro é tomada de um modo um pouco pejorativo. Tanto que o verbo que se usa é sofrer. Fulano sofre a influência de alguém. Portanto, eu não poderia jamais dizer que essa releitura feita pelos grafiteiros fosse alguma coisa que pudesse ser um desdouro qualquer com relação ao Portinari, com relação à arte ou com relação a eles. De forma nenhuma. É mais do que válido isso”, disse ele.

E para reafirmar o agradecimento do Projeto Portinari à iniciativa dos jovens em reconhecer, se apropriar e recriar a obra consagrada de Cândido Portinari, João Cândido fez questão de lembrar o correio eletrônico que enviou à Fase após conhecer os resultados da exposição durante a Jornada Cultural de Nova Iguaçu. “Agradeço de coração este inédito enriquecimento para o nosso trabalho. Por favor, transmita também aos nossos caros grafiteiros meu agradecimento e minha admiração pela criatividade, talento e força vital com que eles se dedicaram a esta releitura da obra de Portinari. É comovente ver a obra de Portinari reverberando nos corações de jovens brasileiros como esses novos amigos, que a conduzem com renovadas energias para a contemporaneidade da estética e da vivência do Brasil de hoje”.

COM CAUSA

Cultura de Direitos



- Notícias
- Quem Somos
- Projetos
- Histórico de ações
- Fotos
- Textos
- Parceiros
- Util
- Links

Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência será na Baixada

Nova Iguaçu e Duque de Caxias serão sede da Reunião Regional da SBPC. Tendo como tema "Educação e Ciência para o Desenvolvimento Sustentável da Baixada Fluminense".

| Veja no [SobreTudo](#)

Reunião Regional da SBPC na Baixada Fluminense



www.comcausa.org.br

Bem-vindo ao site do

PROJETO PORTINARI

Abertura



Aceroo
Conheça a obra, a vida e a época de Candido Portinari



Archive
Learn about the work, life and times of Candido Portinari



Centenário Portinari
Visite o hot-site do Centenário Portinari



Portinari para crianças
Use!



English



Candido Portinari
Catálogo Raisonné



O Projeto Portinari é patrocinado pela:



Apoios:

 [Aceroo](#)  [Archive](#)  [Centenário Portinari](#)

www.portinari.org.br



Entrevista

Eleilson Leite

Coordenador do Espaço de Cultura e Mobilização Social da ONG Ação Educativa, Eleilson conta um pouco do trabalho de sua organização com a juventude das periferias de São Paulo, marcado pelo estímulo à produção de cultura como fator de afirmação social e política das comunidades. E também faz comentários sobre as formas de organização da juventude contemporânea, as contradições que a cercam e as políticas pelas quais o Estado tenta com ela dialogar.



Como é a história do trabalho da Ação Educativa com a juventude em São Paulo?

Eleilson A Ação Educativa foi uma das ONGs pioneiras no tema da juventude. Em 1994, quando foi criada, estabeleceu o tema da juventude como uma área estratégica. Naquele tempo não se falava em juventude como tema, o máximo que se falava era juventude no âmbito da escola e da universidade. A Ação Educativa teve a visão de colocar esse tema na pauta. Desde então, ela se dedica a observar o movimento das políticas públicas e as pesquisas realizadas sobre o tema no meio universitário. Uma terceira linha de ação foi de apoio a grupos juvenis. Então ela tem projetos desde aquela época junto a grupos juvenis. E sempre teve uma visão de pensar a juventude a partir dos grupos, e não a partir dos grandes movimentos partidários, sindicais, pastorais e estudantis, que evidentemente são fundamentais, mas não revelam a complexidade e a abrangência do mundo juvenil. E de que o trabalho com grupos poderia, e a hipótese se revelou correta, render à Ação Educativa questões interessantes sobre o que é a cena juvenil brasileira.

E como é o apoio a grupos na Ação Educativa?

Eleilson O trabalho de grupo começou quando, no início da Ação Educativa, chegou um apoio da Noruega. A Ação Educativa recebeu essa doação importante para criar o Centro da Juventude, que veio a ser justamente o espaço desses grupos. São grupos de periferia ou não, mas que carecem de espaços de encontro, de sociabilidade, espaços onde pudessem ter apoio para realização de seus projetos. A Ação Educativa já tinha a visão de que o jovem busca realizar seus projetos. E o Centro de Juventude, como é um espaço no centro da cidade, acabou sendo fundamental. É preciso ter uma referência no centro para todo mundo da periferia se encontrar. Por exemplo, no movimento Hip Hop, existe um lugar em São Paulo que é conhecido como a Galeria do Rock, que os manos do Rap falam que é a Galeria do Hip Hop, porque no subsolo é o ponto de encontro deles. Quando os jovens viram a nossa sede, com auditório e outros equipamentos, eles disseram “demorou, vamos fazer um evento”. Começou em 2001 de forma muito participativa. Nós organizamos a primeira Semana de Cultura Hip

Hop, que agora em 2008 vai para a oitava edição. É um evento discutido exaustivamente pelos grupos, em reuniões semanais que começam agora em abril e vão até junho, até sair a programação. É um evento que está no calendário do Hip Hop de São Paulo. E essa área, que antes era do apoio a grupos, acabou se traduzindo no que é o Centro de Juventude.

Mas dentre as iniciativas mais atuais, o que você destacaria?

Eleilson Eu destacaria um projeto que a Ação Educativa desenvolveu nos anos de 2004 e 2005 chamado “Vídeo, Cultura e Trabalho”. Proporcionamos um aprendizado na área de vídeo para 40 jovens, quase todos eles de periferia. E eram jovens que, segundo o critério de seleção, tivessem algum nível de engajamento em suas comunidades. Nós não tínhamos a expectativa de fazer ensino profissionalizante, ainda que o aprendizado pudesse render a esses jovens uma perspectiva de trabalho na área. Víamos nessa possibilidade do vídeo uma forma de ampliar a atuação deles nas comunidades. E foi uma hipótese muito certa. A maioria dos

jovens formados continua na Ação Educativa. Desses 40 jovens, 16 grupos permanecem. É interessante isso: dos 40 jovens, nem todos ficaram, mas do que ficaram, surgiram 16 grupos. A gente pensa a juventude de forma muito massificada, e a juventude se organiza por pequenos grupos. São pequenos grupos que têm uma incidência em suas comunidades. E esse projeto manteve os grupos, que disputam pequenos editais e seguem fazendo seu trabalho. Temos iniciativas também na área de produção de pesquisa. A Ação Educativa juntou um acervo importante de dissertações e teses de doutorado. E realizamos também no ano de 2002 um seminário sobre políticas públicas de juventude. E aí há algo importante a dizer: política pública de juventude é uma pauta dos anos 90 para cá. E a Ação Educativa teve a oportunidade de assessorar a criação de um dos primeiros centros de juventude promovido por prefeitura grande, que foi o de Santo André, em 1998, numa das gestões do Celso Daniel. Então, ao mesmo tempo em que queríamos entender as políticas públicas, estávamos auxiliando a criação de um centro de juventude de uma prefeitura.

Você considera que a cultura seja o grande fator aglutinador, organizador e mobilizador da juventude?

Eleilson Sem dúvida, uma das grandes motivações do agrupamento juvenil, seja em pequenos grupos ou o agrupamento de massa, é o consumo da cultura. Isso é um traço inexorável da juventude. O gosto pelas artes é algo que motiva os jovens. Não quero dizer que isso seja um determinismo, um fato dado. Não sei se todo jovem gosta de cultura, mas que o jovem se mobiliza

em torno da cultura, isso é histórico. Agora, eu acredito que os movimentos juvenis que têm sua atuação em torno das artes e da cultura conseguem provar uma tese que a Ação Educativa vem defendendo, de que a cultura tem centralidade nos processos políticos. Um exemplo é a cultura de periferia, algo importante para nós. A gente acredita que a afirmação da cultura de periferia produz um sentido político de mobilização super importante para os bairros mais pobres. A cultura de periferia não é só de jovens, mas por trás dela há muitos grupos juvenis, muitos. E aí vale destacar que desde 2004 em São Paulo existe uma política pública de apoio a grupos juvenis, a projetos de grupos juvenis. Então a tese da Ação Educativa dos anos 90, de que era necessário apoiar os grupos juvenis, se confirmou anos mais tarde, quando a prefeitura de São Paulo criou um programa chamado VAL, Valorização de Iniciativas Culturais, que significa o investimento de R\$ 17 mil para que um grupo de jovens ou um indivíduo, preferencialmente de bairros de periferia ou pouco assistidos por equipamentos culturais, possam desenvolver seus projetos. Então acontecem festivais de teatro, livros, filmes... A cada ano são apoiados 100 projetos com R\$ 17 mil, o que dá R\$ 1,7 milhão por ano. Você imagina o que é R\$ 1,7 milhão para o orçamento de São Paulo. Este é um valor inferior ao orçamento da Ação Educativa! E R\$ 1,7 milhão na mão de 100 grupos de jovens, a maioria da periferia, produz micro-revoluções por toda a parte. E às vezes a análise dos grandes atores sociais sobre a juventude não percebe essas revoluções. Se você pensar a juventude brasileira de hoje somente pela juventude partidária, religiosa etc. você não

percebe essa riqueza que existe por meio dos grupos.

Depois de ter essa experiência na Ação Educativa, o que é uma política para juventude, em sua opinião? E como você avalia as políticas atuais?

Eleilson A gente percebe que nessa década atual o tema da juventude entrou na pauta das políticas, sobretudo das políticas municipais. Há um levantamento feito pela Ação Educativa sobre políticas públicas de juventude no Brasil que reúne entre 20 e 30 experiências interessantes. Não é um levantamento total, nem tinha pretensões disso, mas dá uma boa noção sobre a presença das políticas públicas. Nos municípios e nos estados, as políticas de juventude têm a marca do equipamento, de fornecer o espaço e as condições para que os jovens possam se encontrar, fruir e também produzir arte. Nós temos na cidade de São Paulo, criado em 2005, o Centro Cultural da Juventude (NOTA DO EDITOR: não confundir com o Centro da Juventude anteriormente mencionado). É um espaço na Cachoeirinha, um bairro bastante pobre e densamente povoado e que tem o Centro da Juventude, com teatro, produção de filme, estúdio de gravação, oficinas, várias coisas interessantes para os jovens da região. Esse tipo de equipamento é bem interessante, mas veja que curioso: até hoje esse centro cultural tem dificuldade de público. A impressão que dá é que aquele centro cultural, não que não fosse uma demanda da comunidade, mas que de repente surgiu aquele negócio enorme, bacana e bonito, e teria que ser assim mesmo. Mas a impressão que dá é que o

surgimento daquele equipamento de uma hora para outra foi uma surpresa. Até a população assimilar aquele benefício demorou e ainda tem algumas pessoas que não se dão conta de que aquilo é deles. E por outro lado, na Cachoeirinha e na Brasilândia sempre houve projetos de jovens relacionados ao VAI. Havia, embora esse seja um termo que eu não goste de usar, uma militância cultural juvenil, e talvez o Centro Cultural da Juventude tenha causado estranheza até nesses grupos mais organizados. O que significa, a nosso ver, que um equipamento é necessário, tem que ser bom, mas não basta. O jovem se organiza em grupos pequenos, e esses grupos têm suas vontades criativas que precisam de algum tipo de investimento, porque dinheiro do bolso não tem, mesmo para os de classe média. Então, a idéia de ter o equipamento mas também o fomento é bastante interessante. São iniciativas que se complementam. E essa perspectiva do financiamento me parece que ainda é muito incipiente e tímida no nível das políticas públicas para juventude na área de cultura. Em nível nacional, a gente vê com muita expectativa esse movimento do governo federal de constituir a Secretaria de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude. Isso não é pouca coisa. A secretaria é vinculada à Secretaria Geral da Presidência, portanto junto ao gabinete do presidente da República, o que é muito interessante, não é um penduricalho de um ministério. O processo da segunda Conferência Nacional da Juventude está muito interessante. Mas existe outra coisa que é muito interessante que são as conferências livres. Até onde eu sei, estão acontecendo conferências livres em diversos lugares do Brasil. Elas são o seguinte: se eu e mais dez, quinze jovens quisermos montar uma conferência temática ou

regional, por exemplo uma conferência que reúna os jovens homossexuais, eles podem fazer essa conferência, relatam, registram e encaminham para sistematização. Não tira delegado, mas aquilo é levado em consideração na conferência nacional no processo de sistematização de propostas. A gente tem expectativas boas com relação a esta conferência. Tem suas limitações, mas acreditamos que ela pode apresentar boas propostas. Outra coisa é o Conselho Nacional de Juventude, que está indo para seu segundo mandato. O que a gente percebe é que desde o primeiro ano do governo Lula, iniciativas foram tomadas e concretizadas. Os limites da política são muito grandes, mas pelo menos há uma institucionalidade em nível federal que influencia estados e municípios. Um fator importante orienta as políticas de juventude estaduais e municipais, o foco no primeiro emprego. Na cidade de São Paulo, havia o Bolsa Escola. O jovem recebia uma bolsa, permanecia na escola e aí a prefeitura dava a ele umas formações na perspectiva de dar-lhe condições de empregabilidade. As políticas públicas para juventude também têm essa marca, que aliás é preponderante. Enquanto a prefeitura de São Paulo investe R\$ 1,7 milhão nos projetos do VAI, gasta muito mais com programas de transferência de renda para jovens desempregados, capacitação para o trabalho e uma série de projetos voltados para o jovem. As políticas ainda têm muito a marca do primeiro emprego e a colocação profissional. O importante é que cada vez mais existem instâncias governamentais ligadas à juventude. Nos municípios são as coordenadorias, nos estados são as secretarias que normalmente estão junto de outras áreas.

Todos estes exemplos são de políticas em que o Estado é formulador e executor. Não faltam políticas em que os jovens assumam uma condição de protagonista?

Eleilson Sem dúvida que seria muito interessante e o jovem tem participado cada vez mais dos processos de definição de política. Os espaços existem. O processo de uma conferência, por exemplo, tem um nível de disputa política que não é para amator. A gente, em tese, defende que a juventude tem que participar das discussões sobre as políticas voltadas para ela. É fundamental. Entretanto, restringir essa participação, esse protagonismo apenas aos espaços institucionais definidos, seja no ambiente de uma conferência ou de um conselho, não contempla a totalidade das aspirações dos jovens. Isso não é suficiente. Por exemplo, quando a prefeitura apóia 100 projetos de grupos juvenis na cidade de São Paulo, a produção cultural fruto do investimento feito deve conter informações muito importantes sobre como ele vê o mundo, a educação, a sociedade, a rua, o crime, a violência. Tudo. Porque a manifestação artística é abstrata por natureza mas tem vinculação com a realidade. Temos a tendência de achar que o jovem tem a questão da participação no seu DNA, que ele está a fim de participar seja no que for, e nem sempre ele está a fim de falar ou se expressar numa discussão política. Ele se manifesta de outras formas. As políticas, e as ONGs que trabalham com jovens, têm que ter a sensibilidade de perceber as muitas falas da juventude. Essa história de extrair dos projetos culturais apoiados pelas próprias instâncias

governamentais os modos de viver e as questões de juventude é uma forma muito interessante. Para o jovem participar, não precisa fazer uma plenária. Outro dia, fiquei muito indignado com um importante jornal de São Paulo que noticiou um baile funk feito na rua num bairro chamado Parque Primavera, periferia da zona sul. A manchete dizia “o funk do tráfico”. Isso me indignou muito, e lendo a matéria vi que, mais do que tratar de maneira preconceituosa o funk, que para mim já é um problema, a matéria falava que existe uma escola na rua onde se fazia a festa. E os jovens, todos eles negros e pobres, entravam na escola, cujo portão estava aberto, e no escuro da quadra de esporte usavam drogas e faziam sexo, segundo o jornal. Isso teve uma repercussão, as autoridades se mexeram, o diretor foi pressionado, a polícia foi ao local para acabar com a festa e o prefeito Gilberto Kassab em pessoa se encarregou de fechar o portão da escola. Enfim, você vê o resultado. A escola, que tem diversas funções além de servir de refúgio para os prazeres da rapaziada, acabou sendo fechada. A galera que não tem nada no Parque Primavera ficou sem a única coisa que tinha, onde mais de mil pessoas se juntavam. E a polícia, que agora vai passar a dar plantão lá, vai criar um campo de tensão com o tráfico existente. Poderia ser o movimento contrário. As autoridades poderiam perceber naquele espaço de diversão o seguinte: se mil jovens estão aqui ocupando uma rua, pode-se perceber ali uma demanda de política fundamental. Aquela situação diz respeito a tudo, educação, violência, sexualidade. Aquela situação, que foi criminalizada a partir de uma matéria da imprensa – embora não queira ficar sacrificando a imprensa – resultou no contrário do que deveria

ser. E aí revela-se o seguinte: existe uma festa dos estudantes da universidade Mackenzie, que são de classe média, em que eles ocupam uma rua, dançam, o pessoal se diverte. Quando transam, transam no escurinho dos carros com vidro escurecido. Tudo bem, tem mais é que curtir também. Mas segundo testemunhas, quando a polícia chega lá é para tirar pessoas que segundo os critérios da polícia não estão condizentes com o padrão social daqueles jovens e poderiam ser uma ameaça à segurança deles. Os jovens fazem, eles próprios, suas formas de sociabilidade, então as políticas públicas e as ONGs têm que ter sensibilidade. Mas eu fiquei pensando: acaba com a festa dos manos na periferia, e se os manos vêm todos pra festa do Mackenzie? A rua é deles tanto quanto é dos jovens da classe média. A política pública é uma prerrogativa dos governos, mas o Estado ainda tem muito que entender dos comportamentos juvenis. O Estado enxerga o jovem como um problema e formula as políticas para resolver o problema. Então a juventude é desempregada, ou é vadia, ou é drogada... Vêm o problema e tentam incidir sobre o problema.

Como a juventude das periferias, com a qual você trabalha, se apropria das novas tecnologias de comunicação e em que medida isso lhes abre perspectivas de vida e de atuação cultural, social?

Eleilson A cultura juvenil tem hoje quatro aspectos muito importantes, a meu ver, pensando no mundo urbano que é onde eu vivo e atuo. O acesso às mídias é inexorável. As transformações tecnológicas abriram possibilidades. Gravar um

CD, por exemplo, até 15 anos atrás, envolvia gravadores de rolo que custavam muito dinheiro. Hoje, eles gravam num computador de 2 mil reais. E tem muito mano da periferia que tem, porque a periferia não é só gente miserável. A periferia de São Paulo tem 7 milhões de pessoas, ou seja, 70% da população. E ocupa dois terços do território. Pode-se imaginar que destes 7 milhões, 2 milhões são realmente muito pobres. Mas pelo menos 5 milhões são a chamada classe C. As pessoas então têm computadores, e com acesso à tecnologia eles gravam CDs com suas canções e colocam no My Space, que é um espaço de compartilhamento na internet todo em inglês, mas eles dão um jeito e chegam lá com suas músicas. Uma pessoa no Japão pode algum dia ouvir uma canção de um jovem da periferia. Isso é uma revolução. E a atuação de ONGs junto a jovens da periferia hoje é muito grande. Nós estamos aqui no Instituto Criança Cidadã (local da entrevista), que tem um circo na favela de São Remo, zona oeste de São Paulo, atrás do campus da USP. As ONGs entraram na periferia. Essa presença apoiou muito as iniciativas desses jovens, e também no acesso às tecnologias. Mas não precisa ser ONG. As LAN Houses (Local Area Network Houses, espaços onde pode-se acessar a internet a preços baixos) são iniciativa privada. O caso das LAN Houses é interessante. No início da década, uma política muito recorrente para a juventude era a instalação de centros de internet. Mas as LAN Houses surgiram e com R\$ 1 o cara tem o acesso dele, por isso elas tomaram conta da periferia. Ter acesso à internet não é mais um problema. Se não tem

computador em casa, eles dão um jeito. Agora, a questão que demanda nossa atenção em relação ao mundo digital é que existe enorme possibilidade dos produtores de cultura em compartilhar seus conteúdos na internet, mas para publicar o material, para fazer o upload, precisa de equipamentos em condição e uma conexão interessante. Em dezembro, tomei conhecimento de uma pesquisa realizada pela Telefônica mostrando que 75% da conexão à internet no Brasil é discada. Com conexão discada você não sobe nada para a internet, tem que ter a conexão em banda larga. Na Ação Educativa, estamos criando um centro de internet para upload. Vamos dar formação para 30 artistas de periferia, a maioria deverá ser de jovens, e ativistas ligados ao movimento de desmercantilização da cultura, que são coletivos universitários, e fazer um experimento de portal de cultura livre. Vai ser como o Overmundo, mas esse projeto tem uma vinculação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e por demanda dos grupos artísticos vamos fazer uma coisa menos institucionalizada. Então, a questão das novas tecnologias a gente tem que discutir a partir das demandas de produção, e nem tanto pelas demandas de

acesso, porque mesmo que, é claro, ainda exista uma carência de acesso, a questão que se coloca é como as mídias novas podem favorecer a distribuição destes trabalhos. Na periferia de São Paulo, o pessoal está fazendo muito livro. De dez anos para cá, só na Ação Educativa temos mais de 30 livros produzidos. São livros de poesia, dramaturgia, contos, romances. Existe hoje um forte movimento de produção literária na periferia. Eles fazem seus livros e encontram na internet um jeito de fazer seus e-books. Em relação a isso, nós conseguimos uma parceria com gráfica que possibilita tiragens de 500 a 600 exemplares. A distribuição não é a livraria, é de mão em mão. E o pessoal vende. O escritor de periferia vende o livro na quebrada a R\$ 10, mas vai para a porta do cinema na Avenida Paulista e vende a R\$ 20. Com seis meses, um ano, ele termina uma edição de 600 exemplares. E a gente também não se conforma com isso. Percebemos que da quantidade se tira qualidade. E nessa onda de criadores literários a gente já percebeu poetas e escritores de talento. A gente então abriu com a editora Global uma coleção chamada Literatura Periférica. Já tem três livros saindo e vai ter mais dois até o fim do ano.

Certa vez, num debate, uma pessoa questionou essa história de afirmar a cultura da periferia, dizendo que cultura é cultura, não é de um e nem de outro. Um debatedor era um escritor importante da periferia que disse “lá na periferia a gente nunca tem asfalto, a escola é ruim, tudo é uma porcaria e ninguém quer dividir isso com a gente. Na hora que a gente faz um romance ou uma poesia bacana, é de todo mundo”. Da fala desse poeta vemos a importância de se afirmar. A cultura de periferia é mais uma afirmação política. Não diria que é um movimento estético. Na Ação Educativa, o programa de cultura procura ver se essa produção cultural, feita por jovens ou não nas regiões periféricas mais pobres e afastadas, pouco servidas de equipamentos culturais e serviços, se essa produção – esse teatro, essa música, essa literatura, esse cinema – tem algum conteúdo novo. É somente, e isso evidentemente não é pouco, o fato de ser uma produção artística feita por quem normalmente estava fora do circuito? Ou ela, por ser feita por artistas de talento e que vivem ali, traz um elemento novo? Será? Hoje nós não sabemos, estamos estimulando as experimentações.

ação educativa

terça, 06 de maio de 2008

Faça parte da Ação Educativa
 Associe-se à Ação Educativa e apóie projetos educacionais que promovem a justiça social e o desenvolvimento sustentável. A sua contribuição é fundamental para milhares de pessoas que não puderam estudar e para grupos juvenis que buscam apoio para seus projetos.
 Entre em Ação! Associe-se agora.

Opinião
Conferência de educação revela avanços e limites da participação
 O processo e o evento revelaram aprendizados e desafios deste mecanismo de participação na formulação de políticas educacionais.

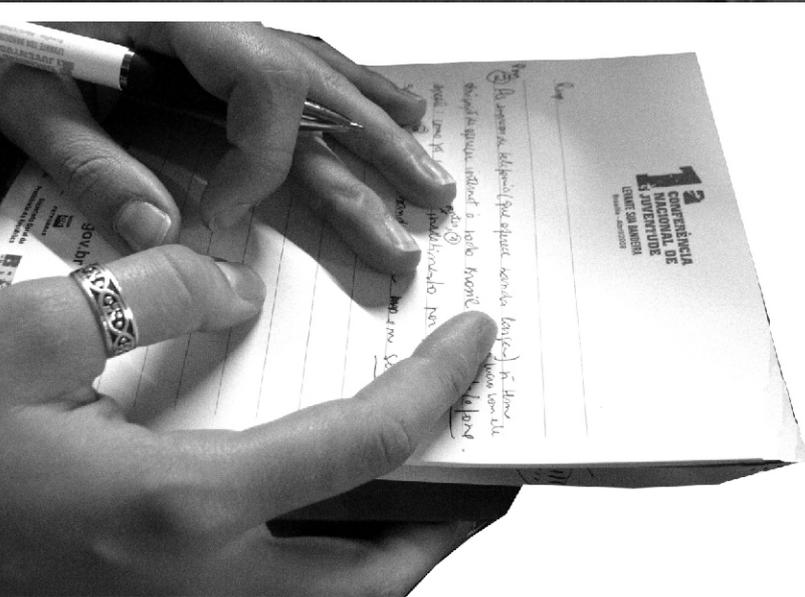
Juventude
Conferência Nacional debate políticas públicas para o segmento juvenil
 Encontro discute democracia, participação e desenvolvimento. Acompanhe a cobertura feita por jovens de todo país.

Dados Estratégicos da Educação

inaf Indicador de Alfabetismo Funcional

Sítio da Agenda Cultural da Periferia: confira as atualizações semanais

www.acaoeducativa.org.br



Os filhos da Democracia na 1ª Conferência Nacional de Juventude

Roberto Pedro Krukoski Gevaerd*

* Roberto é um jovem de 23 anos que participou como observador na Conferência Nacional de Juventude e é estagiário do Projeto Derechos Direitos da FASE.

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE

No último dia 27 de abril, mais de 2000 delegados, observadores e convidados de todas as regiões do país desembarcaram em Brasília, incumbidos de contribuir na construção e no fortalecimento da Política Nacional de Juventude. Assim, tinha início a 1ª Conferência Nacional de Juventude¹, coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, por intermédio da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude.

Havia, certamente, diferentes expectativas sobre a 1ª Conferência Nacional, devido aos problemas vivenciados em diversas etapas prévias, nas quais muitas das conferências municipais e estaduais organizadas pelo poder público, não privilegiaram a participação ativa da sociedade civil. Dessa forma, a Conferência Nacional proporcionou às juventudes presentes a oportunidade de expressar ao poder público os desafios e soluções do segmento juvenil, trazendo na bagagem dezenas de resoluções que nasceram do acúmulo dos debates que tiveram início oito meses antes.

A junção dos sotaques dos 26 Estados e do Distrito Federal, num mesmo espaço, durante quatro dias consecutivos, possibilitou verificar que, apesar das diferenças culturais e da pluralidade de identidades em construção, há algumas características capazes de constituir, de maneira geral, as juventudes como singularidade ante os outros segmentos populacionais.

Essas características dos jovens, que acabaram refletindo diretamente na postura ideológica, política e pessoal da maioria dos presentes na 1ª Conferência Nacional, foram destacadas pela Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire na mesa de abertura do evento, ao chamar os jovens de “filhos da democracia”.

Ou seja, a atual coorte² de jovens brasileiros praticamente nasceu e cresceu sob o regime democrático, após a promulgação da Constituição de 1988, que vem concretizar os diversos direitos sociais, exigindo, para tanto, a atuação efetiva do Estado na sua implementação.

Contudo, completados vinte anos de existência da “Constituição Cidadã”, as juventudes que cresceram acompanhando o fortalecimento desse regime democrático e ao mesmo tempo vivenciando um antagonismo entre Estado e Sociedade, viram as forças da globalização econômica proporcionarem políticas neoliberais que estabeleceram a substituição do “Estado Providência” pelo “Estado Gerenciador”³, o que acabou colocando o segmento em uma situação crescente de agravamento das desigualdades sociais e de exclusão socioeconômica. Tal situação colocou essa geração em uma posição de grande vulnerabilidade social, o que em contrapartida acabou por ampliar as possibilidades de engajamento social a partir de sentimentos gerados na esfera da vida privada (medo de sobrar, medo de morrer, insegurança, desconexão, indignação).⁴

¹ Todo o processo de preparação, resoluções e propostas da Conferência no site: www.juventude.gov.br

² Na definição de Paul Singer as gerações sucessivas são a coorte dos pais e a de seus filhos. O tempo de uma geração seguinte é medida pela idade média em que as mulheres da primeira geração se tomaram as mães da segunda.

³ Bonavides, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo, Ed Malheiros, 2006. p. 336.

⁴ Novaes, Regina. “Condição Juvenil”. In: Abramo, Helena Wendel, Branco, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo, Instituto Cidadania, Editora Fund Perseu Abramo. 2005.

A necessidade dos “filhos da democracia” de reforçar o papel da democracia no Brasil foi posto a prova nesta 1ª Conferência Nacional. A participação popular na produção de políticas públicas que venham a bloquear ou neutralizar a vigência de práticas predatórias na relação entre agentes públicos e cidadãos torna-se um poderoso instrumento de garantias sociais que foram sendo colocadas de lado durante a infância dessas juventudes.

Esse processo de democracia participativa vem ganhando cada vez mais consistência, e as numerosas experiências desenvolvidas, embora tenham alcançado êxito variado, contribuíram para o amadurecimento e empoderamento da população na gestão pública, em especial os jovens brasileiros, que desde fevereiro de 2005 foram chamados ao exercício da participação.⁵

As juventudes querem mudanças em sua realidade e a Conferência demonstrou mais uma vez que essas mudanças almejadas não se limitam a uma atuação dentro da militância política, mas prioritariamente através da realização de ações diretas. Isso significa que a juventude plural responsável pelas propostas debatidas na Conferência, composta por diferentes identidades de classe, de gênero, de raça, e de diferente orientação sexual, escolaridade e meio ambiente, é produto das diferentes situações concretas vivenciadas pelos jovens de todo Brasil.

As bandeiras pautadas no cenário nacional provaram mais uma vez que, entre as propostas de 406 mil participantes das etapas das conferências estaduais, municipais e conferências livres, as soluções necessitam de uma política integral. As demandas e os direitos da juventude são indivisíveis.

Para José Ivanildo Carvalho, participante do Projeto Derechos Direitos da FASE, presente durante os quatro dias de intensos debates, as discussões tiveram como ponto crucial pensar no futuro dos jovens. As juventudes procuraram criar condições intersubjetivas para seu reconhecimento, dentre as quais se destacaram a juventude indígena, pessoas com deficiência, jovens do campo, GLBTT e, sobretudo, a juventude negra.

Nessa perspectiva, a necessidade do reconhecimento juvenil pleno ficou marcada pelas diversas propostas aprovadas do Grupo de Trabalho responsável por pensar o fortalecimento institucional da política de juventude. A aprovação pelo Congresso Nacional do marco legal da juventude reproduz (reafirma?) junto aos jovens que, em nossa cultura política moderna, o “direito” personifica a promoção da igualdade.



No último dia do evento, uma comissão de 60 jovens esteve presente na Câmara dos Deputados, onde foi recebida pelo presidente da casa, Arlindo Chinaglia. A comissão entregou um abaixo-assinado, com 1.800 assinaturas de delegados da conferência, pela aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC 138), que insere o termo “Juventude” no texto da Constituição Federal, no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais, que facilitaria assim a aprovação de projetos como o Plano Nacional da Juventude (PL 4530/04). Chinaglia evidenciou as dificuldades a serem enfrentadas, entre elas a pauta de votações travadas na casa legislativa.

Outro desafio das políticas públicas apontadas pelas juventudes durante a conferência foi a criação de canais institucionalizados de intermediação entre sociedade e poder público, como os Conselhos de Juventude, de caráter deliberativo, que alterariam a fórmula tradicional de elaboração de políticas públicas, proporcionando um acompanhamento e controle social mais efetivo.

Os jovens enfatizaram uma série de medidas que visam combinar projetos e ações que assegurem a igualdade de direitos da cidadania, valorização da diversidade juvenil por meio das ações afirmativas e respostas às demandas que dizem respeito à atual condição juvenil. As políticas de juventude devem interferir na elaboração das políticas setoriais e, ao mesmo tempo, permitir pensar ações muito específicas para esse segmento.

A íntima relação dos jovens entre as condições materiais de vida e a sua participação social e política foram fundamentais para definir as 22 propostas aprovadas na conferência que pretendem apontar a direção que o Brasil deve tomar quando o assunto for juventude.

⁵ Em 2005 o Governo Federal realizou em Brasília reuniu em Brasília 500 jovens para o lançamento oficial da Secretaria Nacional de Juventude. Daí em diante outras idéias tomaram corpo como o Conselho Nacional de Juventude e o Pro-Jovem.



1 CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Resultado do Momento Interativo Prioridades da Conferência Nacional de Juventude

	TEMA	PROPOSTA	VOTOS*
1	Jovens negros e negras	Reconhecimento e aplicação, pelo poder público, transformando em políticas públicas de juventude as resoluções do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE), priorizando as mesmas como diretrizes étnico/raciais de/para/com as juventudes.	634
2	Educação básica – elevação da escolaridade	Destinar parte da verba da educação no ensino básico para o modelo integral e pedagógico do CIEP's (Centros Integrados de Educação Pública).	547
3	Fortalecimento institucional	Aprovação pelo Congresso Nacional do marco legal da juventude: regime de urgência da PEC n.º 138-B/2003, Plano Nacional de Juventude e Estatuto dos Direitos da Juventude PL 27/2007.	531
4	Meio Ambiente	Criar uma política nacional de juventude e meio ambiente que inclua o “Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente”, institucionalizado em PPA (Plano Plurianual), com a participação dos jovens nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, bem como da Agenda 21 da Juventude que fortaleça os movimentos juvenis no enfrentamento da grave crise ambiental global e planetária, com a construção de sociedades sustentáveis.	521
5	Esporte	Ampliar e qualificar os programas e projetos de esporte, em todas as esferas públicas, enquanto políticas de Estado, tais como os programas Esporte e Lazer da Cidade, Bolsa Atleta e Segundo Tempo com núcleos nas escolas, universidades e comunidades, democratizando o acesso ao esporte e ao lazer a jovens, articulados com outros programas existentes.	520
6	Juventude do campo	Garantir o acesso à terra ao jovem e à jovem rural, na faixa etária de 16 a 32 anos, independente do estado civil, por meio da reforma agrária, priorizando este segmento nas metas do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, atendendo a sua diversidade de identidades sociais, e, em especial aos remanescentes de trabalho escravo. É fundamental a revisão dos índices de produtividade e o estabelecimento do limite da propriedade para 35 módulos fiscais.	515

	TEMA	PROPOSTA	VOTOS
7	Trabalho	Reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem redução de salários, conforme campanha nacional unificada promovida pelas centrais sindicais.	471
8	Educação Superior	Defendemos que a ampliação do investimento em educação é fator imprescindível para construirmos uma educação de qualidade para todos e todas e que consiga contribuir para o desenvolvimento do País. Para tanto, defendemos o investimento de 10% do PIB em educação. Para atingir este percentual reivindicamos o fim da desvinculação das receitas da união (DRU) e a derrubada dos vetos ao PNE (Plano Nacional de Educação). Reivindicamos que 14% dos recursos destinado as universidades federais seja destinado exclusivamente à assistência estudantil por meio da criação de uma rubrica específica. Defendemos também a ampliação dos recursos em assistência estudantil para estudantes do PROUNI e para estudantes de baixa renda de universidades privadas. Garantir a transparência e democracia na aplicação dos recursos.	455
9	Cultura	Criação, em todos os municípios, de espaços culturais públicos, descentralizados, com gestão compartilhada e financiamento direto do estado, que atendam às especificidades dos jovens e que tenham programação permanente e de qualidade. Os espaços, sejam eles construções novas, desapropriações de imóveis desocupados ou organizações da sociedade civil já estabelecidas, devem ter condições de abrigar as mais diversas manifestações artísticas e culturais, possibilitando o aprendizado, a fruição e a apresentação da produção cultural da juventude. Reconhecer e incentivar o hip hop como manifestação cultural e artística.	453
10	Política e Participação	Criar o Sistema Nacional de Juventude, composto por Órgãos de Juventude (Secretarias/coordenadorias e outros) nas três esferas do Governo, com dotação orçamentária específica; Conselhos de Juventude eleitos democraticamente, com caráter deliberativo, com a garantia de recursos financeiros, físicos e humanos; Fundos Nacional, estaduais e municipais de Juventude, com acompanhamento e controle social, ficando condicionado o repasse de verbas federais de programas de projetos de juventude à adesão dos estados e municípios a esse Sistema.	428
11	Jovens mulheres	Implementar políticas públicas de promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das jovens mulheres, garantindo mecanismos que evitem mortes maternas, aplicando a lei de planejamento familiar, garantindo o acesso a métodos contraceptivos e a legalização do aborto.	378

TEMA		PROPOSTA	VOTOS
12	Segurança	Contra a redução da maioria penal, pela aplicação efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA	365
13	Política e participação	Garantir uma ampla reforma política que, além do financiamento público de campanha, assegure a participação massiva da Juventude nos partidos políticos, com garantia de cota mínima de 15% para jovens de 18 a 29 anos nas coligações, com respeito ao recorte étnico-racial e garantindo a paridade de gênero; Mudança na faixa-etária da elegibilidade garantindo como idade mínima de 18 anos para vereador, prefeito, deputados estaduais, distritais e federais e 27 anos para senador, governador e presidente da República.	360
14	Outros temas	Fim da obrigatoriedade do serviço militar, e criação de programas alternativos de serviços sociais não obrigatórios.	336
15	Fortalecimento institucional	Criar o Sistema Nacional de Políticas Públicas de Juventude que confira status de Ministério à Secretaria Nacional de Juventude, exigindo que a adesão de estados e municípios seja condicionada à existência de órgão gestor específico e respectivo conselho de juventude. A partir de dezembro de 2009, os recursos do Fundo Nacional de Juventude, do ProJovem e demais programas de juventude, apenas continuarão a ser repassados aos estados e municípios que aderirem ao Sistema.	313
16	Povos e comunidades tradicionais	Assegurar os direitos dos povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ciganos, comunidades de terreiros, pescadores artesanais, caiçaras, faxinalenses, pomeranos, pantaneiros, quebradeiras de coco babaçu, caboclos, mestiços, agroextrativistas, seringueiros, fundos de pasto, dentre outros que buscam ser reconhecidos), em especial da juventude, preservando suas culturas, línguas e costumes, combatendo todas as práticas exploratórias e discriminatórias quanto a seus territórios, integrantes, saberes, práticas culturais e religiosas tradicionais.	303
17	Cultura	Estabelecimento de políticas públicas culturais permanentes direcionadas à juventude, tendo ética, estética e economia como pilares, em gestão compartilhada com a sociedade civil, a exemplo dos Pontos de Cultura, que possibilitem o acesso a recursos de maneira desburocratizada, levando em consideração a diversidade cultural de cada região e o diálogo intergeracional. Criação de um mecanismo específico de apoio e incentivo financeiro aos jovens (bolsas) para formação e capacitação como artistas, animadores e agentes culturais multiplicadores.	283

TEMA		PROPOSTA	VOTOS
18	Cidadania GLBT	Incentivar e garantir a SENASP/MJ a incluir em todas as esferas dos cursos de formação dos operadores/as de segurança pública e privada em nível nacional, estadual e municipal no atendimento e abordagem e no aprendizado ao respeito à livre orientação afetivo-sexual e de identidade de gênero com ampliação do DECRADI Delegacia de Crimes Raciais e Intolerância.	280
19	Jovens com deficiência	Ratificação imediata da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU como emenda constitucional.	239
20	Jovem do Campo	Garantia de políticas públicas integradas que promovam a geração de trabalho e renda para o jovem e a jovem do campo, com participação da juventude na sua elaboração e gestão. Assegurando o acesso a terra, à capacitação e ao desenvolvimento de tecnologia sustentável apropriada à agricultura familiar e camponesa voltada para a mudança de matriz tecnológica. Transformar o Pronaf Jovem em uma linha de crédito para produção agrícola e não agrícola.	274
21	Segurança	Assegurar, no âmbito das Políticas Públicas de Segurança, prioridade às ações de prevenção, promoção da cidadania e controle social, reforçando a prática do policiamento comunitário, priorizando áreas com altas taxas de violência, promovendo a melhoria da infra-estrutura local, adequadas condições de trabalho policial, remuneração digna e a formação nas áreas de Direitos Humanos e Mediação de Conflitos, conforme as diretrizes apontadas pelo PRONASCI.	277
22	Cultura	Estabelecimento de cotas de exibição e programação de 50% para a produção cultural Brasileira, sendo 15% produção independente e 20% produção regional em todos os meios de comunicação (TV aberta e paga, rádios e cinemas). Valorização dos artistas locais garantindo a preferência nas apresentações e prioridade no pagamento. Entender os cineclubes como espaços privilegiados de democratização do áudio visual.	247

* As 22 prioridades foram escolhidas de um rol de propostas encaminhadas pelas conferências municipais e estaduais. Os mais de 2 mil jovens delegados e convidados se dividiram em 23 grupos de trabalho para discutir os 20 temas. Cada grupo escolhia 6 prioridades. Das 138 propostas apontadas pelos grupos, cada participante escolheu as 10 que considerava prioritárias, daí tiraram-se as 69 mais votadas (3 por tema) que são as resoluções da Conferência e foram consideradas para votação da plenária final.

Fórum Nacional
de Movimentos e Organizações Juvenis



Buscando construir uma plataforma política comum e dar maior visibilidade às lutas e bandeiras defendidas pelas juventudes, o FNMOJ durante a 1ª Conferência Nacional de Juventude organizou encontros que culminaram na elaboração de um documento onde constava algumas das principais necessidades das diferentes juventudes brasileiras. Esse documento foi assinado por vários Fóruns de Juventude, Rio, Recife, Espírito Santo, Amazonas, Belo Horizonte, Mato Grosso do Sul, Cubatão, REJUMA, Redes Juventudes, Rede Sou de Atividade, Inter-redes, Rede Jovem do Nordeste, CUT, MST, CONTAG, Marcha das Mulheres, Pastoral da Juventude, por integrantes do Movimentos Indígenas, Movimento Hip Hop Organizado Brasileiro, Movimento GLBTT, entre outras organizações e grupos. Atualmente a Coordenação Executiva Provisória está composta por diferentes organizações e movimentos juvenis do Brasil. Para maiores informações entrar em contato com fransergio@cedaps.org.br (Cedaps/Fórum de Juventude do Rio) ou marjorie@botelho.eti.br (Sobrado Cultural/Fórum de Juventude do Rio)

Home | Notícias | Multimídias | Equipe | O Projeto | Contato | Links amigos

Carta-manifesto ao presidente ausente na Conferência 29/04/2008

Cadê o Lula?! Gritaram (e vaiaram) os participantes da Conferência Nacional da Juventude ao saber que o presidente não compareceria ao evento. Leia a moção escrita e assinada pelos jovens comunicadora/es

Lula não veio

Veja a Entrevista do José Alberto de Recife!

Qual a cara da juventude?

BUBBLESARE

www.revistaviracao.com.br/juventude



Ricardo Azoury

Juventudes (1968-2008): uma disputa de significados

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva*

* Assessor da Fase e pesquisador do Laboratório de Conjuntura Social, Tecnologia e Território (Lastro / IPPUR -UFRJ)



Apresentação

Nesse artigo procuramos identificar a relação entre a problemática da juventude como objeto de discursos, políticas e relações de poder. Partimos da idéia de juventude como um recorte geracional dos sujeitos humanos em movimento nas relações sociais contemporâneas, cruzamento de tempos e trajetórias de indivíduos, grupos e povos. Fazemos uma pequena reflexão sobre as metamorfoses das juventudes, na pluralidade de conflitos, no recorte da atualidade diante das transformações do modo de produção e reprodução social do capitalismo. Como objeto e imagem de consumo fabricados socialmente ou como sujeito de resistência e contra-cultura, as diferentes faces das juventudes estão no centro do conflito social contemporâneo. Como expressão do futuro do presente, como representação do medo, como face criativa do humano, como corpo da vítima. As juventudes são sujeito e objeto pela sua presença ambivalente na guerra real que é travada nas periferias do mundo e nos discursos e ideologias que pretendem dar conta da cidade futura na sociedade global.

Contemporaneidade

Em todo o mundo, a imagem da juventude aparece como expressão de contradições biopolíticas, na rentabilidade dos mecanismos de exploração do corpo e das imagens e vocalizações que dele se projetam, nos processos de criminalização, nos processos de rebeldia, nas formas comunicativas de ação e nas diferentes dinâmicas e processos conflituais, nas redes e nos lugares. Os estudos culturais e antropológicos situam as questões de identidade que derivam da tensão entre identidade

(étnica, nacional, religiosa, de grupo) e homogeneização (padrões de consumo, cultura de massas, ideologia globalista). Os recortes que definem a forma, a função e a estrutura dos diferentes papéis sociais da juventude se manifestam como pluralidade e multiplicidade. Através das formas assumidas pelos recortes geracionais das populações, nas quais os contextos reais dos lugares e os de informação e comunicação se traduzem em hibridismos e mestiçagens, com a profusão de novas linguagens. A juventude como produção e produto dos processos de socialização é fenômeno enquadrado na contemporaneidade como tempo de formação, tempo de adolecer, ritos de passagem, situados no espaço abstrato do presente absoluto que quanto mais se movimenta mais opaco se torna para a constituição de uma consciência histórica transformadora.

Os processos de subjetivação e materialidade da "cultura" e do "poder jovem" são condicionados pelo espetáculo do consumo, ou pelos cenários conflituais de envolvimento com a criminalização e a guerra. A participação dos jovens na formação de um novo imaginário passa por uma enorme disputa de significados como o do acento na afro-americanidade, ou no incremento da cultura de consumo urbano metropolitano de massas e, ainda, na reinvenção de tradições e religiões. A crise das formas comunitárias e das trajetórias institucionais, familiares e profissionais, aparece como um quadro geral de riscos. O discurso da ordem, da segurança e do controle convive com o espetáculo dos corpos e linguagens. A violência material e simbólica se combina na dança dos corpos que por vezes se rebelam, por vezes se dilaceram ou são dilacerados. A cultura das periferias emerge como novidade na imagem do mundo urbano na

contemporaneidade que forma um duplo com os fluxos das redes no ciberespaço¹.

A variação dos contextos histórico-geográficos, as diferenças centro/semi-periferia/periferia são atravessadas pelas variáveis simbólicas, imaginárias e reais, pelos processos culturais. Nas gangues, nas massas presidiárias, na multidão precarizada, nos grandes espetáculos midiáticos, no consumo, no esporte, na moda, a variação de situações exige uma cartografia das diferenças. Os novos sistemas de classificação e análise do fenômeno se aproximam do mundo do vídeo-clip, mas seus cenários variam e seu grau de diversidade, desigualdade e violência também. O tempo histórico da emergência dos movimentos de juventude é o resultado de vários processos da modernidade capitalista tardia, com sua massificação de desencaixes², com seu mal-estar subjetivo, ora como expressão de ruptura das trajetórias existenciais, ora como profusão de rebeldias. O cenário de polarização social ganha vida, adquire visibilidade de momento, de acontecimento que singulariza a crise do pensamento histórico, que ao abstrair a juventude como fenômeno acentua a ruptura com a memória e a consciência da possibilidade de mudanças estruturais.

Primaveras

No ano 2008, comemoramos o aniversário de 40 anos da revolução política e cultural de 1968, quando a juventude universitária e os estudantes trabalhadores³ (como em Contagem e Osasco) ganharam as ruas. Os movimentos de juventude questionaram os modelos de atuação política anti-sistêmica que dominaram a cena histórica durante mais de duzentos anos (1789-1968). Os movimentos e ideologias anti-sistêmicas, em nome do **nacionalismo** (na esteira das revoluções burguesas) e do **socialismo** (na esteira do movimento operário), deram o tom das lutas pela reforma e a revolução ao longo da primeira metade do século XX. As lutas de classe e a luta pela descolonização, entre 1848 e 1968, foram orientadas pelas variações e interpenetrações entre socialismo e nacionalismo⁴.

A virada de 1968 colocou em questão os resultados da tomada do poder e da conquista de governos por parte dos movimentos anti-sistêmicos informados por partidos e organizações nacionalistas e socialistas (aqui incluídos os comunistas), que acabaram por se assemelhar em termos gerais na forma dos compromissos com o desenvolvimento, a industrialização e a centralidade do Estado, o que acabou ampliando e acentuando as desigualdades e polarizações no sistema mundo capitalista.

Os movimentos de 1968, sob a liderança de jovens, ganharam as ruas e a imaginação nos países centrais do capitalismo, nas periferias latino-americanas e no leste europeu. Multiplicaram-se os protestos contra formas de dominação política burocráticas, autoritárias e totalitárias, através de inúmeras lutas contra formas de dominação política e de controle da reprodução social. Revoltas em grande escala contra a estrutura opressiva e repetitiva da vida cotidiana, inclusive as formas ideológicas, as formas de consumo e a mercantilização da vida.

O protesto contra a invasão americana do Vietnã, a Primavera de Praga, o maio de 1968 em Paris, as lutas autônomas na Itália, a Revolução Cultural Chinesa e a Revolução Cubana se misturaram no imaginário da época. As práticas e comportamentos de recusa, seus ventos e hibridizações, alcançaram o cenário latino-americano, no México, Brasil e Argentina. A revolução cultural e a revolução sexual apareceram como expressão de uma nova explosão de vanguardas, com impacto transformador nos modos de vida. Como no ano de 1848 tivemos a "primavera dos povos", no ano de 1968 tivemos uma "primavera de movimentos" com base na

¹ Para entender a noção de ciberespaço vide LÉVY, Pierre (1997).

² Aqui utilizamos a noção de desencaixe de GIDDENS, Anthony (1997), para pensar a alta modernidade, ou as novas configurações institucionais da chamada pós-modernidade, no final do século XX e início do século XXI. No sentido literal, o desencaixe corresponde a processos de ruptura de trajetórias e papéis fixos dos agentes na estrutura social e no cotidiano. A radicalização da "flexibilidade espúria", de um lado, e da "reflexividade" das relações sociais, por outro lado, são as suas faces combinadas e contraditórias. Os desencaixes contrastam com o predomínio dos encaixes mais fixos, que correspondiam aos períodos de estabilização capitalista e predomínio de modelos de sociabilidade mais orgânicos e programados, no plano da produção e da reprodução (vide fordismo, keynesianismo e welfare state). Os encaixes correspondiam a uma lógica de ação condicionada por atribuições, na qual a delimitação de papéis e a atribuição de roteiros existenciais se desenrolavam em conformidade com a posição, as funções e a mediação das relações de força, a partir de uma divisão social do trabalho com suas interações materiais e simbólicas com as demais esferas da vida social, jurídico-política e cultural.

³ Para pensar a entrada em cena de novos conflitos e atores sociais vide TOURAINE (1984).

⁴ Para a identificação dos anos 1848 e 1968 como marcos entre o início e o fim do ciclo dos movimentos anti-sistêmicos (socialismo e nacionalismo), num ciclo de longa duração que fecha o processo do liberalismo político (na dinâmica do sistema mundo capitalista), vide WALLERSTEIN (2004).

mobilização de setores das juventudes, principalmente, dos filhos e filhas das classes médias e do proletariado.⁵

Em 1968, manifestaram-se com mais ênfase os que tinham ou reivindicavam acesso e autonomia nos espaços críticos do sistema educativo. Os movimentos foram parte do processo sinalizador dos limites do modelo fordista de produção e consumo de massas e, também, indicavam a crise do padrão de modernização autoritária e burocrática. Os ventos desse processo não se esgotaram até os nossos dias. As demandas sociais de 1968 foram contraditoriamente absorvidas e requalificadas nas lutas por direitos, por identidade, no anti-racismo, no feminismo, no pacifismo e na ecologia. O tema da autonomia dos sujeitos se colocou como um aspecto crítico despertado permanentemente nas lutas contemporâneas. Lutas por reconhecimento e acesso que passam por uma transformação decisiva na direção de uma profusão de lutas e demandas inaugurada pelo recorte geracional juvenil e, hoje, fortalecida pelo peso da noção ampliada de periferia.

Ao longo das décadas seguintes, na esteira da reflexão sobre os novos movimentos sociais, poderemos detectar a dimensão do político e a gramática que atravessa a revolta juvenil e popular. A construção da reflexão sobre a juventude deve ser contextualizada no quadro mais amplo das questões dos conflitos entre horizontalidade e verticalidade de forças, relações e fluxos na estrutura da vida cotidiana. A questão da juventude ganha a forma e o conteúdo da questão periférica, mesclando linguagens de corpos, num movimento de difusão, proliferação e intensidade que se duplica em ações individuais e coletivas moleculares e em explosões repentinas mais ou menos violentas.

Novos movimentos sociais

A polifonia e os múltiplos sentidos desse “despertar da primavera” se transformou no quadro de crise e transição do final do século XX⁶. As exigências dos movimentos passaram por desafios derivados da perda de impulso do ciclo de lutas de 1968. Nos “anos de chumbo”, na década de 1970, declinou o potencial de revolução social diante da crise da sociedade do bem-estar. A partir da nova complexidade urbana e metropolitana, do desemprego tecnológico, das migrações, das transformações midiáticas e da esfera das subjetividades nos anos 1980 e 1990, a mudança cultural dramática converteu-se na grande crise de paradigmas que caracterizou o final do século XX. O início do século XXI passa a ser marcado por uma idéia de crise geral ou de onicrise, como um momento de

bifurcação temporal cujo resultado é incerto.

Os comportamentos e a vida cotidiana, individual e coletiva, ganharam centralidade para o capitalismo tardio no mesmo momento em que os problemas de legitimação se ampliaram com novos conflitos da modernidade, de norte a sul e de leste a oeste no sistema mundo que se globalizava. No final do século, os movimentos sociais locais estão atravessados pelas disputas frente ao impacto da localização explosiva das relações de poder derivadas da globalização neoliberal. O início de uma resposta ao novo quadro de crise e transição sistêmica, em particular face ao tema da guerra e das transnacionais, permitiu uma primeira tentativa de unificação de redes e movimentos sociais mundiais “por uma outra globalização”, com forte presença juvenil, nos encontros e mobilizações ligadas ao Fórum Social Mundial (cujo ápice foi o ano de 2003).

As componentes de mudança geracional e os fenômenos de biopoder e controle se tornaram centrais por força dos novos modelos industriais e de consumo. A questão da reprodução social, da cultura e da cidade transformou comportamentos, afetando as esferas comunitárias, os modelos de autoridade familiar e a racionalidade científica e tecno-burocrática. As formas de crítica libertária, situacionista, conselheira, autogestionárias e a recusa aos padrões institucionais e modelos de comportamento disciplinar chegam a um ponto em que o protesto ganha a forma de múltiplos movimentos sociais, afetando partidos, sindicatos e outras organizações clássicas voltadas exclusivamente para mudar o Estado, para depois mudar a sociedade.

Nas periferias e semiperiferias, os efeitos das contradições seriam diferenciados, desencadeando as frustrações quanto aos limites de uma descolonização

⁵ O ano de 1848 foi o de explosões breves e revolucionárias no centro e mesmo na periferia do mundo europeu, ápice e radicalização do ciclo das revoluções liberais, abre um conjunto de novas radicalizações com o surgimento do recorte do trabalho e do social, com a expansão e articulação de bandeiras nacionalistas e populares. O ano de 1968 apresenta um questionamento aos poderes existentes em meio aos quais estão muitos regimes e sistemas políticos oriundos dos programas revolucionários de 1848, tendo inúmeras e rápidas explosões revolucionárias e de protesto social como a do mês de maio na França e da chamada Primavera de Praga na ex-Tchecoslováquia.

⁶ Em HOBBSAWM (1995), temos a seguinte observação sobre a mudança no plano das mentalidades: “a revolução cultural de fins do século XX pode assim ser mais bem entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, do rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais”

que se reproduziu como neocolonialismo, de uma guerra fria que gerou regimes autoritários, de uma destruição de modos de vida tradicionais que resultou em formas perversas e brutais de acumulação e espoliação permanentes. Esses movimentos deixaram esboços quanto à possibilidade de transformar a nova lógica de mudar a vida em formas concretas de resposta aos sistemas e regimes que contestavam. Deixando em aberto uma disputa sobre o seu significado e efeitos políticos, na questão de gênero, na questão racial, na questão cultural e das identidades e, em particular, no potencial revelado pelo corpo juvenil que historicamente rompia em todos os sentidos enquanto questão geracional. A nova geração, que amadurece no pós-guerra fria, se coloca diante de questões do colapso da modernização e de esgotamento dos paradigmas de subjetivação política. Os modos de vida passam a ser centrais para a juventude podendo tanto resultar em novos ímpetus de lutas coletivas, quanto na despolitização e no individualismo recrudescido.

Brasil: cruzamentos e pontes para a democracia

Se nos anos setenta e oitenta na sociedade brasileira os temas da crítica política e da luta pelas liberdades podiam se combinar com mais facilidade, o protesto e a absorção das produções culturais podiam ameaçar o regime autoritário e as combinações com a luta pela democracia podiam dar um sentido integrador e valorizador para as lutas culturais e sociais. O cenário contribuiu para que a diversidade das mobilizações dos desejos das várias juventudes se cruzasse e uma certa solidariedade difusa se desenvolvesse. As clivagens étnicas e de classe se recobriam de uma afinidade geral para a mudança de rumos, beneficiada pelas lutas sociais dos movimentos populares e sindicais.

O Brasil, nos anos 1980, foi palco de uma convergência positiva entre as lutas de novos movimentos sociais. Protestos popular, estudantil, feminista e negro podiam dialogar na dupla chave das lutas cívicas pela democracia e da luta sindical por trabalho e renda. Os novos movimentos sociais se afinaram durante a década de oitenta com um paralelismo e afinidade com a força política do bloco PT - CUT. Até mesmo a **teologia da libertação** se afinava com uma abertura geral de uma cultura política que hibridizava e amalgamava questões espirituais, temas e conflitos sociais.

O cruzamento entre novos movimentos sociais e organizações de massas classistas se deu num momento

expressivo da particularidade brasileira, até o final dos anos 1980, foi o das potencialidades de radicalização da democracia apoiada nas demandas por identidade e diferença. Por isso, processos paralelos entre democracia e demandas por direitos convergiram com inúmeras pontes e cruzamentos. Atuar em vários espaços, organizações e movimentos foi um processo que se deu numa chave de convergências próprias ao quadro de transição democrática.

A urbanização brasileira e o processo de modernização do padrão desigual de produção e consumo criaram as bases sociais, materiais e culturais para a emergência, a partir dos grandes centros urbanos, de conflitos relacionando desigualdade/discriminação/segregação e diferença. As lutas e conflitos afirmativos, parciais e locais foram se intensificando, ao mesmo tempo em que foi se desdobrando a transição para a democracia. O reconhecimento formal de direitos se materializou em estatutos e políticas de ação afirmativa, nos quais os temas das diferenças de geração, etnia e gênero se mesclam com questões da desigualdade de classe e região, na cidade e no campo. Os jovens como presença conflitual e produtiva ganham mais visibilidade quanto mais distante ficamos da hegemonia das instituições industrial-fordistas e mais nos aproximamos do urbano-hipermoderno, entre o avanço do trabalho precário e a inteligência coletiva em rede.

Hoje, a questão cultural e a questão urbana implicam na afirmação do tema da juventude como fator essencial do conflito para a reprodução social. Os novos contextos de valorização via acumulação flexível orientam as novas relações de poder marcadas pela financeirização e pelo controle midiático. Na nova situação chamada pós-moderna, as condições de vida e trabalho são precarizadas. A modernidade se torna líquida, o mal-estar se difunde forçando uma degradação nos usos privatizados e mercantilizados dos territórios. São criadas inúmeras barreiras de segregação tornando imediatamente políticos os desafios para a conquista de acesso ao trabalho, à cultura e à renda. Novas questões sobre a configuração e de uma agenda de reconstrução dos direitos permitem o esforço de unificação de plataformas, de lutas, de trajetórias e demandas, que ganham certa unidade no âmbito da dimensão sócio-produtiva da cultura. A relação entre a transição do industrial para o urbano, da produção para o consumo, do material para o virtual, estabelece parâmetros para um conjunto de enfrentamentos entre a estratégia de controle e segurança, por um lado, e a rebeldia juvenil-periférica na luta pela afirmação de direitos, por outro.

A reestruturação capitalista na perspectiva global

Uma brutal reestruturação capitalista se traduziu na globalização hegemônica e nas estratégias imperiais, com base nas mudanças subjetivas dos modos de espetacularização, midiaticização e fragmentação da cultura no novo contexto pós-moderno.

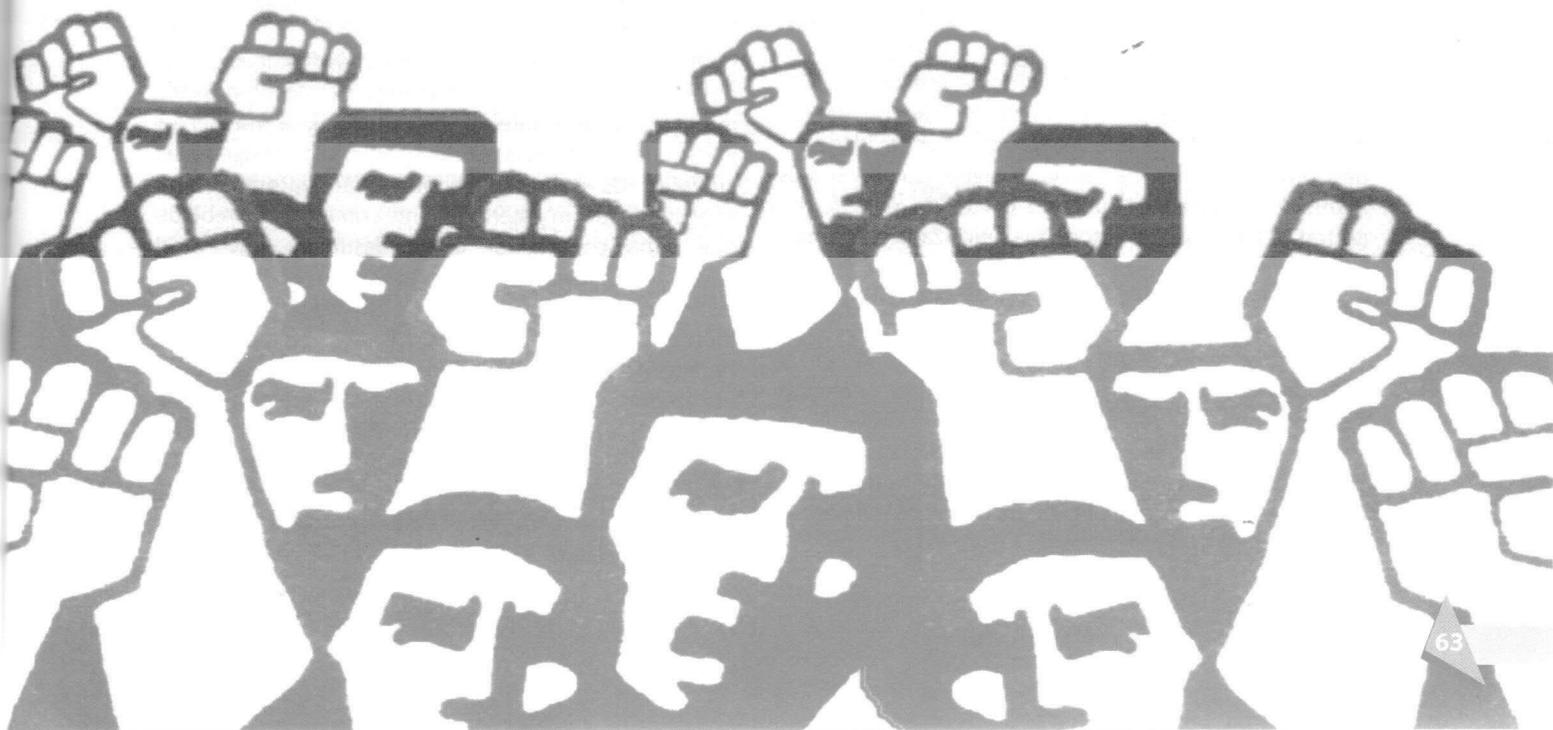
Os significados do protesto social diversificado e a dinâmica subjetiva que se materializava no corpo da juventude em luta foram atravessados pela dupla estratégia de contra-reforma: a político-cultural, baseada no consumo, no preconceito e no medo do outro, e a identitária e localizada. Os potenciais da crítica aos modos de vida foram transmutados em nova etnização e racialização. As emancipações sexual, de etnia e de gênero foram solapadas e apropriadas pelas lógicas de subjetivação e individualismo. O modo de produção capitalista, a mídia de massas e a indústria cultural acentuaram o seu papel no deslocamento do protesto juvenil para a sublimação mercantil, para a tensão individualista e competitiva, para a crise da esperança.

A naturalização dos processos de fascismo social, de fundamentalismo político e as estratégias de controle através do bloqueio das demandas e desconstrução de direitos conseguem gerar uma forma de biopoder e controle dos corpos e mentes que esvazia os significados

do protesto. Ao lado do declínio da luta sindical e das organizações tradicionais, o novo capitalismo global e a nova política neoliberal deformam a crítica ao caráter e a desigualdade dos processos de modernização, impondo uma leitura subordinada aos signos e simulacros de uma nova capacidade de reificação de processos sociais barrando o avanço da cidadania.

Fabricação da diferença e metamorfose das formas

A construção de mediações políticas e elos organizativos capazes de responder a uma crise de referências e de manter um referencial de articulação entre lutas do passado, a partir da chave de 1968, de modo a ultrapassar sem perdas os bloqueios da modernidade capitalista globalizada e do socialismo real, não alcançou o resultado capaz de dar conta das heranças e desigualdades históricas que dividem o nosso corpo social, desde o passado colonial-escravista passando pelas modernizações conservadoras. A chave da **revolução passiva** (a mudança histórica construída pelo alto por arranjos e ampliações efetuadas pelas classes dominantes) mais uma vez reafirmou e delimitou o "lugar" na hierarquia social para as juventudes populares, os indígenas, os negros, as mulheres, os homossexuais, os destituídos e os marginalizados – multidão de proletarizados, precarizados e camponeses, homens e mulheres da cidade e do campo. Para as classes



populares e, de maneira mais concentrada, para a juventude da periferia, o lugar é de objeto de projetos especiais e focalizados. O lugar é de objeto de políticas de penalização e criminalização.

O lugar imposto para os jovens é o de precarizados e prisioneiros da miséria, contidos pelos muros de apartação e segregação social, étnica e espacial, aos quais se oferecem algumas imagens de mobilidade na esfera do esporte e da música. Mas, o uso da produtividade material e simbólica dos jovens se articula com as novas formas produtivas do trabalho imaterial e simbólico. O que transforma a crítica cultural e a luta pela autonomia e construção de linguagens e práticas alternativas em um espaço especial de produção de lutas, de práticas de afirmação e protagonismo, desde que avance para além dos limites e usos parciais que são conferidos aos meios e tecnologias de organização, informação, comunicação. A questão cultural e educacional se torna campo potencial para um horizonte estratégico de construção de projetos via a afirmação de uma nova cidadania, no qual a fome de direitos vai muito além da conquista de uma renda mínima vital, e aponta para uma base bem mais ampla de serviços, renda e bens públicos básicos difundidos e acessíveis nos territórios das muitas periferias.

A busca de capturar o desejo e os carecimentos da juventude para a máquina de produção e reprodução, material e imaterial, se opera no âmbito da imagem, da moda e dos estilos, numa estetização do social como cultural invertido e superficial. Tal estetização acaba adequada ao esforço sistêmico do capitalismo no século XXI, de afirmação do mercado como mecanismo predominante para a racionalização instrumental da vida social. A transformação dos modos e estilos de vida e mesmo das rebeldias e do descontentamento pode ser convertida em tecnologias, produtos e espetáculos que lidam com a diversidade de linguagens adequadas ao modo de produção na fase pós-fordista. A criatividade e o desejo retroalimentam a cadeia de signos que esvazia os múltiplos significados, tornando o conflito pura forma abstrata. O processo de autonomia fetichizada das formas corresponde a uma possibilidade de articulação entre a crise permanente do processo de valorização e a desestruturação permanente das comunidades e da ética política. A cidade é atravessada pela violência autonomizada e sua instrumentalização nas múltiplas cadeias produtivas de armas, de crimes, de drogas e da segurança, todas atravessadas e hipertrofiadas pelas formas paradoxais da cultura do medo, através do príncipe eletrônico (grandes empresas de comunicação) na era das redes.

Cultura do medo

O espaço cultural e os modos de subjetivação seguem as marcas da segregação e das suas metamorfoses através da construção de muros, prisões e a mais ampla panóplia de recursos adotados para as guerras difusas na cidade e no campo. As identidades e as figuras de resistência juvenil das periferias se afirmam nas brechas e nas tensões moleculares dessa gramática molar, que alcançou a cena global no embate das estratégias de nova supremacia militar do campo dominante, pelo armamentismo, pelo genocídio e pelo terror. O tecido social e o corpo civil sofrem a destruição nos territórios e a aniquilação de vidas numa escala cada vez mais ampla de vitimização, principalmente da juventude.

A economia do trauma, da dor e do pânico é a contra-face difusa da economia da droga, da guerra e do terror, resultados complementares da mesma banalização da violência que se multiplica nas imagens e espetáculos grotescos da insegurança, do risco, do fracasso da modernidade em redistribuir e dar acesso para a riqueza ou em moderar os seus excessos. A exceção e a emergência são a outra face dessa fabricação da fragmentação do desencaixe, da desterritorialização e da descartabilidade dos seres humanos. Mas é no corpo da juventude que essa espoliação e essa violência produzem o estigma, o gozo, a fabricação do excedente capitalista e a guerra molar e molecular, apoiadas nas formas de produção material e imaterial, que acabam por construir uma ruptura nas bases éticas e de legitimidade do sistema capitalista global, mesmo que revestida pela pseudolegitimidade de um discurso em favor dos direitos humanos.

Contra os bárbaros, o oriente, os indígenas, os destituídos, os pobres, os atrasados, os não-brancos, os mestiços, o desviante, o homossexual, a mulher, a juventude da periferia, se desenvolve uma imagem das ameaças. Os pobres e perigosos são encarnados na imagem do jovem potencialmente criminoso, do rebelde que virou consumidor e do destituído que virou criminoso. As juventudes são postas à prova pela sedução da barbárie, promovida pela desmedida da mercantilização. A violentação ativa e a naturalização da desigualdade com as rupturas éticas dos projetos de integração social do passado acabam promovendo a profecia que vai se confirmando. Ao lado da promoção da cultura da violência, vão sendo tecidas as contra-solidariedades. Ao lado das identidades de resistência, são promovidos os etnicismos e os etnicídios. A polarização social e geracional força os antagonismos



pela via da dialética negativa. O discurso da emancipação ainda carece de uma nova tradição afirmativa, que se esboça em processos como o da luta pelo passe livre, o da luta pela inclusão digital e os dos pré-vestibulares para negros e carentes.

Dilemas

As chaves pontuais de luta por identidade e por direitos se apresentam como um horizonte de lutas e resistência parcial contra a espoliação imaginária, a guerra cotidiana e a exploração da juventude precarizada. A juventude no plural não é corpo unificado de uma nova imaginação libertária, mas é a parcela da sociedade que se coloca entre a estratégia de guerra, segregação e descarte e a estratégia de uma retomada do fio da meada da agenda da democratização.

A questão da desmercantilização da vida social, da cultura e dos modos de vida, só pode ser barrada por uma virada na direção das obras e criações coletivas capazes de gerar e ampliar a cooperação produtiva, o espaço público e a mobilização democrática e produtiva nos territórios. Para os movimentos sociais engajados na luta pela emancipação (liberdade e igualdade) trata-se de ampliar as bases da resistência, para poder dar conta da magnitude dos problemas gerados pela economia do capital. Na exploração da juventude como objeto mercantil e como corpo visto como “ameaça” a segurança comum. A violência é instrumental para esse sistema de dominação que deixa pequenas margens de manobra para a juventude, restringindo o espaço de ação a pequenos projetos experimentais. O sistema e a economia política do controle optam pela ocupação dos territórios em nome da segurança e pelo encarceramento em nome da luta contra impunidade, desconsiderando o real das violações promovidas pelas dinâmicas das desigualdades.

Os efeitos desse cenário de verdadeiro “estado de segurança policial” no lugar do estado democrático de direito geram um dilema: ou colocamos o acento na mobilização pelos direitos da juventude das periferias na chave daqueles entendidos na síntese dos direitos econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais, ou seja, no chamado direito à cidade para todos e todas, ou

vamos nos manter no cenário de uma guerra permanente. Guerra esta contra as grandes maiorias de jovens, cuja cor e o pertencimento de classe são postos no circuito da produção da segregação e da racialização/etnização permanentes da violência, nos termos do capitalismo histórico e do seu conceito de ordem por exceção, na lógica da “guerra nos lugares”.

A possibilidade de desfazer o enodamento dos mecanismos de segregação, extermínio e controle político, técnico e produtivo do potencial criativo e conflitivo da juventude popular composta de maneira desigual pelas mais variadas formas de posição e situação de classe, fora os recortes de gênero, étnicos e de acesso a meios de trabalho, bens e políticas exige uma aposta mais ampla. Há que se apostar na reconstrução de formas organizativas, de garantia e acesso a direitos, além de meios de produção e reprodução social, material e imaterial. Somente na chave mais ampla do direito à cidade é que os resíduos das lutas que se travam no “planeta favela” podem se desenvolver em contraposição à política de guerra contra os pobres, contra o trabalho vivo, criador de riqueza e contra homens e mulheres jovens da periferia, que sofrem as exclusões e segregações da apartação social na forma do capitalismo pós-moderno.

Referências bibliográficas:

- GIDDENS, Anthony. **Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1997.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LÉVY, Pierre. **L'intelligence collective: pour une anthropologie du cyberspace**. Paris: Librairie Les Éditions La Découverte, 1997.
- TOURAINÉ, Alain. **Le retour de lecteur**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1984.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.



Jovens posam para foto oficial da Consulta Nacional aos Povos e Comunidades Tradicionais que antecede a 1ª Conferência Nacional da Juventude Brasília, 2 de março de 2008 - Foto: José Cruz/Abr

Formas e conteúdos da participação de jovens na vida pública

Ana Karina Brenner*
Paulo Carrano**

* Doutoranda em Educação na Universidade de São Paulo - USP e Pesquisadora do Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense (UFF).

** Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UFF; Coordenador do Observatório Jovem da UFF.



Marcha da Juventude Rural, na Esplanada dos Ministérios. Brasília, 29 de Março de 2007. Foto: Antônio Cruz/ABr.

Os jovens, ao contrário do que insinua o senso comum, não são desinteressados da participação na vida pública. O que é fato, contudo, diagnosticado por diferentes investigações no Brasil e em outros países, são as mutações nas formas e conteúdos da participação. Tais mudanças são motivadas pelas novas configurações sociais que interferem nas motivações e condições objetivas que favorecem ou inibem processos de participação. Os jovens, evidentemente não todos, mantêm a motivação para a participação. Porém, apenas poucos deles estão dispostos a fazê-lo em espaços tradicionais e institucionalizados e também em torno de propostas cujos significados não dialogam com as contemporâneas condições de vivência do tempo da juventude. Um dos traços característicos da vida juvenil, hoje, vem a ser o maior campo de autonomia que os jovens possuem frente aos adultos e às instituições, e a capacidade que diferentes coletivos de jovens têm demonstrado na invenção de novos espaços-tempos de participação.

Pesquisas recentes (Instituto Cidadania, 2003; Ação Educativa, 2003; IBASE/POLIS, 2004; Santos Junior, 2004; UNESCO, 2005) apontam que a participação dos jovens em entidades, associações e agremiações é de baixa intensidade e acompanha tendência participativa do conjunto da população brasileira. O Perfil da Juventude Brasileira (2003) aponta que, dos jovens entrevistados, apenas 15% participa de algum tipo de grupo juvenil. Quase metade desses jovens participa de grupos culturais, 4% deles de grupos religiosos e a participação em partidos políticos não chegou a ser diferenciada em números relativos, ficando agregada à categoria “outros”.

Em 2003, pesquisa de opinião encomendada pelo Observatório da Educação da ONG Ação Educativa

procurou conhecer a participação dos cidadãos brasileiros nas instâncias e mecanismos de elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Chamou atenção o fato de a maioria dos entrevistados (56%) não desejar participar das práticas capazes de influenciar nas políticas públicas. Daqueles que *desejam participar*, destacam-se os jovens mais escolarizados e as pessoas de maior renda. Um número expressivo de pessoas revelou desmotivação em participar por falta de informação (35%); neste grupo a maior incidência é dos mais jovens, entre 16 e 24 anos, os menos escolarizados e os de menor renda.

Santos Junior (2004), analisando a participação sociopolítica nas regiões metropolitanas do país, observou que apenas 3% dos jovens de 18 anos estão filiados a partidos políticos. Apesar de as pesquisas mostrarem uma tendência dos jovens à participação em novas formas de associação, menos institucionalizadas, tais como grupos culturais, esportivos etc., o número absoluto de jovens filiados a partidos políticos ainda é expressivo.

Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹ apontam que entre novembro de 2005 e novembro de 2007 houve aumento de 0,28% no número total de filiados a partidos políticos no Brasil. No final de 2005, 90,53% dos eleitores brasileiros não estavam filiados a partidos políticos e no final de 2007 o índice caiu para 90,25%. Não são apresentados dados desagregados que informem sobre a evolução da filiação de jovens, mas

¹ Informações obtidas no link Estatísticas do site oficial do TSE, www.tse.gov.br, obtidos em 09.12.2007.

informações do TSE divulgadas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Santa Catarina², a partir de dados enviados pelos partidos ao tribunal eleitoral, dão conta que os jovens de 15 a 24 anos representam 4,52% dos filiados em partidos. Os jovens de 15 a 24 anos representam cerca de 20% da população brasileira ao passo que apenas 4,52% de jovens compõem a militância política nacional. Nota-se que esta faixa da população está sub-representada nos partidos políticos. Estes dados não indicam, entretanto, que tal participação seja pouco significativa para os partidos ou para os próprios jovens. A presença do conjunto da população nos partidos também é restrita, dado que apenas cerca de 10% da população votante do país é filiada. Torna-se interessante indagar quais os sentidos produzidos pelos jovens militantes que se filiam a partidos políticos, especialmente se considerarmos a tendência à maior participação em outros tipos de grupos e agremiações.

A maioria dos jovens que participou da pesquisa nacional Juventude Brasileira e Democracia (IBASE/POLIS, 2005) revelou acreditar que a participação institucional em partidos políticos ou organizações similares é a forma mais eficaz para resolver os problemas do país, não apenas os ligados aos jovens. Entretanto, os partidos também foram percebidos como espaços pouco permeáveis à participação de jovens e onde eles sentem a maior possibilidade de haver manipulações e corrupção. Por outro lado, os jovens pesquisados afirmaram que se enxergariam mais facilmente engajados em formas menos institucionalizadas de participação ainda que as percebam como meios menos eficazes de resolver os problemas sociais, culturais e políticos do Brasil, se comparadas com formas mais institucionalizadas, tais como os partidos políticos.

Nesta mesma pesquisa, 28,1% dos participantes faziam parte de algum tipo de grupo, não necessariamente juvenil. Os grupos eram mais significativamente relacionados com as atividades religiosas (42,5%), esportivas (32,5%) e artísticas – música, dança e teatro (26,9%). A pesquisa confirmou o resultado de outros estudos que apontam que os grupos de orientação religiosa, esportiva e artística constituem o substrato do associativismo juvenil no Brasil de hoje. Na pesquisa, a participação político-partidária aparece como sendo pouco atrativa, em especial, para os jovens mais pobres e menos escolarizados. As atividades esportivas surgiram como o segundo grupo de atividades mais significativas, seguidas das relacionadas a manifestações artísticas, confirmando o destaque que as dimensões lúdica e expressiva assumem para a compreensão dos interesses

que mobilizam jovens na constituição de suas identidades coletivas. Os grupos esportivos, por sua vez, são de predominância masculina – 46,2% de homens para 17,2% de mulheres, o que evidencia a desigualdade de gênero no que diz respeito ao direito à prática de esportes.

Ainda que os grupos relacionados com atividades artístico-culturais não sejam predominantes, cabe destacar que é em torno de suas manifestações individuais e coletivas que se configuram as mais marcantes representações sobre o ser jovem na contemporaneidade. São os jovens envolvidos com tais práticas que possuem maior visibilidade na esfera pública e que orientam a busca ou produção de sentidos simbólicos, estilos, identidades coletivas e atitudes sociais compartilhadas. Foram os grupos culturais juvenis, notadamente os grupos musicais formados por jovens negros e jovens negras, que deram visibilidade a graves problemas sociais vividos por moradores de espaços populares das cidades brasileiras.

Pesquisa da UNESCO – Juventudes brasileiras (2004) –, realizada em âmbito nacional, aponta que 27,3% dos jovens entrevistados participam ou já participaram de algum tipo de associação ou organização social. A análise dos dados revela que os mais escolarizados e pertencentes às classes superiores de renda são os que mais participam. Com relação ao grau de instrução, verificou-se que apenas 17,3% dos jovens com escolaridade até a quarta série do ensino fundamental participam, ao passo que o percentual chega a 39,8% entre os jovens com ensino superior. No que se refere à classe sócio-econômica tem-se que 32,1% de jovens das classes A/B participam de alguma associação e 24,7% das classes D/E faz o mesmo. Percebe-se, assim, que o elemento mais distintivo para a participação encontra-se relacionado aos maiores níveis de escolaridade.

As citadas investigações desvelam fenômenos sociais e políticos importantes e provocam a necessidade de novos estudos sobre a participação juvenil. Novos contextos, sentidos de mobilização e entraves materiais e simbólicos à participação nos cobram a ampliação e o aprofundamento das análises. Há emergência de diferentes coletivos de participação que se orientam para o simbólico, o cultural, o corpóreo e as demandas do

² Dados nacionais divulgados pelo TRE de Santa Catarina. As informações datam de 28.02.2007 e foram coletadas no site www.tre-sc.gov.br/site/noticias em 20.11.2007.

cotidiano que re-configuram o campo da participação não se reduzem aos espaços clássicos de participação juvenil, notadamente os partidos e os movimentos estudantis. Há poucas evidências, contudo, de elaboração de pautas conflitivas que poderiam constituir movimentos sociais de base juvenil. Há também ampla maioria de jovens de todas as faixas de idade que se encontra às margens de qualquer tipo de envolvimento associativo ou processo de mobilização social.

Touraine (1993), preocupado com as condições de participação dos jovens marginalizados, pergunta como é possível garantir o fortalecimento da constituição dos jovens como sujeitos para que possam assumir-se como atores sociais; aponta que para esse desenvolvimento se completar é fundamental que o jovem possa processar a integração de sua experiência de vida e a sua vinculação com projetos pessoais referidos ao meio social: “incrementar nos jovens a capacidade de comportarem-se como atores sociais, isto é, de modificar seu entorno social para realizar projetos pessoais”. Isso passa pelo fortalecimento do indivíduo, ou seja, pela chance de uma socialização satisfatória (pela educação, pela construção da auto-estima, pela possibilidade de espelhar-se em papéis na vida adulta futura etc.), assim como pelo fortalecimento da capacidade de ser ator de sua própria vida: de escolher, julgar, ter projetos e sustentar relações sociais com outros (sejam relações de cooperação, consenso ou conflitos). O objetivo é “fortalecer a capacidade de ação dos jovens, contribuir para seu desenvolvimento pessoal integrado, intensificar a integração de sua experiência e a vinculação desta a projetos”.

A atuação dos jovens na vida pública está relacionada tanto com as condições – materiais e simbólicas – que os indivíduos encontram para se fazer sujeitos quanto com as possibilidades e oportunidades de reconhecer o outro como elemento constitutivo da identidade e da ação coletiva.

Os dados das pesquisas nos permitem pensar sobre a participação dos jovens no espaço público e sua contribuição para a constituição da sociedade civil brasileira. Esta sociedade civil é esfera heterogênea que comporta tanto processos de construção de solidariedades que articulam projetos em comum, como lugar onde se apresentam diferentes interesses que configuram espaços de disputa e conflitividade. De acordo com Costa (2002), para que a sociedade civil se consolide é preciso que haja a vigência de direitos civis básicos (liberdade de organização e expressão, por exemplo) e espaço público minimamente

poroso para garantir sua vitalidade e poder de influência. O espaço público representa a arena privilegiada de atuação política dos atores sociais e de difusão de conteúdos simbólicos e das visões de mundo diferenciadas que alimentam as identidades dos atores.

Em nome do rigor analítico é preciso considerar que nem todos os jovens que se reúnem em grupos se constituem em atores coletivos capazes de exercer influência na esfera pública. Reguillo (2000) estabelece clara diferença entre grupos e coletivos juvenis, pensando nas diferentes maneiras de agregação e interação entre os jovens. De acordo com a pesquisadora mexicana o termo *grupo* faz referência à reunião de vários jovens que não pressupõe organicidade e cujo sentido é conferido pelas condições de espaço e tempo; o *coletivo*, por sua vez, se refere à reunião de vários jovens já com a exigência de certo grau de organicidade e cujo sentido está dado prioritariamente por um projeto ou atividade compartilhada (seus membros podem ou não compartilhar de uma mesma marca identitária). As *identidades juvenis* são um modo genérico de se identificar com determinado estilo (punks, roqueiros, góticos etc.) sem necessariamente compartilhar tempos e espaços de participação. *Movimento juvenil* supõe a presença de um conflito e um objeto social em disputa que convoca os atores juvenis ao espaço público, é de caráter tático e pode implicar a aliança de diversos coletivos ou grupos.

Nesta mesma perspectiva, Melucci (1999) irá dizer que um movimento social não é apenas um fenômeno empírico; ele é antes de tudo uma categoria de análise. Isso significa que é preciso empreender esforço analítico sobre aquilo que observamos na prática social. Desta forma, é insuficiente reconhecer que os jovens participam de grupos juvenis como substituição a formas clássicas de participação, tais como partidos, sindicatos ou organizações estudantis. Do ponto de vista da análise dos movimentos sociais preocupados com a juventude, torna-se importante indagar a existência das categorias centrais de poder e conflito. A ausência destas categorias na prática dos coletivos juvenis nos impossibilita de falar em movimento social. Isso porque nem toda mobilização social pode ser considerada antagonista e os atores sociais não são inerentemente conflitivos. Por vezes, nem mesmo um conflito pode representar uma dimensão antagonista aos poderes instituídos; ele pode se tratar tão somente de uma pressão para incorporar-se a um sistema de benefícios e regras do qual se está excluído. Um movimento social de caráter antagonista se caracteriza por uma ação coletiva portadora de um conflito que atinge a produção de recursos e símbolos da sociedade. A

perda das referências do conflito (adversários e apostas em jogo) pode fazer com que um movimento se fragmente e se transforme em contracultura evasiva e marginal. Um movimento que não atualize suas formas e conteúdos de ação antagonista pode ser apropriado por outros poderes, como por exemplo, os de estado ou de mercado.

Desta forma, não deveríamos tentar compreender os movimentos sociais de juventude apenas pela identificação dos atores que estão em cena. Pelo contrário, é fundamental tentar primeiro perceber aquilo que está em jogo nos conflitos. Somente depois é possível identificar com alguma precisão os atores envolvidos.

Considerando estas distinções, a análise da participação juvenil ganha coerência quando é realizado o esforço de decodificar a natureza da ação dos grupos, suas motivações, interesses e formas de se organizar. Isso porque os atores coletivos não se constituem *a priori*, mas no curso de suas ações.

Conclusão

Os jovens têm se envolvido muito mais em causas do que se filiado a instituições, esta é outra conclusão que podemos depreender das pesquisas sobre a participação juvenil. O envolvimento ocorre mais em torno de causas (ambientais, culturais, comunitárias, religiosas, de ação política etc) nas quais acreditam, cujos direcionamentos podem controlar de perto e verificar seus resultados imediatos, do que em propostas que prometem dar frutos no longo prazo e que são realizadas com baixa margem de autonomia e controle das ações por parte dos próprios jovens. A participação institucionalizada exige uma rotina de atuação em torno de regras mais ou menos pré-definidas, que são estabelecidas por aqueles que detêm o poder de mando e decisão, em geral adultos.

Se, por um lado, é traço marcante das sociedades contemporâneas o maior grau de autonomia das gerações jovens frente aos adultos – e isso também se manifesta nos espaços de participação política – por outro lado, a dificuldade dos jovens se reconhecerem participantes de projetos de longo prazo é expressão de uma resposta à velocidade do tempo contemporâneo globalizado, aos desafios impostos pela precarização da vida e ao pragmatismo imposto pela sociedade capitalista.

As pesquisas indicam que os sentidos que mais contribuem para a formação das coletividades juvenis encontram-se, principalmente, situados no plano da sociabilidade, da convivência cultural e da produção de símbolos que se vinculam fortemente ao corpóreo e ao sensível.



: Grupos de jovens fazem mobilização contra o rebaixamento da idade penal. Ato foi realizado no dia em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 17 anos. Brasília, 13 de Julho de 2007. Foto: Marcello Casal Jr./Abr

Os coletivos juvenis criam suas próprias regras de deliberação e contribuem para que os sujeitos participantes construam suas próprias opiniões. Eles são importantes por permitir que jovens pratiquem a autonomia de pensamento e ação que, muitas vezes, não se pode praticar na presença de adultos, especialmente quando são estes que detêm as “regras do jogo” de poder das instituições. As esferas de associativismo juvenil podem ser espaços de formulação, crítica, criação de públicos reflexivos e enfrentamento de problemas.

É nesse sentido que se pode dizer que as práticas coletivas juvenis, mesmo quando estas não se constituem em movimentos sociais, são laboratórios da vida pública democrática. Entretanto, estas precisam ser experimentadas no jogo das diferenças que se processa através de múltiplas mediações entre solidariedades e conflitos que devem ser democraticamente mediados.

Referências bibliográficas

AÇÃO EDUCATIVA. **Pesquisa de opinião sobre Controle Social**. São Paulo: ONG Ação Educativa/IBOPE, 2003, disponível em: www.acaoeducativa.org.br

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações nacionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

IBASE/POLIS. **Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ibase/Pólis, Relatório Final de pesquisa, 2005, 103 p.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. México: El Colegio de México, Centro de Estudos Sociológicos, 1999.

REGUILLO, Rossana. **Emergencia de culturas juveniles: Estrategias del desencanto**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2000. 182 p.

ABRAMO, H. W. e BRANCO, P.P.M., **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco (orgs.). São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, p. 263-290, 2005.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. **Capital social e gestão das grandes cidades: associativismo e participação sociopolítica nas Regiões Metropolitanas do Brasil**. Rio de Janeiro: FASE, 2004.

TOURAINÉ, Alain. **Juventud y Sociedad en Chile**. RICS, 137, set. 1993.

UNESCO. **Juventudes Brasileiras (2004). Resultados de pesquisa publicados em Juventude, Juventudes: o que une e o que separa**. ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary (coord). Brasília: UNESCO, 2006.

observatório jovem

pesquisa... IR Terça-feira, 6 de Maio de 2008 ISSN: 1981-0539 uff

Cursos de Medicina são reprovados
Um levantamento feito pelo Ministério da Educação com 103 escolas de Medicina do país reprovou dezessete cursos com notas um ou dois no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), e no Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observados e Esperados (IDD)

Conferência Nacional de Juventude - Resoluções e Prioridades
Os delegados participantes da Primeira Conferência Nacional de Juventude, ocorrida entre os dias 27 e 30 de abril, definiram 22 prioridades e 69 resoluções para as políticas públicas de juventude

Movimento e democracia saem igualmente fortalecidos
A ocupação da Universidade de Brasília (UnB) foi um movimento mais que vitorioso. O sucesso do movimento pode ser visto por vários ângulos. O primeiro, o mais óbvio,

www.uff.br/obsjovem



Desfiliação: um processo ou um status*

André da Silva Rangel**

* Este trabalho é parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado sob o título provisório de “*Desfiliação Institucional ou Status zero: dilemas quanto à inserção no trabalho e na escola entre jovens de São João de Meriti*”, esta pesquisa é realizada no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ, sob a orientação do Professor Luiz César de Queiroz Ribeiro.

** Sociólogo, mestrando em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ.

Segundo a pesquisa nacional por amostra de domicílios realizada pelo IBGE em 2006, o índice de desocupação no Brasil em jovens com idades entre 18 e 24 anos é de 16,7%; na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) esta taxa atinge ¼ dos jovens, ou seja, 25,5% dos jovens nesta faixa etária. Ao fazermos uma análise acurada da situação dos jovens ocupados na RMRJ, encontramos os seguintes dados: a proporção de jovens ocupados que só trabalham é de 34,4%, dos que só estudam é de 23,9%, e dos que trabalham e estudam é da ordem de 16,7%. Quando desagregamos o percentual de 25% de jovens desocupados, concluímos que 18,4% dos jovens sem ocupação cuidam dos afazeres domésticos, enquanto que os restantes 6,6% não realizam nenhuma atividade.

Nesses dados, nos chama atenção a existência de uma proporção de jovens que se encontram numa situação de inatividade absoluta. Não realizam nenhuma atividade ocupacional, nem mesmo tarefas domésticas. Entre 1996 e 2006, a variação percentual desta taxa de jovens desocupados e inativos se estabilizou na RMRJ, sofrendo apenas uma pequena redução de -0,2%. Estes jovens se encontram num quadro em que não possuem filiação a duas instituições importantes para a integração social deste segmento etário: a escola e o trabalho.

Este artigo pretende fazer uma revisão da literatura sobre desfiliação, de modo a suscitar o debate. O propósito deste trabalho é levantar algumas hipóteses sobre os limites e as dificuldades vividas por jovens que não conseguem estabelecer uma filiação com o trabalho e a escola, no sentido de problematizar esta questão.

Nestas duas últimas décadas, a sociedade brasileira apresenta em curso um cenário sóciopolítico marcado por intensas mudanças, provocadas por fatores como a

redemocratização das instituições políticas, a explosão da informação (sobretudo pelo advento da *Internet*), a abertura da economia nacional, a expansão do consumo de massa. Estes processos sociais relativamente simultâneos tornaram nossa matriz sociocultural mais complexa. Segundo Soares (1999), esta complexidade decorre de um processo de acomodação sociocultural, que o autor chama de “*duplicidade ambivalente*”, no qual combina valores culturais conflitantes. Haveria uma acomodação entre os valores culturais hierárquicos que, historicamente no Brasil, orientam os papéis assumidos e reconhecidos socialmente. Estes valores se combinam com novos valores culturais, estes de caráter individualista igualitário, oriundos das transformações socioculturais em curso. Deste modo, o processo de socialização dos jovens transcorreria em meio a este pano de fundo sociocultural que apresenta uma mensagem dupla e ambivalente: de um lado o reconhecimento e a naturalização das diferenças sociais, de outro a propagação de uma imagem de sociedade individualista e meritocrática, na qual as desigualdades são atribuídas ao desempenho dos indivíduos e não mais à origem social. O movimento de acomodação dos valores hierárquicos ao individualismo igualitário produziria uma matriz sociocultural híbrida.

A expansão do acesso à educação básica, sobretudo no aumento do número de matrículas, combinada à intensa valorização ideológica da escolaridade como condição da mobilidade social ascendente vem rompendo com a referida acomodação sociocultural. Os índices de escolarização elevam-se¹; frequentemente os jovens das

¹ Este crescimento deve ser relativizado na medida em que nossos indicadores de escolarização ainda são baixos, mesmo no contexto da América Latina.

camadas populares apresentam escolaridade superior aos seus pais. A melhora no acesso à educação formal, à informação e ao consumo² repercute nos jovens e adquire visibilidade na expansão de suas expectativas quanto ao acesso ao consumo ou emprego formal e na aspiração a uma melhor qualidade de vida, o que Sansone denomina “revolução das expectativas” (2003:259).

O aumento das expectativas e aspirações quanto a padrões de consumo e qualidade de vida teriam a tendência de aproximar cultural e simbolicamente³ indivíduos de diferentes extratos sociais⁴, sobretudo no segmento da juventude, que se mostra mais suscetível a tais expectativas e onde ocorre a associação direta entre capacidade de consumo, prestígio social e qualidade de vida. É preciso deixar claro que esta aproximação cultural não anularia a multiplicidade de apreensões expressas pelos sujeitos, apenas as tornariam mais próximas. O processo de socialização acontece em meio a um quadro sociocultural onde os jovens dos setores populares aspirariam progressivamente posições sociais que representam um determinado valor na sociedade, semelhantes aos setores médios. Os rituais de consumo expressariam tais aspirações.

Paradoxalmente, ocorre um movimento no mercado de trabalho que na literatura é reconhecido como flexibilização do trabalho, que tem como conseqüência a expansão do trabalho informal em detrimento da redução do setor formal. A estrutura de oportunidades se apresenta cada vez mais competitiva, de modo que freqüentemente restringe ou mesmo fecha os canais institucionais que possibilitam a materialização de tais expectativas e aspirações de objetivos culturalmente definidos. Estes canais institucionais se constituem numa estrutura reguladora composta por meios e normas que controlam as práticas socialmente definidas como legítimas para se atingir os objetivos culturais de êxito econômico pela mobilidade social ascendente, ou pelo emprego formal que possibilite um maior acesso ao consumo.

Entre os jovens dos setores populares acontece uma contradição: na medida em que eles se tornam mais habituados aos rituais de consumo e às aspirações de qualidade de vida, semelhantes aos segmentos médios, a estrutura de oportunidades como as trajetórias de vida ficam aquém de tamanhas expectativas. Ocorre um movimento de tensão ambivalente entre um sistema cultural que se abre, aproximando simbolicamente jovens de diferentes estratos sociais, enquanto um sistema social se fecha, distanciando cada vez mais estes jovens. Este movimento de tensão, ao tempo que universaliza

símbolos de prestígio, aspirações e expectativas de consumo, restringe espacialmente e territorialmente a concretização destas expectativas.

O aumento das expectativas de consumo, emprego formal e qualidade de vida, combinado ao recrudescimento da estrutura de oportunidades e à erosão da condição salarial incidem sobre o *status* social relacionado aos trabalhos manuais. Neste contexto, algumas profissões ligadas à execução de tarefas reconhecidas como “pesadas” ou “perigosas” (pedreiro, mecânico), ou mesmo por envolver uma relação de sujeição a um chefe ou profissional mais experiente (eletricista, empregada doméstica), sofrem rejeição pelos jovens. Segundo Sansone ocorre uma mudança no “*ethos* do trabalho”, este tipo de trabalho que expressa uma forte relação de subordinação passa a ser preterido, visto como indesejável, desqualificante. Isto se deve à tensão ambivalente que conflita os valores do individualismo igualitário aos valores hierárquicos; os jovens que estão mais afeitos aos valores do individualismo igualitário expressam rejeição por trabalhos que os remetem aos valores hierárquicos, que os impõe o reconhecimento das diferenças sociais⁵.

Os jovens das camadas populares passam a lidar com dois tipos de restrições. Uma tem natureza objetiva, as transformações na estrutura social impõem restrição à mobilidade social via trabalho, contrapondo aspirações e estrutura de oportunidades. A estrutura de oportunidades limita a mobilidade social ascendente e a possibilidade de acionar os recursos necessários a tal mobilidade. O outro tipo de restrição é de natureza subjetiva, onde a rejeição a profissões reconhecidas como depreciativas é uma tentativa de se proteger de uma imagem socialmente atribuída a tais profissões, o que torna mais seletivo e restrito o acesso a um trabalho.



² Expansão do consumo favorecida por fatores como estabilização monetária, abertura da economia brasileira, expansão do sistema de créditos e pelo incentivo ao consumo promovido pela publicidade.

³ Não estamos falando de um processo de aproximação cultural que igualaria os sujeitos de modo a anular completamente a multiplicidade destes, mas de padrões culturais que se tornam mais próximos.

⁴ Indivíduos de extratos diferentes que continuam sendo identificados como ocupando posições sociais definidas por relações de inferioridade.

⁵ A matriz sociocultural híbrida comporta simultaneamente movimento de tensão e acomodação.

A pressão exercida pelo sistema cultural sobre o social corresponde simultaneamente ao aumento das expectativas de mobilidade ascendente e ao bloqueio das oportunidades efetivas de mobilidade. O que está em jogo é a pressão dos objetivos ambicionados culturalmente sobre as normas socialmente instituídas, o que conduziria ao afrouxamento das normas institucionais, levando alguns indivíduos a vivenciarem a impossibilidade de usar os meios apropriados para atingir os fins desejados; este desequilíbrio motivaria a desfiliação institucional. O desfiliado conviveria com a impossibilidade de agir segundo as normas instituídas, uma impossibilidade quanto à internalização e à negociação com as normas destes canais institucionais, o trabalho e a escola, meios definidos socialmente como legítimos para mobilidade ascendente. Segundo Merton (1980), esta impossibilidade de acionar os recursos reconhecidos como legítimos para se obter os objetivos culturalmente definidos corresponderia a um processo de anomia. Em síntese, a tensão ambivalente motivaria a debilidade de vínculo com tais instituições e, conseqüentemente, a desfiliação.

A literatura aborda o tema da desfiliação sob duas perspectivas bastante distintas. Na análise de Castel (1998), a desfiliação se apresenta como um processo que se caracteriza pela plasticidade e fluidez; o desfiliado apresenta uma flutuação na estrutura social oscilando entre a situação de filiação e de desfiliação, alternando entre o vínculo institucional e a perda de vínculo institucional. Os indivíduos desfiliaados se encontrariam em situação de vínculo intermitente e debilitado em relação ao mercado de trabalho, de modo que a fronteira entre a filiação e a desfiliação seria móvel, fluida. Estes vínculos débeis se apresentam desassociados de objetivos concretos, estruturados. A desfiliação seria um processo ambivalente, tanto ao longo da trajetória de vida do indivíduo, como em torno das diferentes dimensões de sua vida. Sua situação não estaria consolidada, restando a este negociar com as normas institucionais e os objetivos culturais.

Em outra perspectiva a desfiliação é vista como uma subcultura. Para Saraví (2004a), a desfiliação seria como um estado, uma situação na qual o indivíduo se encontra, mas que não apresenta nenhuma fluidez, nem plasticidade. Nesta perspectiva a desfiliação é entendida como uma situação definida que está em vias de se consolidar, um *status*, “*status zero*”⁶, não existe movimento, nem trajetória de vida ambivalente. Estes jovens se encontrariam em completa inatividade, não estudam, não trabalham, não realizam atividades domésticas e ainda

não estão à procura de emprego. Para Saraví este subgrupo estaria sofrendo mudanças que expõem as dificuldades de sua reintegração social: vivenciam períodos de inatividade mais longos, estão reduzindo do ponto de vista numérico e sua composição sociodemográfica está progressivamente homogênea⁷. Essas mudanças expressariam tendência à consolidação da desfiliação como um *status*, um estado que seria danoso a tais jovens, na medida que passariam a expressar uma subcultura que concentra desvantagens em relação ao restante da população, convivendo com a dificuldade de reintegração social, num risco crescente de exclusão social extrema.

O que está em jogo não é apenas a apresentação de dois conceitos distintos de desfiliação, mas duas possibilidades analíticas e interpretativas bastantes distintas sobre o processo de perda de vínculo institucional, duas perspectivas que nos fornecem elementos teóricos importantes para análise da situação de jovens que se encontram inativos ao trabalho e a escola: a desfiliação como um processo plástico e fluido ou como um estado, uma subcultura que se consolida.



⁶ O termo *status zero* foi utilizado primeiramente por H. Williamson. Este termo recebe esta denominação devido à complexidade de classificação quanto ao *status* do subgrupo que designa. Este subgrupo se caracteriza pela inatividade ocupacional, por não realizar nenhuma atividade.

⁷ O perfil sociodemográfico deste subgrupo está cada vez mais homogêneo, caracterizado por jovens que, na sua maioria, encontram-se dissociados do trabalho e da escola, que vivem em famílias com renda baixa, com reduzida escolaridade, chefiadas por responsáveis que possuem ocupação precária ou que estão desempregados e cuja estrutura familiar é cada vez menos nuclear.

Referência bibliográfica:

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In BOURDIEU, P. (Org.) **A miséria do mundo**, Petrópolis: Vozes, 1997. p. 159-166.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 21-37, 495-611.

IBGE PNAD, dados da **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios**. 2006.

MERTON, Robert King. **Sociologia: teoria e estrutura. Tradução de Miguel Maillat**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1980.

RIVADULLA, Maria José Álvarez **Asentamientos irregulares montevideanos: la desafiliación resistida**. Montevideo: Universidad Católica del Uruguay, 2000.

SANSONE, Lívio Jovens e oportunidades: as mudanças na década de 1990 – variações por cor e classe. In: HASENBALG, Carlos & VALLE SILVA, Nelson do. **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

(2004a) SARAVÍ, Gonzalo. Entre la evasión y la exclusión social: jóvenes que no estudian ni trabajan, Uma exploración del caso argentino. **Nueva Sociedad**. n.189, jan.-fev., 2004. p. 69-84.

(2004b) _____. Segregación urbana y espacio público: los jóvenes en enclaves de pobreza estructural. **Revista de la Cepal**, n.83. 2004.

SOARES, Luiz Eduardo A duplicidade da cultura brasileira in, SOUZA, J. (org.) **O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: Editora UNB, 1999.

SORJ, Bernardo. **A democracia inesperada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004.

The screenshot shows the website of the Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) at the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). The header includes the IPPUR logo and navigation tabs for 'Dia-a-Dia', 'IPPUR', 'Ensino', 'Pesquisa', 'Extensão', and 'Ingresso'. Below these are sub-tabs for 'Corpo Docente', 'Corpo Discente', 'Intercâmbio', 'Publicações', 'Biblioteca', and 'Administração'. A sidebar on the left lists various services like 'Oficina mensal de Planejamento Urbano e Regional', 'Calendário 2008', and 'Formulários'. The main content area features a 'Aviso Importante' (Important Notice) titled 'EDITAL ESPECIALIZAÇÃO 2008 (DOC) (PDF)', with instructions to click on the links for curriculum and registration. It also mentions 'CADERNOS IPPUR - CHAMADA DE ARTIGOS' and 'DEFESAS DE TESES DO DOUTORADO E DISSERTAÇÕES DO MESTRADO'. A right sidebar contains 'Destaques' (Highlights) for a 2008 selection exam and contact information for 'TELEFONES' (21) 2598-1919 and (21) 2598-1676. The visitor count is shown as 54482.

www.ippur.ufrj.br